



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**"EM BUSCA DA MANCHA": A ATUAÇÃO POLICIAL NOS BAIRROS DO
JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS**

ANTONIO JOSÉ MARTINS FERNANDES

Belém-PA

2022

ANTONIO JOSÉ MARTINS FERNANDES

**"EM BUSCA DA MANCHA": A ATUAÇÃO POLICIAL NOS BAIRROS DO
JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-graduação em Direito da
Universidade Federal do Pará, área de concentração
Direitos Humanos, linha de pesquisa Sistema Penal
e Direitos Humanos, sob orientação da Profa. Dra.
Luanna Tomaz de Souza.

Belém-PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F363b Fernandes, Antonio José Martins.
 Em busca da mancha : A atuação policial nos bairros do
 Jurunas e da Batista Campos / Antonio José Martins Fernandes. —
 2022.
 xiii, 133 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Luanna Tomaz de Souza
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em
 Direito, Belém, 2022.
1. Polícia Militar. 2. Território. 3. Racismo. 4. Jurunas. 5.
 Batista Campos. I. Título.

CDD 340

ANTONIO JOSÉ MARTINS FERNANDES

**"EM BUSCA DA MANCHA": A ATUAÇÃO POLICIAL NOS BAIRROS DO
JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito pelo
Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPA)

Banca examinadora:

Apresentado em: 26/09/2022

_____ - Orientadora

Prof. Luanna Tomaz de Souza

Doutora em Direito

Universidade Federal do Pará - UFPA

_____ - Avaliadora Interna

Prof. Verena Holanda de Mendonça Alves

Doutora em Direito

Universidade Federal do Pará - UFPA

_____ - Avaliador Externo

Prof. Felipe da Silva Freitas

Doutor em Direito

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP

A todos e todas que persistem na luta para garantir mudanças sociais com o auxílio da pesquisa acadêmica. Espero que um dia vejamos os nossos trabalhos como transformações concretas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, José, e a minha mãe, Regina, pelo apoio, afeito e compreensão que me dedicaram (como sempre) nesses anos de mestrado, possibilitando que eu vivenciasse a experiência com que tanto sonhei da melhor forma possível. E pela felicidade com que vibraram quando eu anunciei que estava prestes a concluir.

A Rodney Rezende da Cruz, meu companheiro de todas as horas e momentos, que compartilhou esse sonho comigo, que me deu forças quando eu não as tive, que me incentivou a persistir e que me deu todos os abraços que eu precisei para escrever esta pesquisa. Cada palavra de consolo e apoio significou muito para mim. Não poderia merecer alguém melhor que você!

A minha orientadora, Prof.^a Luanna Tomaz, por todos os ensinamentos, para a pesquisa e para a vida, pelas conversas inspiradoras e pelo afeto durante a orientação, que sempre aconteceu com um bom café. Não poderia merecer orientadora melhor! Sempre aprendi com o exemplo de excelentes professoras e não tenho palavras para agradecer a senhora ter se tornado um desses exemplos para mim. Obrigado por ter feito a experiência do mestrado uma das melhores que eu poderia ter.

Ao Programa de Pós-graduação em Direito da UFPA, pela estrutura e organização do curso em anos pandêmicos e pela experiência possibilitada da maneira que foi possível diante de tantas tentativas de desmonte da educação formal no atual cenário brasileiro.

Ao Miltinho (Nilton) e a Samara, meu trio insuperável de mestrandes, que dividiram as dores e as delícias da pós-graduação. Sinto que, sem vocês, não poderia falar como gostei de fazer mestrado, apesar de todas as dificuldades. Por terem tornado os momentos felizes, mais felizes e os difíceis, menos doloridos e formado uma rede de apoio incondicional e amizade que eu espero manter para vida toda.

A equipe do escritório Faro & Lima, Eduardo, Liandro, Luana, Daniella, Vanessa e Ana por todo apoio e suporte que me deram durante o mestrado, todos os conselhos, os incentivos e as concessões que eu precisei. Em especial ao Lilico e ao Dudu, sem os quais muitas ideias desse trabalho ainda estariam cruas e sem os quais a experiência do mestrado não seria possível.

A Ana Carolina Albuquerque, por ter comemorado comigo, aguentado minhas reclamações e por sempre ter se feito presente quando eu precisei conversar e clarear as ideias

quando elas estavam todas embaralhadas na minha cabeça. Nossas conversas sempre me deixaram com mais certeza que o mestrado (o futuro doutorado) e a docência são um caminho do qual eu não posso me desvincular.

A Raphael Magalhães e Jorge Paixão, meus irmãos de mães diferentes, por todos os momentos de apoio e compreensão. Essa é mais uma conquista das quais vocês também fazem parte pelo incentivo, pela felicidade e de tanto ouvir meus desabafos.

E também a Ana Elvira Monteiro, Lumiá Almeida, Brenda Alencar e Débora Araújo por confiarem cegamente no sucesso dessa jornada. Em mais uma vez, vocês me ouviram falar dessa pesquisa, do que eu fiz para pesquisar e ficaram encantadas com tudo que eu trazia de novo para o nosso conhecimento.

A Maria de Nazaré Sarges, pelo carinho e explicações acerca da história da nossa Belém acompanhadas de um bom café ao som da chuva da tarde. O nosso contato foi essencial para a construção desse trabalho e me mostrou o quanto nós devemos aprofundar mais e mais os conhecimentos sobre a nossa própria cidade.

A todos e todas que contribuíram, seja direta ou indiretamente, para a realização e finalização desse trabalho.

E a todos e todas que se mantêm resistindo diante do contexto atual e que aguardam por um futuro melhor.

*Quando toda a sua existência é “ilegal”, quando
você vive a um passo da miséria num panorama
de devastação urbana em que cada centímetro
quadrado de espaço é disputado, em que é
necessário entrar na fila até para c***r, ser preso
parece inevitável. Você é condicionado a
acreditar que um dia chegará um mandado de
prisão com seu nome nele, e que mais cedo ou
mais tarde virá um jipe com uma luz vermelha
piscando para pegá-lo.*

Vikas Swarup (Sua resposta vale um bilhão)

RESUMO

O presente trabalho busca refletir de que forma se diferencia a atuação da Polícia Militar dentro dos bairros do Jurunas e da Batista Campos, da cidade de Belém-Pará. Para a execução da pesquisa, foram adotados os métodos indutivo e comparativo, a partir das técnicas de levantamento bibliográfico e documental, bem como da realização de entrevistas semiestruturadas com policiais militares que trabalham diretamente nos bairros estudados. A pesquisa objetivou, na primeira parte de seu desenvolvimento, analisar a formação histórica dos territórios dos bairros e a relação com os marcadores sociais de raça e classe. A partir disso, na segunda seção, tencionou também a compreensão da atuação policial nessas áreas e como esta se diferencia conforme o território, bem como quais os aspectos mais evidentes dessa diferenciação. Na última parte do desenvolvimento, a análise se voltou para a relação desses principais aspectos de diferenciação com as estruturas de classe, raça e, principalmente território e como isso altera a atuação da PM. Com isso se chegou à conclusão de que a PM, estruturada a partir das desigualdades de raça, classe e território, funciona como um braço armado nas ruas para garantir os interesses da elite enquanto promove o controle da população vulnerabilizada.

Palavras-chave: Polícia Militar. Território. Racismo. Jurunas. Batista Campos.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect on how the performance of the Military Police differs within the neighborhoods of Jurunas and Batista Campos, in the city of Belém-Pará. In order to carry out the research, inductive and comparative methods were adopted, based on bibliographic and documentary survey techniques, as well as semi-structured interviews with military police officers who work directly in the studied neighborhoods. The research aimed, in the first part of its development, to analyze the historical formation of the territories of the neighborhoods and the relationship with the social markers of race and class. Based on this, in the second section, it was also intended to understand the police action in these areas and how it differs according to the territory, as well as what are the most evident aspects of this differentiation. In the last part of the development, the analysis turned to the relationship of these main aspects of differentiation with the structures of class, race and, mainly, territory and how this changes the performance of the PM. This led to the conclusion that the PM, structured on the basis of inequalities of race, class and territory, works as an armed wing in the streets to guarantee the interests of the elite while promoting the control of the vulnerable population.

Keywords: Military Police. Territory. Racism. Jurunas. Batista Campos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

Av. – Avenida

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CENTUR - Fundação Cultural do Pará/Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves

Cia. – Companhia

CONSEP – Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará

E.E.E.F.M. - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

GPA – Grupo de Prevenção Ativa

NEAC - Núcleo de Estatística e Análise Criminal

PBE – Ponto Básico Estratégico

PC – Polícia Civil

PM – Polícia Militar

PMF - Operação Polícia Mais Forte

PM-PA – Polícia Militar do Estado do Pará

POP – Procedimento Operacional Padrão

Res. – Resolução

RISP – Região Integrada de Segurança Pública

SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

SIAC - Secretaria de Inteligência e Análise Criminal

Trav. – Travessa

UFPA – Universidade Federal do Pará

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Divisão Político-administrativa dos bairros do município de Belém;

Imagem 2 - Foto da Avenida de 16 de Novembro após o aterramento do Igarapé do Piri;

Imagem 3 - Mapa do bairro do Jurunas;

Imagem 4 - Av. 16 de Novembro (antiga Estrada de São José), no cruzamento com a Travessa Arcipreste Manoel Teodoro;

Imagem 5 - Vista aérea da região do São José Liberto, na conversão da Av. 16 de Novembro para a Av. Roberto Camelier, marco inicial do bairro do Jurunas;

Imagem 6 - Fotografia atual do Espaço São José Liberto (antigo presídio), localizado na entrada do bairro do Jurunas;

Imagem 7 - Mapa do bairro da Batista Campos;

Imagem 8 – Início da Av. Serzedelo Corrêa, marco inicial do bairro da Batista Campos;

Imagem 9 – Vista aérea da área inicial do bairro da Batista Campos;

Imagem 10 – Praça Batista Campos;

Imagem 11 - Cruzamento das vias da Av. Serzedelo Corrêa com a Rua dos Tamoios.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE IMAGENS	11
1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHANDO POR DUAS REALIDADES: O JURUNAS E A BATISTA CAMPOS .	19
2.1 UMA APRESENTAÇÃO DO CAMPO: A URBANIZAÇÃO E AS LÓGICAS DE SEGREGAÇÃO	20
2.1.1 Jurunas: do presídio às margens do Guamá	24
2.1.2 Batista Campos: um bairro ao redor da praça.....	33
2.2 TERRITÓRIO, URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADE EM BELÉM.....	42
2.2.1 Urbanização brasileira: um jogo da elite	48
2.2.2 Da Cidade das Mangueiras à Cidade Morena: a urbanização de Belém	52
3 “MAIS SANGUE NOS OLHOS”: DIFERENCIAÇÕES DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS BAIRROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS.....	57
3.1 A 4ª AISP COMO OBJETO DE ESTUDO: UMA ÁREA E DOIS TERRITÓRIOS	57
3.2. PM NO BAIRRO DO JURUNAS: PERSEGUINDO A MANCHA CRIMINAL	63
3.2.1 De que crimes estamos falando no Jurunas? Guerra às drogas em evidência.....	68
3.2.2 Abordagem, tirocínio e o modelito de vagabundo no Jurunas	71
3.3 A PM NO BAIRRO DA BATISTA CAMPOS: RONDAS E BAIXO EFETIVO	79
3.3.1 Crimes patrimoniais em evidência	83
3.3.2 Abordagem e suspeição: quando até falar palavrão é um problema	85
4 POLÍCIA MILITAR NO JURUNAS E NA BATISTA CAMPOS: DOIS BAIRROS, DUAS DEMANDAS, UMA SÓ POLÍCIA	94
4.1 ASPECTOS ESSENCIAIS DA ATUAÇÃO POLICIAL E A DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS	94
4.1.1 Drogas e patrimônio: duas faces de um mesmo controle social.....	95
4.1.2 As dinâmicas de organização e estratégias: do policial guerreiro ao policial guardião	101
4.1.3 A abordagem policial: suspeição marcada no corpo e no território	107
4.2 DE QUE POLÍCIA ESTAMOS FALANDO?.....	112
4.3 A POLÍCIA MILITAR NO IMBRICAMENTO ENTRE RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	135

APÊNDICE I – GLOSSÁRIO	142
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PM'S.....	144
APÊNDICE III – NOMENCLATURA ATRIBUÍDA AOS POLICIAIS ENTREVISTADOS	145

1 INTRODUÇÃO

O cenário da atuação policial no Brasil contemporâneo tem ganhado bastante espaço em discussões acadêmicas, tendo em vista que os dados referentes a essa agência do sistema penal têm refletido um contexto de violência e preferência por indivíduos vulnerabilizados quanto a classe, raça, gênero, sexualidade e idade.

Vários estudos anteriores, realizados por pesquisadores como Felipe Freitas (2020a), Jaqueline Muniz (2007), Jacqueline Sinhoretto (2015), Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2019) e Luiz Eduardo Soares (2019) já apontavam para o sentido de uma atuação policial estruturada a partir dos fatores da desigualdade que estão presentes no cotidiano desde o período colonial.

A intenção, ao produzir essa pesquisa, era de refletir sobre outro elemento em regra ausente nessas análises, o territorial para compreender a atuação policial. Para isso, revisei a construção histórica da cidade de Belém, no Estado do Pará, especialmente dos bairros do Jurunas e da Batista Campos, analisando a influência de elementos de raça e classe na composição desses bairros e como isso estava relacionado a agência policial.

Trata-se do segundo maior estado da Região Norte, também em regra muito ignorada nos estudos acadêmicos. A escolha dos bairros do Jurunas e da Batista Campos partiu de uma inquietação particular, em que pese nunca tenha residido em nenhum deles, mas tive contato com pessoas que residem e com percepções sociais e representações midiáticas acerca dessas áreas. Ao analisar as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)¹ do Estado do Pará, chamou-me a atenção o fato da 4ª AISP reunir bairros tão diferentes, policiados pelo mesmo Batalhão de Polícia Militar (BPM).

Optei por trabalhar, deste modo, a partir da história e da realidade atual desses espaços, pelo fato de possuírem origens e desenvolvimento muito diferentes. A estruturação desses territórios sofreu forte impacto de questões de classe e raça, o que gerou um perfil de comportamento e de população bastante diferente.

O Jurunas é o bairro considerado periférico e perigoso e habitado por pessoas com baixa condição econômica e, mormente, negras. Já a Batista Campos é o bairro considerado centralizado, urbanizado, seguro e economicamente valorizado, sendo uma das regiões mais caras

¹ Divisão administrativa de atuação no âmbito da segurança pública.

para se residir em Belém. A população é majoritariamente formada pela elite branca e rica. Curioso que esses dois bairros, com perfis completamente diferentes sejam duas regiões limítrofes. A fronteira de um chegando a ser confundida com a do outro.

Assim, como tomei como pressuposto que há uma diferenciação, senti-me instigado a compreender melhor essa diferenciação a partir desses dois bairros, até então, policiados pelo mesmo BPM, mas extremamente díspares, tanto em perfil socioeconômico e racial, bem como em registros de crimes.

O presente trabalho objetivou compreender as diferentes dinâmicas de atuação da Polícia Militar (PM) entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos. A pesquisa adotou como pressuposto que a instituição analisada atua de maneira diferente a depender do território e da estruturação desse lugar em que esta se encontra, tendo em vista ser uma instituição marcada pela desigualdade de atuação, conforme os estudos já mencionados. Desta forma, a intenção era compreender em quais nuances essa diferenciação se destacava.

No desenvolvimento do trabalho, na segunda seção, realizei um levantamento acerca da história da formação e urbanização da cidade de Belém, dando destaque ao processo nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. A partir dessa leitura histórica, analisei como o elemento territorial foi construído, em especial por meio dos marcadores sociais da diferença, como estruturantes da sociedade. Nesta seção, igualmente relaciono o território aos elementos de classe e raça e qual o papel destes nos processos de urbanização brasileiros.

No terceiro tópico deste trabalho foram realizadas as análises do conteúdo das entrevistas realizadas, objetivando a compreensão da estruturação da atividade da PM dentro de cada um dos bairros analisados e quais aspectos diferenciavam. Identificou-se aspectos como, por exemplo, a quantidade de efetivo e viatura, as estratégias de policiamento, os crimes mais comumente registrados e as situações que despertam a suspeita desses agentes.

Por fim, na quarta seção, a partir dos dados coletados, destaquei a análise de alguns aspectos da atividade da PM que mais se sobressaíram no conteúdo das entrevistas, bem como indicavam as diferenciações que a pesquisa objetivou compreender, como a relação com o tráfico de drogas, a maneira de identificar suspeitas, o estereótipo dos selecionados e as estratégias em cada um dos bairros.

Trata-se de uma pesquisa relevante teórica e socialmente. Busca-se colocar o elemento territorial em foco para compreender mais adequadamente a atuação da Polícia Militar brasileira,

que possui altos índices de seletividade e de letalidade. Assim, espero contribuir para que novos modelos de polícia sejam pensados e para que seja estimulada constantemente a reforma da estruturação da PM, problemática em sua raiz, e que gera impacto nos índices de violência institucional.

Tive contato com muitos trabalhos e pesquisas acadêmicas que mencionavam raça, classe e até mesmo a questão do território durante a atuação policial, mas sem o colocar como o centro da pesquisa, como marcador social a ser explorado para compreender a agência policial, em que pese tenham reconhecido a relevância deste. Os que mais se aprofundaram nesse sentido foi o trabalho da Teresa Caldeira (2013) e da Júlia Valente (2016) cujo centro das discussões perpassava pela construção do território.

Todavia, alguns trabalhos como os de Jaqueline Muniz (2015), Jacqueline Sinhoretto e Renato Sérgio de Lima (2015), Ana Flauzina (2019), Felipe Freitas (2020) e Luiz Eduardo Soares (2019) por melhor que tratassem da temática da polícia, não havia um destaque específico para o território. Isso não é uma crítica a escolha metodológica desses autores e autoras, mas sim uma tentativa de colocar este trabalho ao lado destas referências para contribuir com a perspectiva da análise de mais um marcador social, que é o território, além de contribuir com reflexões acerca das alternativas democráticas para a atividade policial no contexto atual (ALVES, 2015).

Além disso, a pesquisa parte de um incômodo pessoal diante do discurso massificado da segurança pública e do policiamento, demonstrando a PM como uma instituição de proteção dos indivíduos e da sensação de medo da violência ao ter contato com relatos, testemunhos, vivências de violência policial que contrariam frontalmente essa percepção de instituição protetora. Em que pese nunca ter vivido nenhuma violência direta da polícia, não me sinto confortável perante uma instituição contraditória desta forma.

Para executar a presente pesquisa, adotei um método para abordar os dados coletados e outro para realizar os procedimentos da pesquisa. Para a abordagem, utilizei a indução como método, uma vez que as reflexões feitas acerca da atuação policial nos bairros destacados servirão para uma análise da PM no estado do Pará. Para os procedimentos da pesquisa, o método adotado foi o comparativo, tendo em vista que todas as reflexões no trabalho serão centradas em uma comparação da atuação policial militar entre os dois bairros.

As técnicas de pesquisa utilizadas consistiram em levantamento bibliográfico, levantamento documental e realização de entrevistas (roteiro em apêndice). No levantamento

bibliográfico, foram lidos artigos, livros, ensaios, teses e dissertações de diferentes campos científicos, objetivando alcançar uma interpretação mais diversificada dos dados coletados. Esse levantamento foi utilizado essencialmente para a formação do arcabouço teórico que auxiliou nas análises realizadas.

Também foi realizado levantamento documental de documentos legislativos e dados estatísticos da Secretaria Adjunta de Análise Criminal (SIAC), vinculada a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do estado do Pará, acerca das estatísticas criminais nos bairros do Jurunas e da Batista Campos, comparando-os com os dados coletados empiricamente através das entrevistas realizadas com os agentes policiais que atuam nesses bairros.

Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze agentes policiais militares que atuam diretamente nos bairros do Jurunas e da Batista Campos, tendo sido este o único critério de escolha dos entrevistados, haja vista que a imposição de outros critérios poderia dificultar a realização das entrevistas. Com isso foi possível coletar as experiências dos agentes, bem como informações essenciais acerca da atuação policial, como as estratégias, os delitos registrados, as situações percebidas como suspeitas, dentre outras.

Aqui não posso deixar de mencionar algumas dificuldades que notei ao realizar a pesquisa com a polícia. O primeiro obstáculo é certamente a burocracia envolvida, com elaboração de ofícios, entrega em protocolos nos próprios batalhões, sem a certeza de resposta. Em um dos batalhões nos quais realizei a pesquisa, não obtive resposta, tendo sido necessário me fazer mais presente para que tivesse acesso aos agentes.

Outra dificuldade era a necessidade de me adequar às condições dos policiais para me cederem um momento durante a rotina de trabalho. Houve entrevistas desmarcadas em cima da hora, idas em batalhão após às 18h, em áreas distantes da cidade (e que eram rotuladas como perigosas e dominadas pelo crime) em bairros diferentes dos que estavam sendo analisados, como foi o caso das entrevistas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenelle, localizada no bairro da Terra Firme (Montese).

O próprio jargão policial foi uma etapa a ser vencida, uma vez que tive que aprender os termos, ainda que técnicos para deixar as entrevistas mais fluidas e compreender melhor a contribuição das falas para a elaboração deste estudo.

Superados os desafios, a partir da realização da pesquisa empírica e a relação desta com o arcabouço teórico e documental encontrado, a pesquisa compreendeu o essencial papel do marcador social do território e suas relações com os marcadores de raça e classe para influenciar diretamente na atuação da PM nesses bairros.

2 CAMINHANDO POR DUAS REALIDADES: O JURUNAS E A BATISTA CAMPOS

O presente trabalho gira em torno do estudo da diferenciação entre as dinâmicas de atuação da polícia militar em dois bairros da cidade de Belém, capital do estado do Pará, no norte do Brasil. Todavia, antes que se teça qualquer comentário ou análise acerca dessas dinâmicas, faz-se necessário compreender que tipo de ambientes são analisados, como estes lugares surgiram na cidade e qual o papel na composição sócio territorial de Belém. Em início podemos avistar a divisão de bairros feita na cidade:

Imagem 1 - Divisão Político-administrativa dos bairros do município de Belém



Fonte: BRASIL. Prefeitura de Belém. Divisão Político-administrativa dos bairros do município de Belém, 1996.

Os bairros escolhidos na presente dissertação saltam aos olhos por serem vizinhos e por envolverem diversos elementos de diferenciação, chegando a configurar verdadeiros opostos: nas suas histórias, na população, nas suas ruas, na sua arquitetura, nos seus espaços de lazer, nas manifestações culturais e, certamente, na sua interação com as agências policiais, em especial a polícia militar.

Os processos de urbanização levaram esses bairros vizinhos a perfis díspares e evidenciam a marca das questões de classe e raça na ocupação do território. De um lado, um bairro negro e pobre (Jurunas) que teve um presídio como marco histórico e de outro um bairro rico e branco (Batista Campos) que tem uma praça como seu marco urbano.

Desta feita, nessa primeira seção do trabalho, buscar-se-á apresentar esses dois importantes sujeitos desta pesquisa: o bairro do Jurunas e o bairro da Batista Campos, ambos da cidade de Belém-Pará. Busca-se nessa comparação e introdução aos bairros uma retomada da história própria desses dois espaços, descrevendo sua ocupação para adiante relacionar essa construção histórica e social com a diferença das dinâmicas de atuação da Polícia Militar, objeto deste estudo.

2.1 Uma apresentação do campo: a urbanização e as lógicas de segregação

Conhecer os bairros do Jurunas e da Batista Campos envolve perpassar por diversos momentos da história da construção e urbanização de Belém, desde a sua fundação, em 12 de janeiro de 1616, com a construção do Forte do Presépio, também chamado de Forte do Castelo (SARGES, 2010, p. 61-62). A história desses dois bairros envolve um pequeno curso d'água que ficava ao norte dessa fortificação e ao lado de um terreno pantanoso: o igarapé do Piri.

O marco do surgimento desses bairros é o início das obras de ensecamento dessa região alagada, que era conhecida como Alagado do Piri, bem como do próprio igarapé quase na chegada no século XIX, no ano de 1800 (MEIRA FILHO, 2015, p. 484). O objetivo dessas obras, além da clara expansão da ocupação da cidade, era o seu suposto embelezamento.

O ensecamento da área alagada deu início ao que se conhece hoje como bairro da Campina, mas foi somente com o início das obras de drenagem e aterramento do igarapé é que se demarcaria o surgimento das primeiras vias do Jurunas e da Batista Campos. O aterramento do igarapé do Piri ocasionou a uma das maiores mudanças urbanas da Belém Colonial e contribuiu para a formação desses bairros levando ao surgimento de três estradas: Mangabeiras, São José e São Mateus. A primeira é hoje conhecida como a Av. Almirante Tamandaré, marco inicial do atual bairro de Batista Campos. A segunda é a atual Av. 16 de Novembro, caminho que levava ao que se conhecia na época como travessa dos Jurunas ou boca do Jurunas, que futuramente daria nome ao bairro (RODRIGUES, 2008, p. 75).



Fonte: Fotografia desconhecida. Página Belém Antiga. Postagem de 9 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/belemdopassado/photos/acredite-a-hoje-avenida-16-de-novembro-já-foi-um-rio-mais-precisamente-o-igarapé/1435402120014324/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Já no século XIX, na gestão do intendente² Antonio José de Lemos (1897-1911), houve diversos planos de urbanização da cidade, conforme as exigências da elite da sociedade na época, como estruturação dos portos, calçamento e pavimentação das ruas, instalação de bondes elétricos e serviços telegráficos e de telefonia (BRASIL, não datado).

Essas medidas surgiram também com a elaboração do que era conhecido como Código de Posturas de 1900, que na verdade era o Código de Polícia Municipal (Lei 276 de 1900)³. Nesse código era instituído um poder de polícia municipal, que tinha como principal função a constante vigilância e o controle social das camadas menos favorecidas da sociedade para que se adequassem a um padrão europeu de comportamento, que era idealizado pelas elites da época, em especial pelo intendente Lemos (SARGES, 2010, p. 212).

Uma observação que deve ser feita neste ponto é de que o Código de Posturas que marcou a gestão de Lemos, na verdade, nem mesmo tinha essa nomenclatura no diploma legal que o instituiu (Lei 276/1900). A ementa dessa lei deixava bastante claro que estava instituído o Código de Polícia Municipal (BRASIL, 1900, p. 18). Isso já demonstra que o poder de polícia,

² O cargo de intendente é o que hoje se conhece como prefeito da cidade

³ A Lei nº 276, de 3 de julho de 1900 trazia em seu conteúdo diversas infrações, quase todas com intuito de adequar comportamentos populares ao padrão eurocêntrico ou voltado a uma política de higienização da cidade a fim de evitar a disseminação de doenças e epidemias, mas também para responsabilizar as classes pobres e as pessoas negras pela precariedade das próprias vidas diante de um ideal de embranquecimento e assimilação de costumes europeus na metrópole da Amazônia como, por exemplo: “Art. 110.º - E’ proibido: I – Fazer bulha e algazarra e dar altos gritos sem necessidade; II – Apitar ou dar qualquer signal de que usam as patrulhas e officiaes rondantes, excepto nos casos de pedir socorro; III – Fazer batuques ou sambas; IV – Tocar tambor, carimbo ou qualquer instrumento de perturbe o socego publico;”

em sentido amplo, foi utilizado pelo Estado para o controle social de negros e pobres, algo que seria visto na atuação da Polícia Militar no futuro. A legislação deixava bastante claro que, em nome do ideal de “melhoramento”, seria utilizada a força policial para ajustar os comportamentos para se atingir o objetivo final de ser equiparada a uma cidade europeia.

Deste modo, essas normas tinham a nítida intenção de disciplinar também os usos de construções e do espaço público pelos indivíduos, o que provocou uma ocupação restrita do lugar, prejudicando as classes mais populares, que foram empurradas para áreas periféricas, como o próprio bairro do Jurunas ou mesmo áreas mais distantes ainda do centro, como o bairro de São Brás.

A edição desse Código traz à tona uma série de medidas de controle de comportamentos sociais. Por exemplo, naquele tempo, era expressamente proibido atirar pedras contra mangueiras ou mesmo as podar voluntariamente (MIRANDA, 2015, p. 530-531). Pode parecer um exemplo fora de contexto, mas a inserção das mangueiras, que não são naturais da Amazônia, fez parte da política de “embelezamento” de Lemos, que se inspirava em uma arquitetura arborizada, como era feito na Europa na época. O costume de atirar pedras nas mangueiras era muito comum entre as pessoas mais pobres, que inseriram a fruta em sua dieta, e que trabalhavam nas áreas mais centrais onde estas árvores foram inseridas. A proibição do apedrejamento era justamente para que essas pessoas não danificassem o patrimônio público que servia de “melhoramento” da cidade (VIEIRA, 2010, p. 62).

Do mesmo modo, também não era permitido que as pessoas dormissem à sombra destas árvores. Comportamento que também era muito praticado pelos trabalhadores das ruas de Belém na época, que descansavam no horário do almoço debaixo dessas árvores que fizeram parte de um ideal que servia mais para atender aos anseios de uma elite que queria se aproximar de um padrão europeizado de sociedade (VIEIRA, 2010, p. 63). Além da reformulação da estrutura da cidade, havia o objetivo de mudança de hábitos e costumes sociais (SARGES, 2010, p. 20).

A gestão de Lemos foi marcada pelo principal ideal da época: o “embelezamento”, urbanização e “higienização” das cidades, o que era estimulado em larga escala pelas elites em Belém em razão do crescimento econômico proporcionado pelo ciclo da borracha na Amazônia. Esse ideal é, não explícito, mas facilmente perceptível quando se toma conhecimento de que existiam restrições de condutas e moldes de comportamento que somente se aplicariam a classes pobres e negras: como a necessidade de comércio de alimentos somente quando registrado (o que

era inacessível para as classes mais pobres e para as pessoas negras) ou mesmo o registro de animais, bem como a própria proibição de gritos e algazarras e ao próprio exercício da cultura (com as proibições de rodas de samba e carimbó).

Todavia, tal ideologia também era parte do projeto de embranquecimento da população brasileira, considerada atrasada em relação à Europa em razão da miscigenação da sua população, o que motivava esse tipo de políticas sob o ideal supostamente legítimo de embelezamento e higienização, quando na verdade era uma tentativa de esconder negros e pobres, fazendo-os desaparecer, tornando o Brasil um país branco e desenvolvido como os países do continente europeu (SCHWARCZ, 1993, p. 17-18).

Um exemplo dos danos provocados a uma população vulnerabilizada é o fato de que as habitações mais populares, como cortiços, bem como habitações pouco ventiladas e a própria mendicância eram considerados sérios problemas sociais e que eram focos de proliferação de epidemias (MIRANDA, 2015, p. 528-529). Por detrás desse discurso de problemas sociais, não havia realmente uma preocupação social, mas sim um interesse da elite em se igualar ao contexto europeu e branco. Essa característica vai permear os projetos de urbanização daquele período.

Portanto, a gestão lemist em Belém refletiu um ideal de segregar e eliminar a população pobre e negra, mascarando as violências contra esse grupo através de práticas e políticas supostamente legítimas (NASCIMENTO, 2017, p. 83) justificadas pelo projeto de urbanização de Belém, mas que, em verdade, representavam parte de um grande objetivo racista de embranquecimento:

No final do século XIX e início do século XX, assistia-se, na sociedade brasileira, a transformação do espaço público, do modo de vida, a propagação de uma nova moral e a montagem de uma nova estrutura urbana, cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada (SARGES, 2010, p. 19).

A gestão de Lemos, na verdade, fez parte de um contexto que usava o discurso de supostas melhorias e urbanização para segregar e controlar condutas, comportamentos e a própria maneira de viver de pessoas pobres e, em que pese haja um grande apagamento desse grupo nos estudos sobre tal período, negros. Neste ponto cabe um alerta. Durante a execução da pesquisa, muitos materiais foram coletados acerca da urbanização de Belém, mas poucos estudos mencionavam a questão racial, o que trouxe uma compreensão de que, apesar do reconhecimento

da presença negra no Pará (SARGES, 2010, p. 108), pouco se destaca os efeitos da urbanização desigual nessa população.

Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 47), esse apagamento é uma perpetuação da ideologia de democracia racial, surgida nos anos 1930, tendo em vista que se passou a considerar que as distinções e desigualdades da população negra eram uma questão de classe social, bem como seriam facilmente solucionáveis com uma mera redução na desigualdade de renda, o que não é a realidade para o sociólogo mencionado. Para o autor, em que pese haja uma aproximação, a questão racial tem influência para distinguir por completo a discussão de classe social para negros e brancos (ALMEIDA, 2019, p. 187).

O estudo realizado aqui, portanto, traz a compreensão de que o processo de urbanização e a construção do território também representam parte desse planejamento de segregação da população negra, assim como da classe pobre. Essas nuances serão abordadas em tópicos a seguir.

Enquanto a população de baixa renda, que era em grande parcela negra também, não tinha mais escolhas senão se deslocar para áreas periféricas, com poucas melhorias urbanas e, de certa forma, ainda alagáveis no período das cheias, como o Jurunas, o bairro de Batista Campos ficou em evidência na transição do século XVIII para o XIX, como expressão do ideal de “modernização” e “higienização” da cidade.

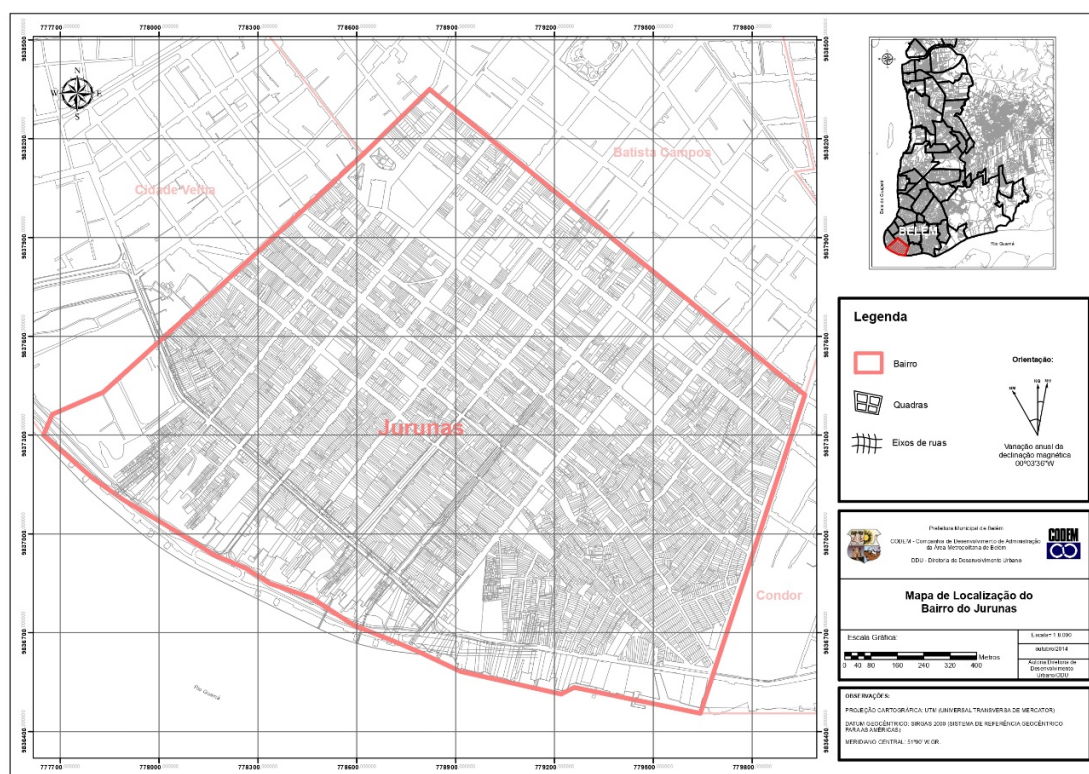
2.1.1 Jurunas: do presídio às margens do Guamá

Conforme a Lei municipal 7.806 de 1996, o bairro do Jurunas é delimitado da seguinte maneira:

JURUNAS - Compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da margem direita do Rio Guamá com a projeção da Rua Cesário Alvim, segue por esta até a Rua Tupinambás, flete à direita e segue por esta até a Trav. Quintino Bocaiúva. flete à direita e segue por esta e por seu prolongamento até a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por este até o início da poligonal (BRASIL, 1996).

Na linguagem mais popular, este bairro poderia ser delimitado de diversas outras maneiras, nem sempre similares, mas certamente com reconhecimento pela cultura popular e por alguns projetos governamentais, tais como: o espaço São José Liberto⁴ (antigo presídio), o Portal da Amazônia⁵ (espaço turístico na beira do rio), a sede do Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná⁶, e também palco de altos índices de tráfico de drogas.

Imagem 3 – Mapa do bairro do Jurunas



Fonte: CODEM. 2014. Mapa do bairro do Jurunas. 1:8.000

⁴ O Espaço São José Liberto fica localizado na Praça Amazonas, s/n, marco inicial do bairro do Jurunas nas proximidades da Av. Roberto Camelier. Hoje em dia funciona como espaço turístico e museu, mas já funcionou como convento, quartel, depósito de pólvora, hospital, cadeia pública e presídio. Ficou famoso na época que serviu como presídio por ter sido palco de diversas rebeliões e pelo fato de estar localizado no meio da cidade e com uma segurança relativamente precária, o que motivou a sua desativação no final dos anos 1990.

⁵ O Portal da Amazônia fica localizado nos bairros do Jurunas e Cidade Velha, na beira do rio Guamá. Compreende um espaço turístico e com área de lazer para prática esportiva, além de quiosques e restaurante. Sua obra representou uma valorização daquela região, bem como fez parte de um processo de gentrificação que removeu uma população para áreas desvalorizadas.

⁶ O Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná é uma tradicional escola de samba de Belém, fundada em 1934, localizada no centro do bairro do Jurunas. É um marco cultural do bairro, sendo uma das escolas campeãs da cidade.

O bairro do Jurunas nasceu da diversidade da sua ocupação. Antes mesmo que os colonizadores tomassem controle do que seria a cidade de Belém, as margens do rio já eram ocupadas por diversos grupos indígenas que depois da colonização passariam a dividir espaço com outros indivíduos (RODRIGUES, 2008, p. 73). Com chegada do século XVIII, as primeiras ruas e caminhos começam a ser abertos com certa dificuldade, mantendo a região como um espaço pouco valorizado e que estava destinada a ser ocupada pela população mais pobre.

Já no século seguinte, as obras de aterramento do igarapé do Piri permitiram uma maior ocupação de espaços na cidade, dando forma ao que viriam a ser os bairros do Jurunas e da Batista Campos, bem como outros como a Cremação, a Condor e o Guamá. Essas obras permitiram a abertura da estrada de São José (atual Av. 16 de Novembro), cujo final delimita o começo do bairro do Jurunas e possibilitava a conexão dessa região empobrecida com o centro da cidade (RODRIGUES, 2008, p. 74). É neste momento que ocupação começa a ser mais intensa.

A chegada do século XIX, bem como a gestão do intendente Antonio José Lemos entre os anos de 1897 e 1911, foi marcada pelo ideal político da melhoria das condições econômicas, higiênicas e habitacionais, compatibilizando a cidade com o cenário econômico da época, que era da exploração da borracha. Nesse mesmo período, houve uma intensa propaganda negativa da ocupação irregular por meio de “barracos e puxadas” nessas regiões mais pobres.

Contudo, vale ressaltar aqui mais uma vez, que essas políticas de urbanização e “melhoramento” da cidade não faziam parte de um interesse social, mas sim de uma demanda da elite que lucrava com a exploração gomífera e que tinha uma ânsia de se comparar com uma sociedade supostamente civilizada: a do continente europeu. Assim, em que pese tenham investido em obras de urbanização no centro da cidade, houve pouco investimento nas áreas mais precárias, ocupadas por pessoas pobres e negras, e que não eram vistas como “interessantes”.

Por este dado histórico, é possível perceber que era uma questão culturalmente aceita a representação destas áreas, muitas delas alagadas ou alagáveis, como perigosas, insalubres, desvalorizadas e excluídas. A região do bairro do Jurunas, não sendo de interesse econômico, foi pouco afetada por estes projetos e investimentos, seguindo como uma área alagável, com pouco fornecimento de água e iluminação, atraindo moradores justamente pelos baixos preços para seus terrenos (RODRIGUES, 2008, p. 76).

Carmem Rodrigues (2008, p. 76) evidencia que, ainda que houvesse uma segregação geográfica desse espaço, havia uma integração sociocultural, tendo em vista que os moradores se

deslocavam para eventos sociais realizados fora do bairro, bem como seu trabalho e subsistência estava fora do Jurunas. É uma região próxima, mas ao mesmo tempo, distante dos centros urbanizados da cidade, mesmo na sua atual configuração.

O Jurunas, assim, foi construído a partir da desvalorização de um espaço, da sua ocupação por pessoas que não podiam residir nos centros mais urbanizados. A estruturação desse bairro é herdada de uma contradição das suas condições sociais, econômicas e sanitárias com o cenário de enriquecimento, urbanização e embelezamento dos centros urbanos de Belém, de interesse da elite. Essas marcas não perduraram somente nos séculos XVIII e XIX com a gestão de Antônio Lemos e sua política de “embelezamento”, “higienização” e urbanização da cidade de Belém.

Importante destacar aqui que nesse período havia uma forte tendência a desejar o que se entendia por higienização dos espaços. A justificativa dada pelos defensores desses projetos se concentravam no perigo a saúde coletiva, bem como ao próprio desenvolvimento o fato de a cidade estar cheia de epidemias, com hábitos pouco saudáveis, sem acesso a água encanada ou mesmo sistema de esgoto. Esse ideal tinha como consequência uma responsabilização dos mais pobres (e também dos negros) pelas doenças, pela sujeira. “Os espaços considerados insalubres, tanto física quanto moralmente, foram associados a focos de proliferação epidêmicos. Casas desalinhadas, pouco ventiladas, mendicância eram considerados incômodos” (MIRANDA, 2015, p. 528-529).

Esses acontecimentos refletem o ideal de embranquecimento e higienização da população em nível macro, portanto, uma segregação e até mesmo eliminação de pessoas pobres e negras. Lilia Schwarcz (2019, p. 31) afirma que o período republicano pregava a liberdade e as políticas sociais, mas não reduziu os índices de exclusão social, mantendo os pobres e negros em posições vulnerabilizadas. Ou seja, o que transparece é que esses projetos de urbanização, principalmente operado na gestão de Lemos, serviram para a construção do bairro do Jurunas, mas não porque houve investimento naquela região, mas sim porque, ao investir nas demais áreas, empurrava-se para o Jurunas as pessoas que não tinham mais condições de residir em lugares “melhorados”.

Nesse momento histórico de formação do bairro do Jurunas, o que mais se destaca é o fato de as políticas estabelecidas por Antônio Lemos terem o objetivo declarado de urbanizar e melhorar a infraestrutura de Belém, mas concomitantemente promoverem a segregação de grupos

vulnerabilizados, bem como estes seriam desvalorizados social e economicamente. As melhorias urbanas eram para atender interesses e necessidade da elite que estava em ascensão com o ciclo da borracha (VIEIRA, 2010, p. 60).

A própria imagem de Lemos perante a sociedade da época, pelo menos a parcela que era beneficiada e que concordava com a sua política de urbanização, era de um homem diferente dos demais, reforçando o discurso do sujeito ideal, capaz de encaminhar a cidade de Belém para um modelo europeu de cidade, bem aqui próximo aos trópicos (SARGES, 2002, p. 30).

Uma observação que deve ser destacada sobre a gestão de Lemos, e que é de suma importância para a ocupação do bairro do Jurunas é o fato de que as políticas refletiam o processo de embranquecimento, que estabeleceu um padrão social baseado nas concepções da elite rica e branca como universais e contribuem para manter a subalternidade de pessoas negras e pobres (GONZALEZ, 2020, p. 131). É clara a mensagem, conforme menciona Zélia Amador de Deus (2019, p. 91), de que o desenvolvimento somente ocorreria quando o negro desaparecesse.

Portanto, o planejamento urbano de Lemos era guiado por uma lógica racista, o próprio discurso de uma higienização já trazia isso em seu conteúdo. É um destaque que precisa ser levado em consideração tendo em vista que boa parte da população que era deslocada pelas “melhorias” do então intendente era negra e não tinha condições econômicas para residir nas áreas nobres. É com este contexto que se pode prever as diferenciações nos modelos de ocupação dos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

Nos estudos de Carmem Rodrigues (2008, p. 76-77), a autora faz uma análise do perfil da população que ocupa esse espaço, compondo um território, como pessoas, mormente, de baixa qualificação escolar e profissional, trabalho ligado a vendas de bens e serviços, seja dentro ou fora do próprio bairro.

Em que pese haja a correspondência desse perfil traçado com a realidade, o bairro não pode ser jamais considerado homogêneo ou ocupado por um grupo social específico, haja vista ser composto por áreas diversificadas, sendo muitas delas áreas valorizadas por uma proximidade com o centro urbanizado. Essas áreas representam as regiões mais próximas do bairro nobre limítrofe ao Jurunas: Batista Campos.

Esse modelo de urbanização é identificado por James Holston (2013, p. 209-210) nos processos de urbanização brasileira, na qual a periferia ocupada próxima ao centro serve justamente para atender aos interesses da elite que necessita dessa mão-de-obra. A ocupação de

uma periferia distante do centro viria a acontecer mais tarde, com a expansão territorial da cidade de Belém.

Nas entrevistas realizadas por Carmem Rodrigues (2008, p. 91), a autora percebe uma divisão feita pelos próprios moradores do Jurunas entre áreas mais, mais ou menos e menos valorizadas, delimitadas não por uma geografia formal e mapeada, mas sim pela percepção cultural daqueles que ocuparam o espaço e se configuraram como parte daquele território. Desse modo, o Jurunas contém, dentro de um espaço, mais de um território, que pode ser ocupado por pessoas pobres, como pela classe média e até da própria elite em enclaves urbanizados dentro de um espaço periférico.

Construído, e representado, como um bairro desvalorizado, periférico e pouco urbanizado, as representações sociais do Jurunas também recaem em estereótipos de insegurança e dominação pelo crime. Assim, também em razão da sua heterogeneidade, é perceptível que a percepção sobre crime e violência é diversificada conforme o local de onde esta é formada e por quem é emitida.

Para Rodrigues (2008), os moradores de áreas mais centrais do bairro do Jurunas, todas as transversais que cortam a Av. Roberto Camelier (principal via do bairro) a partir da Trav. Fernando Guilhon são dominadas pelo crime e perigosas. Já os moradores dessas áreas ditas perigosas possuem uma perspectiva diferente: identificam o crime e a violência como elementos concretos e bem próximos, mas deixam afastado esse cenário da rua onde moram ou do entorno pelo qual circulam.

Assim, para os que olham *de fora*, (como alguns moradores da *fronteira* Batista Campos/Jurunas) “*os bandidos estão à solta*” em todo o bairro, enquanto que para os moradores há diferentes tipos de violência, inclusive aquela que resulta da ação da polícia, cujos métodos de combate à violência podem ser vistos como corretos, pois “*já prendeu muitos dos bandidos e assaltantes mais perigosos do bairro*” (João), mas costumam exagerar e também ser violenta com qualquer pessoa: (RODRIGUES, 2008, p. 88)

Esses mesmos moradores entrevistados, em outra parte desse contato de Rodrigues (2008), relacionam a melhoria das condições de urbanização do bairro com um aumento da sensação de segurança para os moradores e para aqueles que passam por ali. Disso já fica evidente que há uma relação das questões urbanas com a segurança e como isso pode influenciar

no trabalho das agências policiais, mesmo que seja no nível da fala do crime, como menciona Teresa Caldeira (2011, p. 27).

Esse conceito trabalhado pela antropóloga, refere-se a quaisquer “[...] conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema [...]” (CALDEIRA, 2011, p. 27). Segundo a autora, essa fala é contagiante e é responsável por transmitir o medo do crime e da violência e, mais ainda, do crime violento pela sociedade, sendo capaz de operar mudanças. O trabalho dessa autora estuda como essa fala do crime impactou na construção do território na cidade de São Paulo, demonstrando isso através da própria arquitetura das residências, que assumem muros altos e grades de ferro.

Aqui, um dos objetivos tenta compreender de que forma essa ocupação do espaço e a construção territorial podem impactar no trabalho da polícia. As concepções que são formuladas e emitidas acerca do bairro do Jurunas como pouco urbanizado, perigoso, violento são também fala do crime e decerto impactam na atividade policial sobre esse bairro.

Em um levantamento feito junto a hemeroteca da Fundação Cultural do Pará/Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), foi feita uma seleção de recortes de jornais das décadas de 1990 e 2000 referentes a notícias que mencionavam o bairro do Jurunas. Na maioria delas, os temas mais comuns são a sensação de insegurança, a falta de urbanização e saneamento.

De maneira mais frequente, o tema mais recorrente é a questão da segurança, divulgando um clamor social pela melhoria do policiamento na região, que era descrita como perigosa e dominada, principalmente, pelo crime de tráfico de drogas. Essas reportagens estão em anexo ao presente trabalho.

Além dessa própria representação do bairro em questão, não se pode ignorar o fato de que o Jurunas foi marcado pela presença do que hoje é o Espaço São José Liberto. No século XIX, mais precisamente em 1843, o espaço passou a funcionar como cadeia pública e, posteriormente, presídio a partir de 1934, até o ano de 1998, após uma rebelião. Esse espaço é um dos marcos iniciais do bairro.

Imagem 4 – Av. 16 de Novembro (antiga Estrada de São José), no cruzamento com a Travessa Arcipreste Manoel Teodoro.



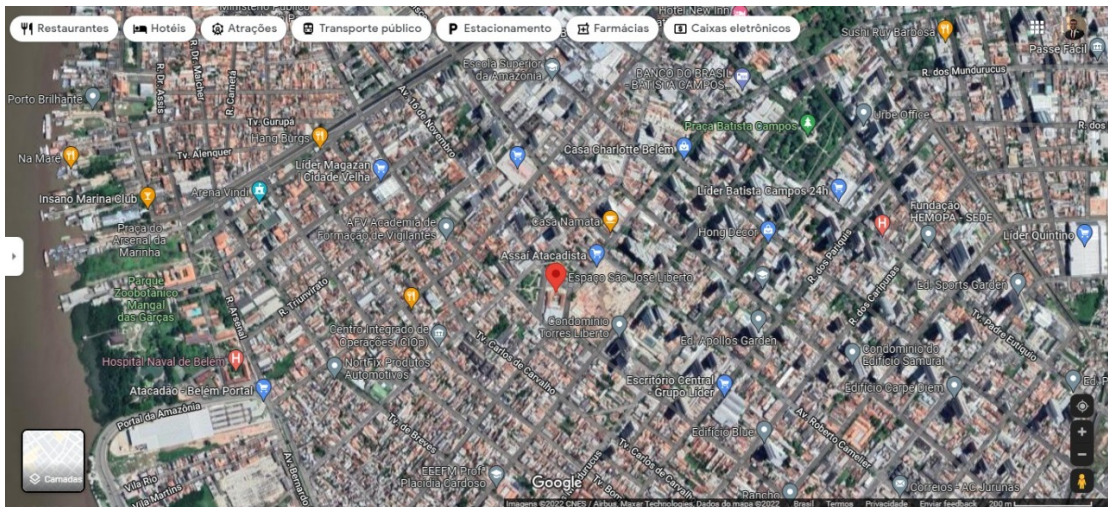
Fonte: Google Street View, 2020.

A imagem acima evidencia o Espaço São José Liberto ao fundo em amarelo como um marco inicial do bairro. Portanto, a representação daquela região é composta pela imagem de ser a sede de um presídio, que foi palco de diversas polêmicas e que culminou com uma rebelião que somente se encerrou após o assassinato de um dos custodiados que lideravam a rebelião, que era conhecido como Ninja pelos próprios detentos, famoso criminoso da década de 1990, a quem foram atribuídos inúmeros roubos a bancos, e que causou um forte sentimento de insegurança por vários estados do Brasil⁷.

A existência de um bairro todo ao redor de um presídio tem inúmeras consequências para a construção territorial, bem como contribui para a própria fala do crime. A região continua a ser vista como perigosa, principalmente em razão da proximidade dos rotulados como criminosos com a população e uma consequente desvalorização do bairro por causa da existência do presídio.

Imagem 5 – Vista aérea da região do São José Liberto, na conversão da Av. 16 de Novembro para a Av. Roberto Camelier, marco inicial do bairro do Jurunas

⁷ A história com mais detalhes acerca da rebelião no São José Liberto foi documentada de maneira audiovisual pelo Grupo Liberal na websérie “Somente a Verdade”, em seu primeiro episódio: “São José e os libertos”. Disponível em: <https://www.oliberal.com/play/somente-a-verdade/somente-a-verdade-ep-1-s%C3%A3o-jos%C3%A9-e-os-libertos-a-hist%C3%B3ria-de-ninja-1.458845>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.



Fonte: Google Maps, 2020.

Portanto, mencionar que o Jurunas foi um bairro ao redor de um presídio não se trata apenas de uma mera indicação geográfica, mas também uma evidência de como sua história explica a construção territorial do próprio bairro e da fala do crime que paira sobre este território e o representa como um bairro perigoso, desvalorizado e dominado pelo crime.

Imagem 6 – Fotografia atual do Espaço São José Liberto (antigo presídio), localizado na entrada do bairro do Jurunas



Fonte: Google Street View, 2020.

Atualmente, o bairro do Jurunas não teve esse cenário alterado. Ainda paira sobre esta região a imagem de um território dominado pelo crime, perigoso e financeiramente

desvalorizado. Recentemente, a cantora Gaby Amarantos, paraense nascida e criada no Jurunas, e que hoje atua em uma novela global, manifestou-se em redes sociais de que testemunhou a violência cotidiana no bairro. Ela relatou que não era incomum caminhar para a escola e encontrar corpos assassinados no caminho, vítimas de conflito de facções ou mesmo com a polícia⁸, o que causou grande repercussão.

As regiões mais nobres do bairro, outrossim, que estão próximas ao bairro da Batista Campos, possuem uma construção completamente diferente, com estratégias de policiamento diferentes e elementos arquitetônicos diferentes, como uma visível marca de verticalização no bairro.

Assim, a construção territorial do bairro do Jurunas ocorreu de forma a manter a desigualdade de classe e raça, garantindo que a especulação financeira e o racismo terminassem por segregar as pessoas pobres e negras em áreas desvalorizadas e vistas como criminógenas, enquanto as pessoas brancas e ricas iriam para regiões mais distantes do rio, próximas ao bairro da Batista Campos e mais valorizadas. Isso terá um impacto na atuação policial, que será detalhada futuramente.

Do mesmo modo, existe também uma fala do crime no bairro vizinho, considerado nobre, a Batista Campos e que gera um impacto diverso na atuação policial naquela região. Contudo, antes de tecer reflexões acerca da polícia militar em cada um desses bairros, é necessário apresentar o outro bairro sujeito da pesquisa.

2.1.2 Batista Campos: um bairro ao redor da praça

Apesar da sua proximidade limítrofe do bairro do Jurunas, a Batista Campos teve uma construção bastante diferente do seu vizinho. Em que pese tenham sido impactados por vários projetos de urbanização, principalmente na gestão Antônio José Lemos (1897 a 1911), a forma com que ambos se desenvolveram é bastante diferente. Segundo as delimitações formais da Lei 7.806/1996, o bairro da Batista Campos:

⁸ Disponível em: <https://www.oliberal.com/cultura/declaracao-de-gaby-amarantos-sobre-o-bairro-do-jurunas-divide-opinioes-de-belenenses-1.396520>

CENTUR, bem como da Universidade Federal do Pará, foram encontrados menos pesquisas sobre esse bairro, bem como uma precariedade de informações que o Jurunas não possuía.

Muito de sua história estava em trabalhos e estudos produzidos sobre o período lealista, bem como sobre seu elemento mais marcante: a praça Batista Campos. Enquanto o Jurunas tem sido alvo de estudos sobre questões criminais, a Batista Campos segue a margem dos estudos sendo evidenciada muito mais pelo processo de urbanização. Uma característica marcante dos estudos sobre a Batista Campos é destacar a mescla de uma arquitetura moderna com antigos casarões e monumentos históricos que compunham a vida cotidiana da cidade no começo de sua ocupação, como o Cemitério da Soledade (MAGNO, 2021).

Diferentemente do Jurunas, que já estava mais às margens do rio Guamá, o bairro de Batista Campos era uma área cortada por igarapés. Meira Filho (2015) destaca seu marco inicial de formação com o aterramento do Igarapé do Piri, que deu origem a estrada das Mangabeiras, hoje Av. Almirante Tamandaré. Essa Avenida, após cruzar com a Travessa Padre Eutíquio, passa a ser nomeada de Rua Gama Abreu que, ao cruzar com a Av. Serzedelo Corrêa, torna-se um dos pontos de origem do bairro de Batista Campos. A construção desse bairro vem se mostrar marcante a partir do final do século XVIII e começo do XIX, a partir desse processo de aterramento, e com a gestão do intendente Antônio José Lemos (1897 a 1911).

Imagem 8 – Início da Av. Serzedelo Corrêa, marco inicial do bairro da Batista Campos

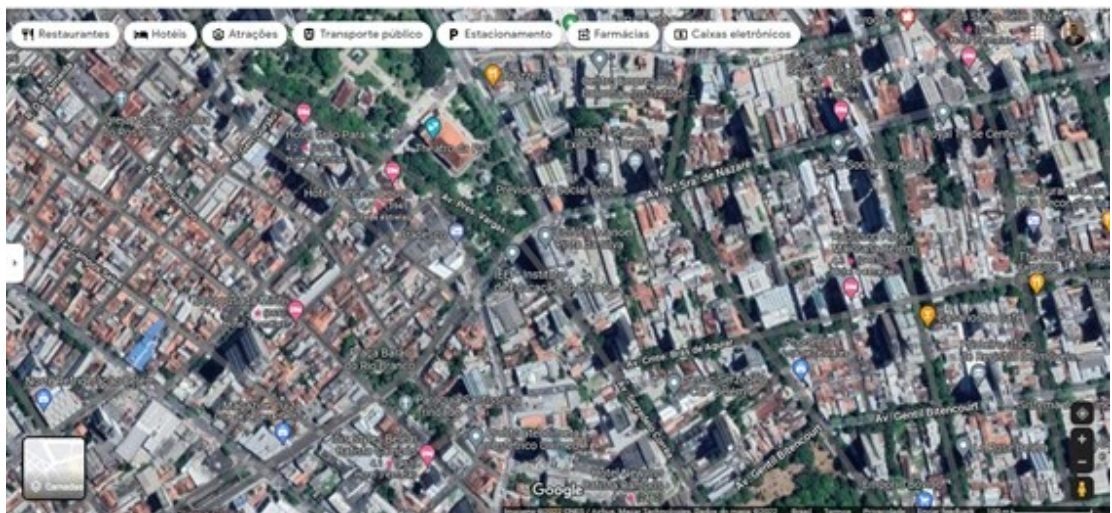


Fonte: Google Maps, 2020.

A área que hoje representa esse bairro foi um dos maiores alvos de projetos de melhorias de urbanização propostas pelo intendente, que tinha a finalidade de modernizar a região para receber o comércio da borracha. Isso tornou este bairro uma localização central e valorizada, já que até meados do século XIX ainda era considerada uma região periférica e ocupada por pessoas que não tinham condições de morar nos bairros da Campina ou da Sé.

Esse processo de modernização veio acompanhado do fenômeno de gentrificação da população que ocupava esse local, ou seja, com as melhorias, a população mais carente que ocupou pioneiramente aquele espaço, foi empurrada para outros lugares menos valorizados, cujos custos de habitação pudessem arcar (MAGNO, 2021), como o próprio bairro do Jurunas ou mesmo alguns mais afastados, como São Brás.

Imagem 9 – Vista aérea da área inicial do bairro da Batista Campos



Fonte: Google Maps, 2020.

A autora Ermínia Maricato (2002) menciona a urbanização de Belém como um dos maiores exemplos da ocorrência desse fenômeno de expulsão da população pobre quando ocorre a valorização imobiliária da área que era ocupada por eles. Como é o caso do bairro da Batista Campos.

Isso foi responsável por promover uma nova onda de interiorização da população pobre para o continente, para áreas pouco urbanizadas. Ou seja, enquanto símbolo de um período de constante investimento urbano, ao menos em algumas áreas da cidade, havia também o lado da população excluída desse processo e expulsa das áreas mais centrais da

cidade. Os processos de melhorias e urbanização serviam de justificativas para realizar essa expulsão e segregação dessas pessoas (DIAS, 2008).

A história central desse bairro está ligada assim ao fenômeno oposto que ocorreu no seu vizinho, o Jurunas. Enquanto ambos passaram por melhorias, a Batista Campos era parte de um projeto de modernização e higienização da cidade, foi pensada para conter um dos espaços de convivência social mais famosos, a sua praça homônima, e passou a ser ocupada justamente por pessoas que poderiam pagar por um terreno mais valorizado, residencial e com áreas de lazer (MAGNO, 2021).

Com a menção da sua praça, é preciso conceder um destaque a este espaço na história do bairro, uma vez que é um dos elementos mais característicos e também fez parte desse período em que a região foi valorizada e se tornou nobre.

Imagem 10 – Praça Batista Campos



Fonte: Fotografia registrada pelo site Expedição Pará. Disponível em:

[https://expedicaopara.com.br/raça íveis/raça-batista-campos/](https://expedicaopara.com.br/raça-íveis/raça-batista-campos/). Acesso em: 15 de agosto de 2022

A Praça Batista Campos é um espaço construído ao redor do que hoje são as vias da Rua dos Tamoios, Avenida Serzedelo Corrêa, Rua dos Mundurucus e Travessa Padre Eutíquio.

É famosa em Belém por ser uma extensa região arborizada no meio de um bairro bastante verticalizado e com intensa circulação de pessoas. É tida como um dos lugares mais bonitos da cidade, podendo ser frequentada para eventos culturais públicos, passeios matinais ou no final da tarde, prática de exercícios físicos, bem como para tomar água de coco em diversas barracas ao redor dos seus corredores.

Todavia, a origem da praça não teve sempre esse cenário. Primeiramente, é preciso saber que esta área nem sempre foi pública, mas um terreno pertencente à família Salvaterra, mais especificamente a Maria Manuela de Felgueiras e Salvaterra. Somente com sua morte passa a ser da Câmara de Belém, conforme diz o levantamento histórico de Marília Ribeiro no prefácio do livro de José Olímpio Bastos (2017, p. 30).

A praça Batista Campos, como hoje se compreende, teve suas principais mudanças, que fixariam o modo de usar aquele espaço como se usa atualmente, com a chegada da gestão de Antônio José de Lemos, personagem já mencionado neste trabalho. Contudo, desta vez, não se está falando de um território que foi ocupado porque as políticas de Lemos empurraram as pessoas para lá, mas sim da própria região em que houve os investimentos da gestão do intendente.

A partir de 1900, o espaço foi alvo de um trabalho intenso de Lemos, tendo sido ajardinado e melhorado em termos urbanos para que servisse de atração ao público na cidade de Belém. Sua inauguração completa ocorreu no ano de 1904, contendo várias características do paisagismo inglês, vanguarda seguida no século XIX (BASTOS, 2017, p. 30). A praça em si é um perfeito exemplo de como a gestão de Lemos se utilizou bastante de critérios de urbanização estrangeiros, como também foi feito por Georges-Eugène Haussmann na capital francesa (MIRANDA, 2015, p. 529)

Contudo, aqui se deve fazer um adendo a história da praça. Em que pese tenha se tornado um espaço integrado com as áreas nobres da cidade, bem como o próprio bairro em que se localizada tenha sido valorizado com Lemos, o espaço onde se localiza a praça já era utilizado como entretenimento ao público, o que se intensificou com a gestão do intendente.

Ao dizer isso, está-se fazendo referência ao chamado Colyseu Paraense, inaugurado em 1893, ou seja, previamente a gestão de Lemos. Esse Colyseu era um espaço onde a

comunidade imigrante ibérica mantinha acesa a chama da sua cultura mesmo após a mudança para residir nos trópicos: era onde ocorriam espetáculos de touradas⁹ (SARGES, 2021, p. 79).

O Colyseu era administrado por empresas particulares e ficava localizado na esquina em que se encontram, atualmente, a Rua dos Tamoios e a Avenida Serzedelo Corrêa, onde existiam entradas diferenciadas para públicos diferentes, conforme seu poder aquisitivo determinava se poderiam comprar entradas para o camarote ou para a arquibancada (SARGES, 2021, p. 80).

Imagem 11 – Cruzamento das vias da Av. Serzedelo Corrêa com a Rua dos Tamoios



Fonte: Google Street View, 2020.

É nítido que a existência desse Colyseu já demonstra um interesse econômico sendo satisfeito naquela região, uma vez que atraía público, gerava emprego e renda. É motivo para justificar, conforme a lógica financeira dos processos de urbanização que ocorriam no Brasil, a aplicação de capital naquele espaço, gerando “melhoramentos” urbanos. Certamente que, quando Antônio Lemos assumiu, ele também manteve esse mesmo ideal para essa região, tanto que promoveu a reforma da praça.

⁹ Uma crítica que precisa ser feita neste ponto ao contexto que se vivia na época é como era legitimada, estimulada e vivenciada, mesmo por cidadãos brasileiros, uma manifestação cultural europeia, mais especificamente da península ibérica, como as touradas, ao mesmo tempo em que o Código de Polícia Municipal, como já se destacou neste trabalho, proibiu diversas manifestações culturais populares, eminentemente brasileiras e regionais, como a proibição de realizar rodas de samba ou carimbó. É um claro exemplo de como a gestão de Lemos, em que pese tenha trazido muitas coisas positivas para a cidade de Belém, era classista e racista, voltada somente para uma população rica e branca e que sempre, mesmo que nunca explicitamente, promovia segregação e exclusão de uma população vulnerabilizada.

A historiadora Maria de Nazaré Sarges (2021, p. 84) destaca que esse interesse, bem como a lógica capitalista com a qual se organizava a cidade na época permitiu diversas manifestações que estimularam obras naquela região. Por exemplo, a realização de espetáculos requeria que os espectadores tivessem como se deslocar até o Colyseu, o que estimulou uma linha de bonde elétrico naquela região e em horários especiais, que permitissem que o público chegasse e saísse com conforto. Também houve obras para instalação de luz elétrica. Isso já na e no pós-gestão de Lemos.

Do mesmo modo, esse espaço refletia as regras vigentes na cidade. Existem jornais da época que relatavam o incômodo de alguns espectadores com os comportamentos praticados no interior do Colyseu, como proferir palavreado vulgar (ou pelo menos vulgar aos ouvidos conservadores moralmente da época), o que motivava até mesmo intervenção policial (SARGES, 2021, p. 81). Essa era uma conduta proibida até mesmo no Código de Polícia Municipal de 1900, planejado por Lemos para controlar o comportamento social da população, principalmente negra e pobre.

Portanto, com esse breve histórico não somente do bairro, mas também da praça Batista Campos, pode-se perceber que o bairro recebia investimentos, foi organizado para atender a interesses capitalistas da elite que lucrava com essas atividades, bem como para atrair olhares, investimentos e mesmo imigrantes no exterior, seguindo a já falada lógica de embranquecimento e europeização da população brasileira. Em regra, as políticas de lazer atendem interesses econômicos nas cidades. Praças e equipamentos de lazer são feitos em regiões nobre e brancas.

Isso traz uma grande diferença por haver uma representação positiva desse espaço. Em nenhum momento, a Batista Campos é rotulada como um bairro perigoso, dominado pelo crime e pouco urbanizado. Pelo contrário, o próprio policiamento é realizado em conjunto com dois outros bairros que possuem esse mesmo perfil de centralizados, habitados por pessoas da elite, não representados como perigosos e valorizados financeiramente: Umarizal e Nazaré.

Portanto, a história desse bairro, apesar de compartilhar muitos momentos com o bairro do Jurunas, percorreu um caminho bastante diferenciado, tendo um perfil populacional mais ligado a pessoas de classe média alta e alta, altos índices de urbanização, saneamento e higienização. Mesmo em outras ondas de intensa urbanização, como já na segunda metade do século XX, o bairro da Batista Campos também teve uma alta concentração de interesses

econômicos e de um uso mais racionalizado do espaço, o que foi comum nos bairros mais valorizados e mais centrais da época. Um exemplo disso foi a intensa verticalização pela qual passou nos anos 1980 (DIAS, 2008).

O ideal de “embelezamento” e “higienização” é tão marcante para a história da cidade que, junto com as melhorias urbanas para adequação da cidade ao período da *Belle Époque*, o intendente Antônio Lemos também foi responsável pela fiscalização sanitária da cidade, bem como da atividade da polícia municipal na região, para também adequar os comportamentos dos cidadãos com o período econômico que se vivia em Belém (DIAS, 2008, p. 26), reproduzindo uma discriminação de classe e um racismo bastante disfarçado sob a máscara supostamente legítima de políticas públicas urbanistas.

A produção do espaço urbano de Belém é marcada por uma contradição que ao mesmo tempo é resultado da histórica política urbana que fundamentou a divisão do espaço a partir de um projeto de higienização social, o qual coloca o negro em uma condição subalterna nas áreas de baixadas e periferias da cidade (COUTO, 2021, p. 69).

Portanto, também é possível enxergar que a construção social da cidade se deu com força da autoridade policial, mesmo que não militarizada, que tinha como finalidade o controle e a correção do comportamento dos cidadãos. Em um processo de urbanização, a força policial atua como forma de controle social, o que já demonstra uma relação entre essas duas categorias, que são estudadas nesta pesquisa através da atuação da Polícia Militar e dos territórios que compõem os bairros da Batista Campos e do Jurunas. E algo bastante evidente é a utilização da força policial para adequação de comportamentos conforme a perspectiva da elite econômica – e, consequentemente, racial.

Deste modo, está apresentado o campo de análise do presente trabalho: dois bairros que tiveram bastante história em comum, mas que foram construídos e são representados a partir de perfis que evidenciam uma disparidade econômica e social das pessoas que ocupam estes espaços e os transformam em território.

Um bairro até o presente considerado periférico, marcado por representações negativas, pouca urbanização e um estigma de dominação pelo crime e pela violência. O seu vizinho: um dos bairros mais caros da cidade, alvo de muitos projetos de melhorias,

saneamento e urbanização, representado como um dos melhores para morar e com baixo índice de crimes.

O próximo passo é compreender como essas diferenças entre um bairro e outro podem impactar, como de fato impactam, na atuação policial. Todavia, faz-se necessário destacar, antes, o papel do elemento territorial para a segregação de grupos marginalizados quanto a condição econômica e como isso é um meio para perpetuar essas desigualdades através dos modelos de urbanização que ocorreram no Brasil e em Belém.

2.2 Território, urbanização e desigualdade em Belém

A apresentação desses bairros nos leva a discutir noções como território, espaço e urbanização no Brasil e como se operam em termos dos sujeitos. Em verdade, os elementos territoriais moldam as identidades subjetivas e marcam as pessoas como pertencentes a determinados lugares – o que será a base das relações entre a atuação da polícia com as pessoas que estejam nesses lugares.

Para Milton Santos (2006), o espaço seria a reunião de elementos materiais e a vida que anima esses elementos, possuindo uma existência própria, independente das transformações da construção social, que somente passa a existir com relações sociais no espaço. Todavia, para o presente estudo, o interessante são as dinâmicas territoriais, ou seja, em que pese sua importância, a noção de espaço deve ser posicionada como anterior ao território, sendo este o foco das análises desta pesquisa, tendo em vista que já representa uma “natureza humanizada” (SANTOS, 2006, p. 39). Na concepção de Milton Santos (2006, p. 39), o território já representa uma apropriação do espaço por seres humanos, composto a partir das relações sociais que nele coexistem.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2006, p. 39).

Deste modo, pode-se compreender o território como uma realidade transformada e que deriva das relações de poder que existem nele, entre espaços que mandam e espaços que obedecem em uma geografia da desigualdade (VALENTE, 2016, p. 111). Portanto, compreender o território, bem como as dinâmicas que ocorrem interna e externamente a este, requer que se compreenda as relações sociais de poder que ocorrem naquele ambiente. Segundo Aiala Colares Couto (2017, p. 61), esse estudo deve perpassar sobre as formas como grupos e indivíduos se apropriam daquele território e o transformam.

É nessa rede de relações que se permite, que em uma única região, coexistam territórios, ainda que estejam localizados no mesmo espaço geográfico ou até no mesmo bairro. Por isso, o território poderá ser compreendido de maneira diferente por pessoas ou grupos diferentes (COUTO, 2017, p. 62). É o que justifica que, na apresentação do bairro do Jurunas, vários moradores terem percepções diferentes entre si, bem como muito diferentes daqueles que não residiam naquele bairro (RODRIGUES, 2008, p. 86 e ss.).

Esse fator também explica uma certa maleabilidade nos territórios e uma capacidade de estes serem representados de maneira diferente. Já se mencionaram alguns exemplos no decorrer deste trabalho. Primeiro, o próprio bairro de Batista Campos, que já foi considerada uma área desvalorizada até o aterramento do igarapé do Piri, hoje sendo considerado uma das regiões mais valorizadas da cidade Belém. Outrossim, as “subdivisões” dentro do bairro do Jurunas entre áreas mais valorizadas, áreas medianas e áreas desvalorizadas.

Nesse sentido, o autor destaca alguns exemplos de territorialidades flexíveis existentes nas grandes metrópoles modernas, tais como os territórios da prostituição feminina ou masculina, que se concentram nas áreas de obsolescência ou —espaços deteriorados dos grandes centros comerciais. Isso demonstra o caráter cíclico desse tipo de territorialização e cria uma identidade territorial que pode ser considerada apenas relativa, muito mais funcional do que efetiva, pois seus limites territoriais são instáveis devido à mobilidade existente (COUTO, 2017, p. 66).

Deste modo, resta evidente que essas relações em rede nos territórios, entre grupos e indivíduos, são essenciais para o exercício do poder nesses espaços, delimitando pessoas, fenômenos e relações. Portanto cada território em uma sociedade existirá conforme o controle que é exercido sobre este (COUTO, 2017, p. 63).

Todavia, as noções acerca do território não se esgotam nestes aspectos, principalmente no tocante a sua relação com o elemento racial. Em uma população racializada, os impactos da construção territorial assumem contornos diferenciados na subjetivação desses sujeitos, tanto interna como externamente, de modo que possuem imensa relevância quando se trata da relação destes com a atuação policial militar. Essas discussões serão mais bem detalhadas em seções seguintes.

Em suma, pode-se compreender o território como uma construção social e política de um espaço apropriado por seres humanos a partir de relações sociais de poder, que podem compor o que Júlia Valente (2016) configurou como uma geografia da desigualdade, principalmente porque tais relações surgem a partir de marcadores sociais como os aqui analisados: raça e classe. Portanto, o território é elemento essencial para o exercício da dominação de um grupo privilegiado econômica, social e racialmente sobre outros construídos como vulnerabilizados.

Diante disso, é importante compreender que o território é construído a partir de categorias que compõem a sociedade. Ou seja, é impossível o desvincular de questões de classe, gênero, sexualidade e raça. Ressalta-se que essas categorias todas são mencionadas para que se destaque que todas elas coexistem no território, ainda que no presente trabalho haja o foco nos marcadores de raça e classe. É preciso compreender que estas categoriais são indissociáveis quando se trata de território, ainda mais quando se deseja analisar a atuação policial, tendo em vista que são elementos que estruturaram a configuração social que se tem atualmente.

Por exemplo, pode-se perceber que durante a construção de ambos os bairros aqui estudados, houve forte influência das questões de interesse econômico, bem como a capacidade financeira dos residentes conforme a sua classe social. Sendo assim, é evidente que existe um vínculo em certo nível entre o elemento territorial e a questão de classe, já que a ocupação do espaço se tem mostrado ligada a poder econômico.

Do mesmo modo não se pode olvidar da questão racial, haja vista a construção da sociedade brasileira haver sido bastante impactada pela dimensão estrutural do racismo (ALMEIDA, 2019, p. 46-47), responsável por garantir que as pessoas negras fossem segregadas nos mais baixos estratos sociais. Essa dimensão racial também pode ser percebida na ocupação do território, tendo em vista que, por ser algo intimamente ligado a uma questão

econômica, também não pode ser desvinculado da questão racial (GUIMARÃES, 2012, p. 47), uma vez que o elemento raça, em geral, presume a classe social.

Além do mais, quanto a questão racial, a relação com o fator territorial perpassa por camadas mais profundas, uma vez que as pessoas negras, que ocupam fisicamente os territórios, na verdade passaram por um processo de desterritorialização em duas etapas, uma vez que foram retirados de seu território geográfico (o continente africano) e retirados de seus lugares sociopolíticos e culturais de seres humanos (MANZONI, 2020, p. 83).

Portanto, ainda que se tenha destacado anteriormente que as pessoas pobres e negras foram empurradas para ocupar regiões periféricas e desvalorizadas em razão de interesses econômicos da elite branca e rica, isso somente foi possível em razão desse processo de desterritorialização pelo qual passam as pessoas negras. Explica-se melhor.

Em razão de a presença negra no Brasil ser algo majoritariamente resultante do tráfico de pessoas negras sequestradas na África para serem escravizadas aqui, o primeiro ponto que se deve compreender é que estas pessoas foram desterritorializadas no sentido geográfico. Portanto, foram afastadas de todo um ecossistema com o qual estavam habituados e interagiam, sendo levadas para uma realidade completamente diferente, envolvendo trabalho forçado.

Em uma segunda camada, mais grave, o processo de desterritorialização ocorreu em um nível sociopolítico e cultural, ou seja, o distanciamento foi de uma série de elementos simbólicos e subjetivos, como instituição familiar, padrões linguísticos, elementos políticos e religiosos.

A distribuição demográfica dessa população traficada ocorreu a partir de um padrão de organização branco e eurocentrado, de modo que provocou uma precarização da própria existência dessas pessoas e contribuiu para o processo de racialização destas, tornando-as negras e negros.

A questão ainda mais problemática é que os espaços ocupados, os chamados territórios negros, na verdade, não se adequam a apropriação elitista e branca sobre o território, estão fora dos padrões estabelecidos pelo grupo dominante. Ou seja, às pessoas negras só foi dada a possibilidade de estar em algum lugar através de uma organização baseada no racismo, o que contribuiu para vulnerabilização dessa população e perpetuação das desigualdades. Esses territórios se tornam elementos racializados em razão das relações que o compõem.

Além disso, a desterritorialização, embasada no racismo, serve para aproximar a população negra da natureza, distanciando-a da sociedade, em tese, civilizada que é esperada do grupo dominante branco e rico. Isso ocorre através dos processos de afastamento de elementos simbólicos, já mencionados acima. Essa estrutura abre espaço para que, uma vez sendo aproximados de elementos naturais (e não simbólicos e subjetivos), negros e negras sejam, também, desumanizados, o que permite uma representação negativa desses territórios, naturalização das violações contra esse povo, precarizado em relação a empatia por não compreendido como seres humanos (MANZONI, 2020, p. 83-84).

Sendo assim, a presença de negros e negras no território é, na verdade, fruto de um processo de desterritorialização e consequente desumanização embasada na diferenciação a partir do elemento racial, que, no Brasil, como destaca Alexandre Manzoni (2020, p. 88), é mormente guiada por um processo de racialização extremamente ligado ao fenótipo, em que pese não exclusivamente.

Essa lógica é o que permite no caso das pessoas não brancas a exposição a uma gentrificação, o escoamento de seus corpos para as periferias urbanas, em que, por analogia, a intervenção não se dá por dispositivos médicos, senão policiais. A imposição da polícia no cotidiano da favela se faz como intervenção corporal, não como “segurança pública”, mas como prática de extermínio da guerra ontológica (MANZONI, 2020, p. 89).

Portanto, a subjetivação, principalmente quanto a ocupação do território por pessoas negras, torna-as corpos indesejáveis socialmente (para o amor, para a empatia, para posições de poder e para a própria ocupação da cidade) e realiza uma “produção subjetiva porque percebem que tem uma raça, que tem um corpo, e que esse corpo é o lugar de eclosão do conflito” (MANZONI, 2020, p. 91).

Além disso, é preciso destacar que o corpo, principalmente racializado, passa a ser identificado com como não desejado, fora dos padrões estabelecidos pelo grupo dominante e que pertence, ao menos fisicamente, ao espaço periférico e, portanto, alvo de controle pela polícia. Os marcadores raça e classe, presentes e relacionados com o território negro nesse processo de desterritorialização-desumanização passam a atuar naquele corpo, de modo que este adquire um sentido cultural de território, ou seja, torna-se um corpo-espaco ou vice-e-versa (GRAVINA, 2015, p. 12).

O corpo é reconhecido como território aonde quer que vá. Nesse aspecto que me chamou atenção o fato de que o indivíduo que vem da periferia é reconhecível onde quer que esteja, não só pela cor da sua pele, mas pelo comportamento, sua cultura, seu modo de falar, que é representado como pertencente a periferia e valorado negativamente na perspectiva da elite rica e branca, determinadora dos padrões sociais excludentes.

Como corpo desterritorializado, o corpo pobre e negro, fisicamente localizado na periferia, não produz subjetivação reconhecida pelo grupo dominante, de modo que é sempre considerado estranho no território. É desumanizado mesmo no espaço que ocupa, sendo alvo fácil de controle e violência policial. A expressividade negra diaspórica é, então, delimitada pelos terrores indizíveis da colonização (GILROY, 2001, p. 158).

Portanto, no presente trabalho, compreende-se a questão territorial como a ocupação humana do espaço a partir das relações de poder construídas socialmente, estruturadas a partir de marcadores sociais da diferença como classe e raça. A ocupação deste território, no tocante a grupos vulnerabilizados, principalmente quanto a raça, é fruto de um processo de desterritorialização e consequente desumanização, empurrando esses grupos para espaços periféricos, malvistas, desvalorizados e que são alvos contínuos do controle social feito através da atuação policial militar.

Além do mais, a subjetivação do outro racializado no território, uma vez que é desumanizado, é considerado estranho e violável mesmo no espaço que é empurrado para ocupar e ainda mais quando se desloca para as regiões mais valorizadas e ocupadas pela elite branca. O território, nesses casos, é sinal que marca o corpo do indivíduo e o acompanha mesmo quando se desloca para outros espaços.

Contudo, essas categorias aparecem com maior força quando se compreende o fenômeno da urbanização nas cidades e como este ocorreu de maneira a garantir a reprodução dessas desigualdades, mantendo essas populações vulnerabilizadas dominadas aos interesses da elite social e racial.

Essas questões são interessantes para pontuar que a presença dos corpos e subjetividades no território é fundamental na análise da atuação da Polícia Militar nos bairros estudados. Não se trata apenas de estudar uma rua ou um quarteirão, mas como isso dimensiona os sujeitos que ali habitam e envolve outros marcadores da diferença como as questões raciais.

Essas questões complexificam nossa análise ao ler a atuação policial sobre um corpo (negro) do Jurunas e um corpo (branco) da Batista Campos.

2.2.1 Urbanização brasileira: um jogo da elite

Neste ponto, objetiva-se esclarecer de que forma os processos de urbanização ocorreram no Brasil e como partiram de um pressuposto inafastável: ocorreu como uma demonstração de poder dos grupos de elite, atendendo a interesses econômicos e políticos de pessoas ricas e brancas. A partir desse cenário geral, passar-se-á a uma análise mais regional do processo de urbanização, também destacando as nuances de classe e raça.

Segundo Milton Santos (2018, p. 105), a urbanização brasileira ocorreu de uma forma corporativa. Isso significa entender esse fenômeno como algo direcionado a atender aos interesses do mercado e das grandes corporações ao invés de interesses sociais, como a garantia do direito à moradia adequada.

A urbanista Raquel Rolnik (2015, p. 26) descreve que isso se deve a decadência das políticas de bem-estar relacionadas a moradia, enquanto havia uma crescente transformação do espaço e da moradia em um item de mercado, alvo de especulação financeira, um processo que ela chamou de financeirização. A geógrafa Isabel Alvarez (2015, p. 65) explica que sendo a cidade construída a partir de uma lógica negocial, a sua estruturação será a partir de um processo de segregação.

Essa segregação representa a ocupação de espaços específicos por classes sociais (e grupos) específicos, o que produz um perfil de homogeneidade interna e heterogeneidade em relação ao seu exterior, conforme menciona Roberto Lobato Corrêa (2016, p. 40). Pessoas e grupos semelhantes no tocante a sua formação cultural e a sua renda costumam ocupar espaços semelhantes, ocasionando a chamada segregação residencial.

Com isso, a ocupação do território, que é um espaço marcado por relações sociais de poder que marca os corpos que o ocupam, ocorreu seguindo a lógica de que as pessoas residem onde podem pagar para morar, conforme as determinações da especulação financeira dominada pela elite branca e rica. Apesar de a análise da urbanista ser mais contemporânea, a própria

história do bairro do Jurunas já deixou mais evidente que sempre houve a distinção entre áreas valorizadas e desvalorizadas em séculos anteriores.

O cenário da urbanização corporativa delimitou que grupos que não pudessem arcar com uma moradia adequada fossem quase obrigados a se deslocar para áreas menos valorizadas. Isso gerou consequências negativas em diversos aspectos, como uma série de ocupações com insegurança na posse, sem condições urbanas mínimas, como acesso a saúde, saneamento, iluminação pública, espaços de lazer, e residindo em imóveis erguidos através da autoconstrução (HOLSTON, 2013, p. 209).

Portanto, é correto compreender, conforme Milton Santos (2018, p. 106), que o processo de urbanização no Brasil, tendo começado tardiamente, ocorreu conjuntamente com uma reprodução da pobreza nas cidades, principalmente naquelas consideradas grandes centros urbanos, gerando um outro fenômeno que é a periferização da população.

Esse baixo interesse econômico pelas áreas periféricas faz com que essas regiões recebam pouco ou nenhum investimento em urbanização, mantendo a própria periferia, bem como as pessoas que nela são praticamente forçadas a residir, em um ciclo vicioso de manutenção da pobreza e do racismo. Trata-se de algo que já foi visto quando se relatou a comparação da construção dos bairros do Jurunas e da Batista Campos em Belém nos tópicos anteriores.

Esse cenário se relaciona bastante com o contexto desenvolvimentista da década de 1950, que era essencialmente ligado a uma lógica econômica e, portanto, também responsável pela segregação de grupos conforme a classe econômica. É um cenário de “grande crescimento econômico, baseado em considerável desenvolvimento material, e, como contraponto, no campo social a político, uma evolução negativa, levando ao desenvolvimento simultâneo de uma classe média relativamente numerosa e de extensa pobreza” (SANTOS, 2018, p. 117).

Esse ciclo vicioso da urbanização corporativa dá origem a um problema difícil de solucionar: as áreas periféricas precisam de melhorias urbanas, contudo, essas melhorias podem aumentar a especulação financeira sobre aquele território e, assim, expulsar aquela população que não pode mais arcar com os custos de habitação.

Além da questão social, o processo de urbanização brasileiro, como toda construção social, teve o impacto da dimensão estrutural do racismo. Principalmente após a abolição da escravidão, quando a integração dos ex-escravizados ocorreu de forma irregular, direcionada a

manutenção da inferioridade social das pessoas negras, o que acarretava a destinação desse grupo às piores regiões para firmar residência.

No subtópico anterior, quando se debateram as concepções de território, esclareceu-se como o racismo estrutural e o processo de desterritorialização afetou esses corpos, desumanizando-os. A ocupação dessas regiões é uma evidência concreta das percepções teóricas que foram destacadas naquele momento, uma vez que é perceptível que não havia interesse social em garantir um direito à dignidade quando se tratava de ocupar o território, empurrando a população negra e pobre para áreas que poderiam ocupar e, mesmo assim, sem a livre produção de subjetividade.

Afirma Renato Emerson dos Santos (2012, p. 38) que “[...] as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço”. Portanto, é indissociável a ocorrência de processos de urbanização da categoria racial, principalmente em um panorama da colonialidade como a realidade brasileira (SANTOS, 2012, p. 40). Não se pode assim desconsiderar a existência de um privilégio racial na ocupação do espaço e na aquisição de propriedade. Como afirma Anna Lyvia Ribeiro (2020, p. 117):

Pertencentes em sua maioria às camadas pobres, a população negra apenas alcançava essas possibilidades de moradia avaliadas como ‘não lugares’ tanto por não oportunizarem trabalho, acesso a serviços públicos de transporte, educação, saúde, saneamento e lazer, quanto pela violência estar presente.

No processo de urbanização do Rio de Janeiro, por exemplo, essa população, no período de reformas urbanas, foi facilmente empurrada para ocupar habitações coletivas, como cortiços, e os morros da cidade, dando origem às favelas (VALENTE, 2016, p. 41-42). Durante a urbanização da cidade de São Paulo, não era incomum que, diante da supervalorização e melhoramento dos centros, a única melhoria que havia para o espaço periférico fosse um precário serviço de transporte para o deslocamento para o trabalho (RIBEIRO, 2020, p. 109-110).

Portanto, uma população negra que foi incorretamente incorporada na sociedade livre, além de ser destinada ao mais baixo estrato social, ainda foi vítima de uma estruturação social racista, que também contribuiu para os destinar para as regiões mais precárias e periféricas, onde nem mesmo nesses lugares tinha direito garantido ao exercício da sua subjetividade ou a uma moradia digna.

Assim, o Brasil foi urbanizado a partir de uma lógica de desigualdade, que favorecia a população rica, branca e masculina. Foi, e ainda o é, um processo estruturado para não romper com marcadores sociais da diferença, mantendo, em espaços determinados, representados como perigosos e desvalorizados, todo um grupo de pessoas vulnerabilizadas. A periferia, então, torna-se um espaço em que “o controle-regulação da população-espécie é necessário para segurança de um determinado grupo social” (COUTO, 2021, p. 67).

Deste modo, deseja-se compreender o território no presente trabalho como um marcador social da diferença *per se*. Em que pese sua construção ser bastante ligada às categorias de raça e classe, este se tornou um critério de vulnerabilização de grupos e indivíduos. Ainda mais quando se trata, como é a presente pesquisa, da compreensão das dinâmicas de atuação policial no território, já partindo do pressuposto da criminologia crítica, que compreende a atuação dessa agência como direcionada, direta ou indiretamente, para a seleção de grupos marginalizados – ponto que será analisado na última seção deste trabalho.

As periferias, portanto, tornaram-se os únicos lugares dos e para os trabalhadores pobres (e em sua maioria negros), onde lhes é possível constituir residência, ainda que muitas vezes pela via da autoconstrução (HOLSTON, 2013, p. 197).

Em suas primeiras acepções, a noção de periferia levava em consideração o distanciamento físico de determinada área para o centro da cidade. A modernização desse entendimento passou a compreender uma ampliação de tal conceito para considerar a periferia como aqueles espaços que possuíssem condições sociais diversas daquelas encontradas no centro (BORGES, 2004, p. 384).

Angelo Serpa (2007, p. 32) aprofunda essa noção mais geográfica com uma subdivisão entre: a) periferia distante do centro, mas que contém membros da classe média e com rendas mais elevadas e que estão, de certo modo, servidos de infraestrutura e; b) a periferia propriamente dita que contém a população de baixa renda.

Outro autor, por sua vez, faz uma observação no sentido de que, em que pese haja definições legais e produzidas por estudos acadêmicos, há um conceito para periferia enraizado na cultura popular que representa lugares “com condições politizadas de pobreza, desigualdade administrativa, ilegalidade, mobilização e urbanização” (HOLSTON, 2013, p. 202).

Aqui, vê-se perfeitamente a perspectiva teórica que é refletida nas pesquisas de Carmem Rodrigues (2008, p. 91) acerca das divisões de territórios internos no bairro do Jurunas, onde se

tem uma área misturada com traços de bairros nobres e outra com os traços do bairro periférico. Essa é uma marca da própria urbanização de Belém, que será mais bem detalhada a seguir.

Esse cenário acaba por gerar uma representação de um espaço periférico como pobre, ilegal, com ocupação e urbanização rápidas e precárias e reúne uma complexidade de desigualdades. Em contrapartida, os grupos residentes no centro nobre e urbanizado representam esses espaços como criminógenos e destituídos de cidadania (HOLSTON, 2013, p. 208).

É desse paradigma que James Holston (2013, p. 258) afirma decorrerem diferentes vivências de cidadania para grupos e indivíduos diferentes, ligada aos marcadores sociais da diferença que compõem as estruturas sociais. O autor ainda explica que essa distribuição da cidadania é “universalmente includente na afiliação e maciçamente desigual na distribuição dos seus direitos” (HOLSTON, 2013, p. 258), legitimando a ausência de regulamentação social, legalizando o ilegal. As periferias se tornam, assim, o marco da desigualdade no espaço urbano.

Do mesmo modo, esses traços da urbanização corporativa, bem como da reprodução das desigualdades através do planejamento urbano organizado pela elite, estão presentes na história da ocupação do espaço em Belém também, o que vai impactar fortemente nas dinâmicas policiais na cidade e em especial, como já foi detalhado, nos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

2.2.2 Da Cidade das Mangueiras à Cidade Morena: a urbanização de Belém

Nesta seção, a análise se volta para aspectos importantes da urbanização de Belém, especificando questões mais regionalizadas que merecem destaque no presente trabalho. Evidencia-se mais adequadamente elementos que diferenciam a realidade da formação da cidade.

O padrão de segregação pode até ser alterado, mas ele sempre persiste. Tal qual em São Paulo, a periferização da cidade de Belém possuiu dois momentos: um primeiro marcado por um crescimento heterogêneo desordenado em que as classes ricas e brancas residiam perto daquelas pobres e negras e um segundo em que o desenvolvimento empurrou as camadas mais vulneráveis a regiões mais distantes da cidade (HOLSTON, 2013, p. 209-210).

Portanto, fica evidente que a ocupação das áreas periféricas próximas ao centro somente ocorreu de modo a atender os interesses da elite em ter as classes trabalhadoras próximas para facilitar o deslocamento para o ambiente de trabalho, sem se importar realmente com as condições dessa moradia próxima.

Nesse segundo momento houve a interiorização da ocupação da cidade de Belém, que ocorria para receber essa população que não tinha condições de residir nas áreas centrais urbanizadas e que, muitas vezes, quando as melhorias chegavam e essas regiões distantes eram atingidas pela especulação e empurravam mais ainda essa população para um lugar mais distante, dando origem a bairros mais distantes do centro ou mesmo a outros municípios.

Ou seja, o caso da urbanização de Belém não se diferenciou do contexto geral que foi destacado na subseção anterior, mesmo nos casos dos bairros que não estão entre os estudados no presente trabalho, o Jurunas e a Batista Campo, de modo que é evidente que o processo de urbanização está inserido em uma relação de poder econômico e racial.

A construção de um território, então, reflete políticas que ensejam a manutenção dessas desigualdades e vulnerabilizações por conta de estruturas sociais embasadas em uma dominação de classe e raça, em que pese não exclusivamente sobre essas duas categorias, recorda-se que é apenas o recorte metodológico da presente pesquisa.

Por outro lado, em que pese a segregação social e racial ocorresse constantemente, a cidade de Belém, ao longo de sua história, foi detentora de inúmeros, e famosos, epítetos. Já foi Paris na América, Metrópole da Amazônia, Cidade das Mangueiras e Cidade Morena, dentre tantas outras formas de nomear essa cidade, alguns utilizados até mesmo com a finalidade de atrair turistas para a região.

Os motivos para tais nomes são os mais variados: da presença de mangueiras importadas para o embelezamento e a arborização de uma cidade transformada pela elite à miscigenação da população branca com os indígenas da região e com os negros escravizados traficados da África, que geraria uma população miscigenada e de pele morena. Observa-se que esses epítetos são quase todos ligados ao desenvolvimento urbano marcante que a cidade foi palco em várias épocas diferentes, como a própria *Belle Époque*¹⁰.

¹⁰ A *Belle Époque* (1870-1910), em Belém, é o período histórico marcado pela ideologia cosmopolita representada por investimentos urbanos e de saneamento, bem como de crescimento econômico e financeiro em razão da circulação de riquezas decorrentes da exploração gomífera na Amazônia (SARGES, 2010, p. 143).

Um dos mais famosos é, certamente, Cidade das Mangueiras em razão da presença dessa árvore frutífera em diversas regiões da cidade. Conforme já foi mencionado neste trabalho, a intensificação na importação e arborização da cidade com as mangueiras foi parte da política de Antônio Lemos, que se inspirava em uma arquitetura arborizada, como Georges-Èugene Haussmann realizou na França (MIRANDA, 2015, p. 527).

As mangueiras, todavia, tornaram-se parte integrante do imaginário cultural da cidade e são utilizadas como atrativo aos turistas, cartão postal da cidade, motivo de orgulho e beleza de muitos cidadãos. Entretanto, a representatividade dessas árvores não é tão democrática quanto se imagina.

Pela história de sua urbanização, percebe-se que existe um território específico em Belém para que esta seja conhecida como a Cidade das Mangueiras, até mesmo pelo fato que estas são encontradas com mais frequência no centro da cidade, região que foi alvo de intensa urbanização por parte de vários gestores, mas principalmente, de Antônio Lemos, que intensificou a importação dessas sob a justificativa do “embelezamento” da cidade.

Contudo, um dos epítetos chama atenção nesse trabalho é o Cidade Morena, dita homenagem ao caráter miscigenado da cidade. No debate sobre o território e questões raciais na Amazônia é importante entender algumas especificidades regionais, como, por exemplo, a invisibilização do debate racial pelo ideal de miscigenação e “morenidade”.

A categoria da morenidade é bastante ligada ao fenótipo da cor da pele e tem sido utilizada com frequência para efetivar o apagamento da presença dos negros e negras na Amazônia. Na região, muito se fala sobre a miscigenação com a população indígena sendo esta quase supervalorizada perante a presença negra, que já tem sido menos evidenciada (CONRADO, 2015, p. 213).

Esse apagamento é fruto das teorias raciais do século XIX, que disseminaram a falsa necessidade de se eliminar a presença negra para que o país pudesse ser considerado “civilizado” e se desenvolver economicamente. Era a lógica de processos de embranquecimento ou branqueamento, como chama Zélia Amador de Deus (2019, p. 90), nos quais há uma interiorização de tudo que é relativo à população negra é negativo e desvalorizado, estipulando o padrão da branquitude como positivo, motivando a se apagar, mesmo que documentalmente, a existência negra.

Abdias do Nascimento (2017, p. 89-90) menciona que, durante a realização dos censos no século XX, muitos se autodeclaravam como pardos, mesmo sendo negros, para que evitassem tal categoria, bem como muitos que se consideravam pardos, declaravam-se como brancos para atingir um determinado padrão de sujeito idealizado nos moldes da branquitude.

Portanto, o uso da categoria da morenidade, denominando Belém uma Cidade Morena, é, na verdade, uma herança das tão atuais tentativas de apagamento da população negra na Amazônia. Ainda se torna mais preocupante quando se relembra que, pelos dados do último censo realizado, o estado do Pará tinha o maior percentual de pessoas que se declaravam pretas ou pardas no país¹¹.

Certamente como um fruto da ideologia de democracia racial (AMADOR DE DEUS, 2019, p. 109), a morenidade que dizem caracterizar a cidade não tem nada de democrática, mas se tornou uma categoria perigosa e que pode estimular o apagamento da presença negra na Amazônia (CONRADO, 2015, 214-215), portanto, uma cidade que não representa nenhum traço de tolerância com a presença da população negra.

Por outro lado, a descrição como Cidade Morena passa uma realidade de miscigenação quando a história demonstra que essa miscigenação realmente existe, mas ela também pertence em espaços específicos: as periferias. A categoria da morenidade está intrinsecamente envolvida com a questão da miscigenação, algo que merece destaque para compreender o papel dessas categorias nas dinâmicas com o território. Desde o final do século XIX, o Brasil foi apontado como um país extremamente miscigenado, mas que estaria em fase de transição por meio da mistura racial, levando, em um determinado tempo, o país ao ideal de embranquecimento. A miscigenação seria o fator responsável pelo suposto atraso do Brasil em relação ao continente europeu (SCHWARCZ, 1993, p. 16-18).

Durante esse processo de formação social, as áreas constituídas pelos miscigenados, mestiços e, na realidade amazônida, os morenos, eram consideradas abandonadas e que compunham uma “justiça paralela, tolerada e defendida” e que garantia uma limpeza dessas regiões consideradas perigosas (CARVALHO; DUARTE, 2017, p. 68).

O trabalho de Carmem Rodrigues (2008, p. 73) evidencia que o Jurunas, território periférico, foi ocupado pelos chamados de “mestiços”, enquanto a elite branca ocupava os

¹¹ Ver: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>

centros urbanizados. Portanto, esse título de Cidade Morena elucida questões raciais e territoriais que perpassam a construção histórica da cidade e são mascaradas. Ao longo do tempo, segregou-se as pessoas vulnerabilizadas quanto a classe e raça em territórios específicos, representados como perigosos e desvalorizados e, conforme se verá adiante, alvo de controle social mesmo por força policial.

Isso evidencia como é fundamental entender o processo de urbanização da cidade para discorrermos sobre os processos de segregação que ainda permanecem tão contemporâneos e que tem a polícia como agente.

Assim, tendo sido apresentado o campo, com as respectivas digressões históricas essenciais, estudados os principais conceitos referentes a questão territorial, bem como a urbanização e atentando para as necessárias considerações acerca dos marcadores sociais de raça e classe, é preciso compreender como os territórios a estruturação desses bairros se evidenciam na percepção dos próprios policiais militares durante a sua atuação.

É o que será tratado no capítulo a seguir.

3 “MAIS SANGUE NOS OLHOS”: DIFERENCIAÇÕES DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS BAIRROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS

No desenvolvimento desta seção, serão tecidas considerações sobre a atuação da polícia militar nos bairros dos Jurunas e da Batista Campos tomando como base conteúdo das entrevistas e da pesquisa documental. Durante as reflexões que serão tecidas nesses tópicos, também serão destacadas algumas falas que demonstram a relação da atuação da PM com diversos fatores como a questão territorial e o racismo.

Aqui, faço a ressalva de que os/as policiais, em respeito a ética de pesquisa, não serão identificados/as. De igual modo, não optei por colocar as siglas dos seus nomes e nem mesmo uma numeração identificadora, pois achei que isso os/as tornaria menos humanizados/as. Assim, optei por dar a cada policial entrevistado o nome de uma rua do bairro que realiza o policiamento. Os agentes do Jurunas terão nomes de ruas do bairro do Jurunas, os da Batista Campos, de ruas da Batista Campos, conforme lista em apêndice.

De igual modo, não realizei flexão de gênero na nomeação dos policiais entrevistados, tendo em vista que isto poderia romper com o sigilo garantido no termo de consentimento assinado pelos entrevistados, tendo em vista que entre os agentes, havia uma mulher, podendo esta ser identificada caso houvesse a flexão. Assim, optei por não fazer.

Primeiramente, começarei explicando a divisão formal desses territórios e como compõem uma única Área Integrada de Segurança Pública (AISP) e depois passo para a análise da atuação da polícia militar em cada bairro a partir das falas colhidas durante as entrevistas. As entrevistas serão fundamentais para aprofundar alguns aspectos essenciais da atuação policial e sua diferenciação entre os bairros.

3.1 A 4ª AISP como objeto de estudo: uma área e dois territórios

O debate sobre a divisão e delimitação territorial do policiamento no estado do Pará foi ao longo do tempo se acirrando, em especial em um Estado como o Pará, de dimensões

continentais. Atualmente essa divisão está disposta no bojo da Resolução 185/2012 do CONSEP – Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará.

As delimitações constantes nesta resolução são a base para circunscrever a abrangência espacial da análise realizada aqui. Ao utilizar esse instrumento formal não significa que as relações e dinâmicas estejam limitadas pelo que é disposto apenas em uma norma administrativa, mas sim que este é o marco inicial de uma análise que se aprofunda para além de perspectivas legais.

Nesta Resolução, é disposto que o estado do Pará, visando o aprimoramento das políticas de segurança no tocante a “[...] integração do planejamento, coordenação, controle, fiscalização e execução das atividades operacionais dos Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado [...]” (BRASIL, 2012, não paginado) passaria a ser dividido em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) para executar mais coordenadamente essas políticas¹².

A capital do estado, a cidade de Belém, bem como seus distritos (Icoaraci e Mosqueiro) e suas ilhas, ficou delimitada como a 1ª RISP, conforme o art. 3º da Resolução, sendo no interior do estado delimitadas outras regiões. Cada Região pode ser dividida em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). O objetivo das RISPs e AISPs é melhorar a integração da operacionalização das atividades de segurança pública, por isso em cada uma delas é detalhada como cada órgão de segurança pública atuará para que possam trabalhar de maneira mais articulada.

O inciso I, do § 4º do art. 5º da Resolução detalha as divisões da Polícia Militar 1ª RISP, quais sejam todos os Batalhões de Polícia Militar - BPM que atuam dentro da capital. Na alínea d, fica delimitado que a 20º BPM tem jurisdição nos bairros da Cremação, Condor, Jurunas, Batista Campos, Guamá e Terra Firme. A mesma delimitação é feita para a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, com divisão administrativa de acordo com as RISPs.

A Resolução, no art. 5º, também detalha as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) da 1ª RISP. No art. 5º, § 4º, I e II, da supracitada Resolução, é delimitada a 4ª AISP:

§ 4º A 4ª AISP englobará os Bairros da Batista Campos e Jurunas.

¹² Art. 2º da Res. 185/2012 do CONSEP

I – o perímetro da 4ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da Travessa Quintino Bocaiúva com a Avenida Gentil Bittencourt, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Serzedelo Corrêa, flete à direita e segue por esta até a Travessa Gama Abreu, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Almirante Tamandaré, segue por esta até a Avenida Dezesesseis de Novembro, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita contornando a margem direita deste Rio até encontrar a foz do canal da Avenida Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até encontrar a Travessa Dr. Moraes, flete à esquerda e segue por esta a Avenida Fernando Guilhaon, flete à direita e segue por esta a Travessa Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até o início da poligonal;

II – as Unidades de atuação da 4ª AISP serão as seguintes:

- a) na Polícia Militar, a 2ª Companhia/20º Batalhão de Polícia Militar;
- b) na Polícia Civil, a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA) e a Unidade de Polícia do Jurunas;
- c) no Corpo de Bombeiros Militar, o 1º Grupamento Bombeiro Militar.

Portanto, os bairros estudados, Jurunas e Batista Campos, compõem o que hoje se conhece como 4ª AISP da 1ª RISP. O Policial Fernando Guilhaon informou que mesmo a Resolução não sendo alterada, o policiamento da área não corresponde mais somente ao 20º BPM, tendo em vista que o bairro da Batista Campos não é mais policiado por esses agentes.

Um policial do 2º BPM, em conversa informal, informou que isso ocorreu por volta do ano de 2018, quando uma portaria interna da PM-PA permutou o bairro da Batista Campos com o bairro de Canudos, que era da jurisdição do 2º BPM¹³. Esse mesmo policial informou que tal permuta ocorreu em razão do perfil dos bairros. Ou seja, o bairro da Batista Campos tinha um perfil mais semelhante aos bairros policiados pelo 2º BPM, enquanto o bairro de Canudos se assemelhava aos demais bairros do 20º BPM. Em que pese inúmeras tentativas de contato e solicitações para o acesso a essa portaria interna, não me foi fornecida.

Deste modo, em que pese não tenha sido alterada, a Res. 185/2012 também delimita qual é a AISP que corresponde ao policiamento do bairro de Canudos (que permutou com a Batista Campos). Essa descrição está presente no art. 5º, § 2º, I e II da referida resolução. Portanto, o policiamento do bairro da Batista Campos é feito atualmente pela 2ª Companhia do 2º BPM, que executa as atividades no âmbito da 2ª AISP.

¹³ Isso explicaria o fato de que a Resolução 185/2012 do CONSEP nunca ter sido alterada e nem haver uma menção a essa portaria interna da PM-PA, que se trata de uma publicação interna da instituição e que não é divulgada.

§ 2º A 2ª AISP englobará os Bairros de Canudos, Fátima, Nazaré e São Brás.

I - o perímetro da 2ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da Travessa Quintino Bocaiúva com a Avenida Conselheiro Furtado, flete à esquerda e segue por esta até encontrar a passagem Nossa Senhora das Graças, segue por esta até a Rua da Olaria, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Celso Malcher, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Silva Rosado, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa Juvenal Cordeiro, flete à direita e segue por esta até a Rua Roso Danin, flete à direita e segue por esta até a Passagem Nazaré, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Cipriano Santos, flete à esquerda e segue por esta até a Passagem Odete Malcher, flete à direita e segue por esta até a Avenida Ceará, flete à direita e segue por esta até encontrar um Beco sem denominação, flete à esquerda e segue por este até a Rua Jabatiteua, flete à esquerda e segue por este até encontrar a Travessa Francisco Monteiro, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Ceará, flete à direita segue por esta até a Avenida Almirante Barroso, flete à direita e segue por esta até encontra a Travessa das Mercedes, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida José Bonifácio, flete à direita e segue por esta até a Avenida Duque de Caxias, segue por esta até a Travessa Curuzu, flete à esquerda e segue por esta até o canal da Avenida Visconde de Inhaúma, flete à esquerda e segue por este até o canal da Travessa Antônio Baena, flete à direita e segue por este até o prolongamento da Travessa 9 de Janeiro, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Boaventura da Silva, flete à direita e segue por esta até a Travessa Benjamim Constant, flete à direita e segue por esta até a Rua Henrique Gurjão, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Assis de Vasconcelos, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Nazaré, flete à direita e segue por esta até a Avenida Serzedelo Corrêa, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Gentil Bittencourt, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa Quintino Bocaiúva, flete à direita e segue por esta até o início da poligonal;

II - as Unidades de atuação da 2ª AISP serão as seguintes:

- a) na Polícia Militar, a 2ª Companhia/2º Batalhão de Polícia Militar;
- b) na Polícia Civil, a 2ª Seccional Urbana (São Brás, a Divisão de Polícia Administrativa (DPA) e a Divisão de Homicídios (DH);
- c) no Corpo de Bombeiros Militar, o 7º Subgrupamento Bombeiro Militar (grifo nosso) (BRASIL, 2012, não paginado).

Essa informação acerca da existência de norma legal que foi adaptada na prática do trabalho policial chamou a atenção por destacar como a práxis da instituição vai além dos limites formais, como as disposições da resolução.

As observações do trabalho policial motivaram que, internamente, fossem realizadas modificações na estruturação e divisão das jurisdições, trocando diversos bairros da AISP em que estavam originalmente por questões estratégicas do policiamento. Todavia, quando tive acesso as estatísticas fornecidas pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), que é vinculada a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), os bairros do

Jurunas e da Batista Campos ainda se encontravam classificados nas planilhas do órgão como 4ª AISP.

Esse relato demonstra muito o que Jaime Luiz Cunha de Souza (2013, p. 68) destacou como parte da subcultura que é desenvolvida dentro da faceta informal da instituição policial. Ele destaca que há uma valorização da experiência e da aprendizagem no trabalho policial ao invés de se ater em padrões meramente teóricos. Isso se reflete bastante em uma atuação policial que ocorre por fora de requisitos formais. Ao consultar a resolução, esta não foi alterada e nem mesmo revogada. Isso é pontapé para outras situações de informalidade ou ausência de regularização, como o fato de algumas polícias não possuírem Procedimento Operacional Padrão (POP) (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 127).

Por outro lado, o objetivo da constituição dessas AISPs, formalmente, é compatibilizar os trabalhos das delegacias de Polícia Civil com as companhias de Polícia Militar, visando uma otimização dos resultados produzidos em políticas de segurança pública (AZEVEDO; CASTRO, 2007, p. 17). Essas áreas funcionam como espaços de monitoramento sistemático, cujo planejamento é realizado a partir dos diagnósticos dos dados obtidos. Portanto, percebe-se que tanto as RISP quanto as suas subdivisões, as AISP, possuem a finalidade de promover uma gestão cooperativa e integrada entre Polícia Civil e Polícia Militar, buscando uma suposta eficiência na promoção do direito a segurança pública.

Assim, a delimitação da 4ª AISP serviria para aprimorar os trabalhos das polícias militar e civil na área (composta então pelos bairros do Jurunas e da Batista Campos), coordenando o policiamento na região da melhor forma possível. Pelos resultados das entrevistas, é visível a dificuldade operacional de conciliar a realidade dos dois territórios que compunham essa área.

Em outros estados também houve esse tipo de delimitação. No estado da Bahia também houve a divisão da capital em AISP por meio do Decreto nº 13.561 de 2 de janeiro de 2012, no art. 2º, há uma clara disposição que demonstra a finalidade de implementação desse modelo de policiamento integrado, conforme se vê a disposição:

Art. 2º. As Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP são agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança

pública com qualidade e custos adequados (grifo nosso) (BRASIL, 2012, não paginado).

Paulo Augusto Souza Teixeira (2009, p. 6) conceitua essa organização territorial da mesma forma, como uma compatibilidade das áreas de atuação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Essa política promoveria uma aproximação entre essas polícias e a implementação de melhorias coordenadas para a atuação.

O afastamento dessas duas espécies de polícia, a divisão e, principalmente, a limitação da atuação da PM é fator que contribui para uma atuação precária, bem como muitas vezes violenta, já que esta instituição está limitada ao prender. A autora Fernanda Mena (2015, p. 23) dá o exemplo de o trabalho das polícias civis e militar não conversarem. Em uma cena de local de crime, a PM não se preocupa em preservar o local porque aquilo não é sua função, mas sim da PC, que quando chega, não trabalha em conjunto com a PM.

Retomando o conceito e os objetivos da AISP, é coerente a explicação fornecida pelo policial do 2º BPM em uma conversa informal de que a permuta entre os bairros de Canudos e Batista Campos. Sendo uma área em que o objetivo é a implementação de um policiamento integrado, faz sentido que bairros com perfis semelhantes sejam reunidos sob a mesma AISP, o que justificaria a separação dos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

Pelo capítulo anterior, já se percebeu que a construção histórica de ambos os bairros foi bastante diferente, mas sempre marcada por questões de classe social e raça, de modo que ambos tiveram sua formação marcada pela desigualdade originando um bairro pobre e marginalizado e um bairro rico e urbanizado. A separação do policiamento dos bairros não alterou a Res. 185/2012, de modo que Jurunas e Batista Campos ainda são a 4ª AISP.

Já é uma breve demonstração de que poderia haver uma diferenciação no policiamento de uma AISP que contivesse dois territórios tão diferentes, ainda que limítrofes. É a comprovação de que o elemento territorial tem um impacto na atividade policial e altera as dinâmicas de atuação da PM conforme o local em que esta se encontra.

Com essas informações gerais sobre a organização do policiamento nesses dois bairros, as reflexões já se iniciam acerca da questão da semelhança de perfil que supostamente teria motivado a permuta entre os bairros de Canudos e Batista Campos, algo que será comentado mais adiante, bem como o questionamento de quais as mudanças na atuação ocorreram depois que os bairros da 4ª AISP se separaram.

Em suma, antes de iniciar a descrição e os comentários acerca da atuação policial no Jurunas e na Batista Campos, destaco as informações que precisam ser mantidas em mente para compreender o conteúdo das entrevistas: a) os bairros estudados compõem a 4ª AISP; b) o bairro do Jurunas é policiado pela 2ª Cia. do 20º BPM; c) por volta do ano de 2018, uma portaria interna não publicada da PM-PA reorganizou diversos fatores do policiamento dos bairros, dentre ele realizou uma mudança no policiamento dessa AISP, assim o bairro da Batista Campos, que era competência da 2ª Cia. do 20º BPM, permutou com o bairro de Canudos, passando a ser de competência do 2º BPM, mais especificamente da 2ª Cia., junto com os bairros de Nazaré e do Umarizal, como informou o Policial Serzedelo.

Neste aspecto já me foi passado um indicador de como o elemento territorial, central neste estudo, é intrínseco ao pensar da atuação policial desde a sua divisão no espaço. Com isso também terá impacto nos tipos de estratégias que são adotadas e como as pessoas que circulam ou pertencem àqueles territórios são selecionadas e abordadas. Deixarei as considerações sobre essas informações para os respectivos subtópicos e para o último capítulo.

3.2. PM no bairro do Jurunas: perseguindo a mancha criminal

Para compreender a atuação policial e as estratégias de policiamento no bairro do Jurunas utilizou-se como referencial as entrevistas realizadas. Foram realizadas entrevistas com os seis agentes do bairro do Jurunas em dois lugares diferentes: no interior da Seccional Urbana da Cremação, localizada na Travessa Padre Eutíquio, nº 2950, no bairro da Condor, e no interior da sede do Grupo de Prevenção Ativa (GPA) do 20º BPM na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (E.E.E.F.M.) Brigadeiro Fontenelle, localizada na Rua São Domingos, nº 511, no bairro da Terra Firme. Os entrevistados estão indicados aqui como os policiais de número 1 ao 6.

Conforme já foi mencionado, a unidade da PM que policia esse bairro é o 20º BPM, mais especificamente a 2ª Companhia. O Policial Fernando Guilhon informou que, neste BPM, cada bairro é de competência de uma Companhia (Cia), ressalvadas algumas exceções. Por exemplo, a 2ª Cia. É responsável somente pelo Jurunas.

A primeira informação que foi repassada, e que se repetiu em todas as entrevistas realizadas no Jurunas, é de que as estratégias de policiamento são todas pensadas a partir do conceito de mancha criminal. Esse é um dos conceitos mais recorrentes de todas as entrevistas que foram realizadas. Como exemplo, é preciso dizer que, somente na entrevista com o Policial Fernando Guilhon o termo mancha criminal apareceu dez vezes.

Essa expressão, conforme pude perceber do conjunto das várias entrevistas, significa a intensidade da ocorrência de crimes em uma determinada região ou área. Quanto maior a mancha, maior a incidência de delitos registrados naquele local. Normalmente são representadas através de mapas de áreas quentes (*hotspots*), cujas manchas são indicadas pela coloração mais avermelhada.

Portanto, qualquer ação ou operação da polícia é feita através da análise e do diagnóstico desse levantamento estatístico acerca da ocorrência de delitos. Dentro da própria PM, conforme informou o Policial Mundurucus, o setor responsável para realizar esse registro e diagnóstico é o Núcleo de Estatística e Análise Criminal (NEAC), que, no caso do 20º BPM, fica localizado na E.E.E.F.M. Brigadeiro Fontenelle.

É esse diagnóstico, inicialmente apenas estatístico, que é repassado para o Comandante da Cia., que organiza quais as estratégias, teoricamente, mais adequadas para realizar o policiamento na área. A mancha criminal é uma das bases para a compreensão do perfil da área que se está analisando, de modo que traz informações implícitas sobre o bairro em que é monitorada.

Um dos exemplos que o Policial Fernando Guilhon mencionou acerca da importância da mancha criminal foi o fato de que esta possui uma maior intensidade no bairro do Jurunas do que no bairro da Batista Campos, motivando que o efetivo destinado para esse espaço necessite de uma maior quantidade de agentes (e, portanto, de viaturas) e de estratégias específicas de policiamento.

Uma das estratégias que advém claramente dos diagnósticos do NEAC acerca da mancha criminal do bairro é a utilização da Operação Polícia Mais Forte (PMF). A adoção dessa estratégia em específico é destinada para áreas do bairro em que haja uma alta mancha criminal.

A adoção de estratégias de policiamento, conforme menciona o Policial Mundurucus, pode-se dividir entre o policiamento em rondas e estático, sendo esse último mais utilizado em casos mais graves ou com uma “mancha criminal mais intensa”. Uma exemplificação de

policciamento estático é a PMF, que consiste em designar uma viatura para ficar parada em um determinado ponto do bairro no qual sejam registrados muitos crimes. É um policiamento ostensivo de observação da área, com três agentes. É a utilização da viatura no formato de Ponto Básico Estratégico (PBE), conforme me explicou o Policial Tupinambás.

Segundo esse entrevistado, a designação dessa estratégia objetiva inibir a ocorrência de delitos na área em que a viatura da PMF fica em exposição ou pelo menos gere uma redução na incidência desses crimes. É um reforço da própria sensação de segurança que se passa para a população. É um policiamento chamado de extraordinário, tendo em vista que ocorre em casos específicos e com agentes que se apresentam durante suas folgas ordinárias para o recebimento de uma bonificação.

Outra característica importante dessa estratégia de policiamento é que esta somente ocorre em um determinado intervalo do dia, em geral, de 17h a 23h. A explicação dessa escolha é justamente a intensidade do fluxo de pessoas nas ruas durante esse período do dia, em que muitas pessoas estão saindo do trabalho, deslocando-se para suas residências, de modo que há uma maior facilidade de cometimento de delitos nesse intervalo.

Aqui é válida uma observação de que deduzir que esse intervalo facilite a ocorrência de crimes é perceber o crime como algo parcialmente visível. É muito fácil perceber delitos como roubo e furto nesses momentos, já que, em geral, ocorrem nas ruas e com testemunhas ao redor. Não se pode imaginar que essa estratégia de policiamento sirva para inibir crimes como os de natureza sexual, que muitas vezes ocorrem no interior das casas das vítimas, ou mesmo de natureza financeira/tributária. O próprio Policial Mundurucus, ao mencionar a utilização da PMF destaca como exemplo a inibição do crime de roubo, que é o mais registrado nesse momento.

Por outro lado, o policiamento que ocorre independentemente de maiores fatores é o chamado policiamento ordinário, que ocorre durante as 24 horas do dia, dividido em dois turnos de serviço, através da realização de rondas pelas ruas do bairro. Para a execução desse policiamento, o Policial Mundurucus mencionou que o efetivo de agentes no bairro do Jurunas é em torno de 50 policiais, contando com 3 viaturas realizando o trabalho ordinário. Em geral, pela demanda do bairro, costuma-se receber mais 3 viaturas vindas para o trabalho extraordinário, fazendo com que se tenham 6 viaturas trabalhando.

Essa espécie de policiamento ocorre através da realização de rondas pelo bairro, principalmente nos horários que os agentes identificam uma maior incidência de crimes. O

Policial Apinajés destacou que é comum realizar rondas no Jurunas entre o horário de meio dia até às 15h, pois é nesse intervalo que mais ocorreriam crimes, as ruas ficam mais soturnas, segundo ele.

O Policial Tupinambás comentou que, desde o ano de 2018, algumas estratégias foram extintas no bairro do Jurunas, tendo em vista que naquele ano ocorriam muitos ataques a bases da PM, de modo que muitos policiais foram mortos por supostas represálias de facções criminosas. Assim, deixaram de realizar policiamento ciclístico e também a pé, em razão dos riscos que as bases da PM estavam naquela época. Ele relata que chegou a realizar o policiamento ciclístico, mas depois foi para o policiamento ordinário em viatura.

Contudo, uma outra forma de policiamento com viatura também é adotada no Jurunas: através das motocicletas. Aqui é importante também o conceito de mancha e análise criminal, tendo em vista que o policiamento através das motos, que no jargão dos policiais é a chamada “mike”, é realizado pelo 28º BPM, conhecido como Batalhão Águia.

É esse BPM que fornece as motocicletas e os agentes para executarem essa estratégia de policiamento, conforme a necessidade de cada companhia. Por exemplo, as mikes que são destinadas para o trabalho no Jurunas são requeridas para um BPM específico que as encaminha para aquele bairro. O Policial Tupinambás afirmou que é comum esse apoio no Jurunas em razão da quantidade de ocorrências.

Um exemplo da necessidade das mikes no Jurunas é o policiamento na região da Avenida Bernardo Sayão, principalmente em horários de engarrafamento no trânsito, tendo em vista que isso facilitaria a ocorrência de delitos patrimoniais e as próprias fugas pelas ruas estreitas da região. Deste modo, a viatura no formato de carros não seria eficiente em razão da impossibilidade de um deslocamento eficaz naquele fluxo, estimulando o uso das mikes.

Aqui é perceptível a relação do território e dos próprios processos de urbanização dos bairros com o trabalho policial, uma vez que as dimensões espaciais, a estruturação das ruas, influencia no tipo de policiamento que se adota para determinado bairro. A própria estrutura do bairro que é repleto de ruelas facilita o deslocamento das mikes.

Outro fator que influencia nas estratégias de policiamento é o tipo de crime que é registrado em cada bairro. Observa-se que, novamente, aqui as análises do trabalho da PM se centram no que é registrado, que vem ao conhecimento público, que pode não corresponder a realidade do bairro em questão. Contudo, é preciso cautela, tendo em vista que o próprio trabalho

policial não tem como diligenciar em cima de dados de cifra oculta, mas sim com delitos possíveis de ser identificados. Isso se reflete nos tipos de ocorrências, que também apresentam um padrão.

O Policial Mundurucus destacou que através dos levantamentos estatísticos, com os registros do disque-denúncia¹⁴ e após uma análise criminal, conseguiu-se dividir o bairro do Jurunas em três setores, dentro dos quais fica uma viatura de policiamento ordinário e uma de extraordinário.

Essa divisão em setores é bastante significativa, haja vista que são identificados os crimes que mais ocorrem e qual a melhor estratégia para o suposto combate daquela ocorrência. Como exemplo, o Policial Mundurucus mencionou um setor A, que compreende algumas ruas em que ocorre muito roubo a transeunte, de modo que o policiamento é direcionado para diminuir aquele índice.

Ele destacou também que essa é uma análise constante, tendo em vista que o reforço de policiamento em uma área irá levar a ocorrência de crime gradualmente para outra região, o que, por sua vez, requererá que a PM desloque o reforço para essa outra região. É realmente um trabalho em busca de diminuição da mancha criminal.

A história da organização da segurança pública no Brasil perpassou pela centralização das atividades na PM, ou seja, sempre se pautou essa questão com base em estratégias de ostensividade e reatividade, inerentes a estruturas militarizadas, o que também fomentou uma mentalidade belicista para esse campo (PEREIRA, 2015, p. 43). Vera Malaguti Batista indica que esse pensamento bélico acerca das políticas para segurança pública não garante efetivamente tal direito, mas somente disfarçam estratégias de “controle truculento dos pobres e residentes da cidade” (BATISTA, 2015, p. 94).

Essas reflexões trazem mais questionamentos de como as estratégias pensadas nos bairros estudados reproduzem esse ciclo de controle social de populações marginalizadas sob o discurso legitimador da segurança pública, o que permite uma perpetuação da chamada geografia das desigualdades nos territórios, como se explorará melhor no capítulo seguinte.

¹⁴ O disque-denúncia é um canal de comunicação, através do número telefônico 181, com a Polícia Militar para relatar suposta ocorrência de fato delituoso sem que seja obrigatório revelar a identidade do relator. Na PM-PA também há a via pelo aplicativo WhatsApp (91) 98115-9181 e pelo site <https://sistemas.segup.pa.gov.br/181/denuncie.html>. No caso da pessoa desejar informar sua identidade, a ligação é para o Centro Integrado de Operações (CIOP), no número telefônico 190.

3.2.1 De que crimes estamos falando no Jurunas? Guerra às drogas em evidência

A espécie de crime que ocorre em cada subdivisão do bairro do Jurunas também deve ser analisada com interesse. Foi uma das respostas mais divergentes entre os entrevistados desse bairro. Muitos deles identificavam de modo geral e outros entraram mais em detalhes, apontando como existem diversas nuances conforme a área em que se encontra.

O Policial Mundurucus destacou que os crimes que se percebe mais no bairro do Jurunas é o tráfico de drogas¹⁵ e o homicídio¹⁶, tendo o primeiro superado o segundo ao longo dos anos em que este agente passou a trabalhar na área. Já o Policial Apinajés identificou muito roubo a motorista de aplicativo. Por outro lado, o Policial Tamoios percebia uma forte ocorrência de casos de violência doméstica e crimes contra o patrimônio como roubo¹⁷ e furto¹⁸. O Policial Tupinambás destacou homicídio, roubo e tráfico de drogas.

O Policial Caripunas foi o que mais chamou a atenção, em que pese tenha destacado somente crimes de natureza patrimonial. Todavia, ele diferenciou a ocorrência desses crimes conforme a localização do delito. Por exemplo, na Av. Bernardo Sayão há muita ocorrência de roubo e furto a transeuntes, principalmente em razão dos engarrafamentos e do fluxo de pessoas com o porto da região. Por outro lado, o roubo/furto praticado nas áreas mais nobres do bairro do Jurunas, que são bem próximas a sua fronteira com o bairro da Batista Campos, muda de perfil, tendo como principal alvo as residências dos moradores da região.

Conforme as estatísticas da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), dos 2.377 (dois mil, trezentos e setenta e sete) roubos e furtos que foram registrados em 2020, 446 (quatrocentos e quarenta e seis) destes ocorreram na Av. Bernardo Sayão. Nas regiões mais próximas a mudança de bairro, como as Ruas Mundurucus, Pariquis e Padre Eutíquio, o número

¹⁵ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

¹⁶ Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

¹⁷ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

¹⁸ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa

de registros caiu para 117 (cento e dezessete). Enquanto isso, no bairro da Batista Campos, em 2020, foram registrados 1.291 (mil, duzentos e noventa e um) roubos e furtos.

Com essas informações, percebe-se que há uma percepção de áreas mais ou menos valorizadas no bairro do Jurunas, como descrevia Carmem Rodrigues (2008, p. 91). Essa diferenciação de regiões dentro de um mesmo bairro, fruto das desigualdades de classe e raça existentes no processo de ocupação do espaço urbano, também impacta em uma percepção diferenciada dos delitos que ocorrem em determinado território. Isso afeta as estratégias e a própria forma de se relacionar com aquela região.

Essas nuances aparecem quando os entrevistados são questionados acerca das áreas em que percebem com maior frequência a ocorrência de delitos. Foi outro elemento em que as respostas divergiram. Contudo, o mais importante nesse aspecto foi algo que não se tinha previsto que ocorreria.

Ao apontar as áreas em que mais percebem a ocorrência de delitos, os policiais entrevistados também realizavam uma descrição do tipo de crime que era registrado em cada uma dessas áreas. Como o levantamento acerca da mancha criminal é feito semanalmente, as áreas com mancha mais intensa são atualizadas. Certamente que muitas se repetem, mas sempre se deve atentar ao fato de que, como o Policial Mundurucus mencionou, o reforço do policiamento numa área faz com que a incidência de crimes mude de lugar.

Foi nesse ponto que se percebeu uma grande diferenciação do tipo de crime que é registrado e que é esperado pela PM conforme a configuração territorial em que se encontram. Vários entrevistados destacaram a ocorrência de delitos na Av. Bernardo Sayão, região próxima ao rio Guamá, com intenso fluxo de pessoas em razão dos portos que ficam no local.

A proximidade dessa avenida com ruas estreitas e de difícil acesso, para os agentes, é um fator facilitador para a ocorrência de roubo a transeunte no local, tendo em vista que a configuração espacial é propícia para o empreendimento de fugas após o cometimento de roubo, ainda mais pela dificuldade de perseguição com uma viatura do tipo carro. Foi nesse aspecto que o Policial Tupinambás destacou a utilização de viaturas no formato motocicleta para o policiamento da área.

Outro elemento que chamou muito a atenção é o fato de que sempre que se destacava a presença de roubo ou furto no bairro do Jurunas, havia uma relação com a localização com o *modus operandi* daquele delito, como o roubo a transeunte, o furto a residências e o roubo a

motorista de aplicativo. Tudo isso teve, por parte dos entrevistados, uma identificação territorial. Por exemplo, o Policial Apinajés relacionou a ocorrência dos crimes patrimoniais às áreas mais comerciais do bairro, como na Av. Roberto Camelier e na Rua Engenheiro Fernando Guilhon.

O delito, todavia, que foi mais relacionado às áreas que compõem o bairro do Jurunas foi o tráfico de drogas. Interessante que, quanto a esse crime, a questão da identificação territorial era ainda mais forte, ainda mais quando se tratava da realização de abordagens por parte dos policiais, que será comentada mais adiante.

A identificação do crime de tráfico sempre está relacionada ao território periférico e quase sempre às áreas mais precárias desse território, bem como com presença notável de indivíduos negros. Seriam áreas que, em geral, são dominadas pelo crime organizado e que levantam automaticamente suspeição por parte dos agentes.

Portanto, não é uma mera relação analítica, mas sim uma imbricada confluência de fatores que fazem com que a identificação de tráfico (bem como de outros crimes) numa determinada região leve aquele território a ser envolvido com o crime (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018, p. 107). O Policial Mundurucus, quando mencionou a ocorrência de delitos na região do Portal da Amazônia¹⁹, fez menção de que muitas pessoas daquela região têm envolvimento com o crime e que costumam praticar roubos no Portal.

Para finalizar a abordagem acerca dos crimes percebidos, algo que trouxe uma observação importante é a presença do crime de tráfico como algo bastante vinculado ao território periférico, algo que vai se repetir nas entrevistas da Batista Campos. A elite enxerga o tráfico como algo que vem da periferia para o centro elitizado e com isso requer uma maior reprimenda da polícia.

Todavia, ao comparar as falas coletadas quanto a esse tema com as estatísticas fornecidas pela SIAC, as reflexões que pude fazer reafirmam a importância dos marcadores sociais da diferença.

Nos anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, foram registrados no Jurunas 33 (trinta e três), 100 (cem) e 59 (cinquenta e nove) casos de tráfico, enquanto os delitos patrimoniais (furto e roubo) nesses mesmos períodos somaram 4.214 (quatro mil e duzentos e catorze), 3.270 (três mil, duzentos e setenta) e 2.377 (dois mil, trezentos e setenta e sete) casos.

¹⁹ Ver nota 5

Contudo, ainda assim, a fala dos policiais entrevistados foi toda direcionada ao fato de que o bairro periférico tinha muito tráfico e era dominado pelo tráfico. E é perceptível como é facilmente associável esse panorama com o bairro periférico, uma vez que, nesses mesmos períodos, o delito de tráfico foi registrado 5 (cinco), 11 (onze) e 3 (três) vezes no bairro da Batista Campos.

É inegável essa relação e como também está vinculado ao racismo que estruturou a formação dos territórios pobres e periféricos no Brasil, conforme já se viu no capítulo anterior. Portanto, antevê-se que o material empírico tende a confirmar o que os estudos críticos já mencionavam: a política de drogas é, na verdade, um meio de controle das pessoas negras e de manutenção de hierarquia racial (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 157).

Não é mero acaso que os agentes reconheçam o tráfico de drogas como um problema do bairro periférico. É preciso se pensar como essa relação tráfico-periferia também está apoiada nas estruturas racistas da formação social. Essa conexão contribui muito para compreender os dados alarmantes do encarceramento e da letalidade de pessoas negras em ações policiais. Tratarei com mais detalhes desta importância da relação tráfico de drogas-racismo-periferia na próxima seção do trabalho.

3.2.2 Abordagem, tirocínio e o modelito de vagabundo no Jurunas

Esses elementos, aparentemente objetivos, possuem um reflexo importante em um dos pontos centrais das entrevistas realizadas com os policiais: a abordagem. De todos os tópicos, de longe a questão da realização de abordagem e elementos de suspeição foi onde mais se pode compreender as dinâmicas de atuação da PM no território.

De todas as categorias utilizadas nesta análise, a abordagem é a que mais traz reflexos subjetivos dos agentes, como se adiantou acima com a fala do Policial Tamoios sobre a suspeição em uma área que é supostamente dominada pelo tráfico de drogas. Neste ponto, procuro compreender quais elementos são utilizados pelos agentes para suspeitar de alguém ou de uma situação para iniciar uma abordagem e como realizam essa abordagem.

Primeiramente, é necessário destacar que, da mesma forma que o conceito de mancha criminal foi muito importante para compreender o conteúdo das falas sobre as estratégias, na abordagem, o conceito mais comum foi o de tirocínio, que foi destacado por diversos dos entrevistados no bairro do Jurunas. Pelas falas dos agentes, a compreensão de tirocínio é uma expertise, adquirida pelo tempo de serviço de atividade policial para reconhecer a suspeição em determinada conduta, uma intuição. O Policial Apinajés estendeu esse conceito para a percepção de possíveis rota de fuga após o cometimento de delitos. Seria, de modo geral, além da identificação de situações suspeitas, a compreensão da sua área de policiamento, conforme disse o Policial Mundurucus.

Apesar de utilizado, o conceito de tirocínio é algo eminentemente da práxis policial. O significado de tirocínio no dicionário²⁰ é de prática ou atividade indispensável para o exercício de determinada profissão. Segundo Érica Babini Machado (2018a, p. 30), é confirmado pelos próprios agentes que o tirocínio se trata de uma experiência adquirida para detectar quem é considerado suspeito e quem não o é.

Por sua vez, esse tirocínio na atividade policial, tratando-se de uma produção de uma instituição que é eminentemente racista, reproduz subjetividades desses agentes no momento de identificar a suspeição (MACHADO, 2018b, p 136). Segundo Evandro Piza Duarte (2018, p. 3332), embora indique seletividade, não há nenhum tipo de sofisticação ou refinamento de técnica para realizar esse trabalho, mas sim a reprodução de técnicas apreendidas de exercício de violência contra determinados grupos.

O Policial Tamoios, quando foi questionado acerca da abordagem, mencionou a relevância da questão territorial e da identificação de delitos naquele local. Neste ponto, transcrevo as exatas palavras, tendo em vista que esta entrevista foi gravada:

É o seguinte, um exemplo: se na Bom Jardim, que tem um índice alto de tráfico, e várias pessoas costumam estar no meio da rua, uma pessoa tá sentada numa esquina, altas horas da noite, pra mim, não é normal, sendo um ponto de tráfico de drogas.

Deste modo, decorrendo da subjetividade e discricionariedade dos agentes, o tirocínio é evidentemente marcado por mecanismos de filtragem racial (SINHORETTO, 2014), de modo

²⁰ Dicionário online Michaelis. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=tiroc%C3%ADnio> . Acesso em: 15 de agosto de 2022.

que há um discurso aceito socialmente de que o que gera suspeição são elementos objetivos sem qualquer tipo de influência de qualquer tipo de discriminação, o que foi identificado como uma maneira de disfarçar essa reprodução de desigualdades (DUARTE, 2018, p. 3332).

Uma observação feita pelo Policial Tamoios explica que, durante os nove meses que esses agentes passam pelo curso de formação, é ensinado a esses policiais diversos aspectos a capacidade de identificação de um alvo, de possíveis vítimas, acusados. Toda essa informação é passada pelos instrutores, como um modo de vestir, andar, comportamentos, lugares e o nervosismo.

O Policial Tupinambás também relatou o tirocínio como algo ensinado no curso de formação, onde os agentes assistem vídeos e trazem essas vivências para o trabalho nas ruas. O que mais chama a atenção neste cenário é o fato de a suspeição ser ensinada por instrutores e que reúnem um conjunto de fatores que podem estar maculado por questões raciais, de classe e território.

O comentário do Policial Tamoios traz à tona uma série de aspectos ensinados e que podem reforçar estereótipos da desigualdade sob a égide da noção de suspeito e suspeição. Por exemplo, modo de vestir, andar e comportamento são fatores que facilmente levariam a suspeições estereotipadas e capazes de reproduzir racismo, preconceito de classe e territorial. Algo que é contraditório com diversas das respostas que recebi durante as entrevistas, como detalharei adiante.

A noção de suspeição é um elemento de bastante interesse na análise da atuação policial, tendo em vista que a formação do que deve ou não deve ser considerado suspeito é extremamente vinculado a subjetividade de alguém, seja da população civil ou do próprio agente policial. Essas percepções, ainda que sejam postas como embasadas em fatores objetivos e supostamente livres de discriminação, na verdade derivam da estruturação social ao qual as subjetividades estão submetidas. Ou seja, em uma sociedade com preconceito de classe e racismo estrutural, essas condições são passadas para a formação da imagem do suspeito.

No estudo realizado por Evandro Piza Duarte (2018, p. 3327), o autor percebeu que de um lado, a juventude negra identifica um comportamento institucional que vincula a negritude e a criminalidade, de outro, os agentes afirmam que isso dificilmente ocorre ou mesmo que não existe, reafirmando um ideal de democracia racial. Como conclusão, o autor compreende que as tentativas de tornar a seleção objetiva, na verdade, correspondem a tentativas de mascarar as

discriminações na seletividade, ainda que não percebidas pelos próprios agentes, de modo que continuam a reproduzir as hierarquias de classe e raça que estruturam uma sociedade que vive da desigualdade.

Esse cenário todo ainda decorre de uma chancela de legitimação desse discurso por parte das instituições e da sociedade. Aos policiais é dada uma capacidade de justificar essas abordagens, mesmo quando não se tenha motivos concretos pela manutenção da segurança. É o que os policiais alegam como sendo o procedimento padrão (DUARTE, 2018, p. 3325).

Segundo o Policial Mundurucus, as abordagens não se baseiam em raça ou cor, mas sim na recepção das informações por parte da população e da própria vítima e a partir disso é feita uma análise criminal para a realizar a abordagem. Normalmente, o que vem de informação é sobre a vestimenta do suspeito, se estava em algum veículo e a cor desse veículo. Por exemplo, se é indicado que o suspeito estaria em uma motocicleta vermelha, qualquer motocicleta vermelha seria abordada.

O tirocínio faz parte desse trabalho quando essas vivências trazem a percepção de uma atitude rotulada como suspeita. Outro exemplo que o Policial Mundurucus citou foi o que chamou de “lenda urbana dos dois caras numa moto”, que gera uma suspeita nas pessoas, e o carona da motocicleta tenta esconder o rosto.

Outra situação de suspeição trazida por outro agente, o Policial Apinajés é o fato do trânsito de veículos em regiões que há alta incidência de tráfico de drogas, colocando a suspeição em torno de um histórico de registro de crimes em uma determinada região. Realça a marca territorial que o tirocínio pode adquirir, principalmente quando se trata de territórios que passaram por um processo de desterritorialização e desumanização.

Na entrevista com o Policial Tamoios, ele destacou um outro elemento de suspeição, que é o chamado “choque”, ou seja, um susto em razão do nervosismo ao avistar a viatura, algo que foi mencionado também pelo Policial Tupinambás, alegando que é algo que gera estranheza pela desnecessidade daquela reação com uma viatura sem que haja uma abordagem. São nesses casos em que os agentes tomam como conduta suspeita. Ou então, situações em que a pessoa esteja de casaco no horário do meio-dia ou sentada em uma esquina, tarde da noite, em uma região conhecida como ponto de tráfico de drogas.

Em suma, os entrevistados generalizaram o método de abordagem como um conjunto de fatores objetivos que, aliados ao seu tirocínio (que faz parte de um conhecimento ensinado), fazem com que os policiais pressintam que determinada situação deve ser considerada suspeita.

Na verdade, o que senti nas falas de todos esses agentes, é um treinamento para acreditar que a abordagem vem de fatores objetivamente relacionados, quando muitas dessas situações, na verdade, são reproduções de preconceitos de raça e classe que podem passar despercebidos quando se ensina que determinados modos de vestir, comportar-se e determinados lugares incitam suspeição.

Essa reflexão, além de uma percepção minha enquanto entrevistador, somente foi compreendida pelo Policial Tupinambás, quando este afirmou que considerava que o tirocínio ensinado durante o curso de oficiais era marcado por um preconceito social. Quando questionei o porquê dessa compreensão, ele disse que percebe isso pelo perfil das pessoas que acabam sendo abordadas, cuja maioria são pessoas negras.

A filósofa estadunidense Judith Butler (2020, p. 3) mencionou em um estudo que é comum os grupos de poder, no caso, a elite branca, realizar projeções de medo e perigo em sujeitos considerados como o outro e racializados. É o que ela denomina de paranoia branca e que pode ser encontrada nessas falas desses agentes: muitas vezes, a justificativa que me forneceram para realizar a abordagem é algo comum, mas que de alguma forma se atribuiu o rótulo de suspeito.

É como Evandro Piza Duarte (2018, p. 3323) compreendeu no estudo realizado com a juventude negra e os policiais, trata-se de uma racialização do crime, ou seja, é criminalizado o comportamento negro e não mais o comportamento em si. Diante de uma situação em que uma pessoa negra e uma branca cometam a mesma conduta, o resultado pode vir a ser bastante diferente.

Ainda sobre a abordagem, questionei sempre como ocorria o uso da força quando precisavam abordar as pessoas. Nesse aspecto, as respostas coincidiram para destacar um uso escalonado da autoridade e da força. O Policial Caripunas destacou que toda abordagem deve iniciar com a conversa, aumentando gradualmente nos casos em que possa haver resistência da pessoa abordada.

O Policial Tupinambás ainda destacou que a abordagem é sempre feita com a arma na mão, que descem da viatura com esta na posição sul (ou seja, apontada para baixo) e dita a

chamada voz de parada. Enquanto isso, um policial é responsável por fazer a revista enquanto os demais na viatura devem realizar a segurança no entorno. Uma abordagem requer que seja garantida a segurança do próprio abordado, dos policiais que abordam e da área ao redor.

Este agente também mencionou que toda abordagem gera um Termo de Ocorrência da Polícia Militar (TOPM), documento que descreve todos os acontecimentos de uma abordagem, se houve fuga, os dados da pessoa abordada, se foi levada até uma delegacia, se foi liberada. Ele me disse que é uma espécie de respaldo para o serviço policial.

O perfil das pessoas que são abordadas foi um questionamento complexo feito aos entrevistados. No Jurunas, as informações acerca desses abordados confirmaram que os agentes reconhecem que são pessoas jovens. O Policial Mundurucus destaca que a maioria possui algum tipo de envolvimento com o crime e que vem de um “seio familiar desestruturado”. São pessoas pretas e pardas, sendo as últimas a maioria, e que já possuem uma passagem pelo sistema criminal, sendo muitos dos abordados reconhecidos pelos policiais²¹.

O Policial Apinajés destacou que não enxergava um perfil, mas sim uma circunstância que seria suspeita de qualquer forma, de modo que não se poderia pautar uma abordagem pelo perfil. Vestimentas e cortes de cabelo não poderiam mais indicar a suspeição, tendo em vista que isso caiu em desatualização. Mesmo quando suscitei uma possibilidade de um perfil ligado a cor das pessoas, ele negou crendo que isso não existiria.

O Policial Tamoios destacou também a questão das mazelas sociais como parte da justificativa para o cometimento de crimes, bem como o vício em entorpecentes ser motivação para cometer crimes para sustentar tal vício. Já esse entrevistado identifica um perfil de pessoas pardas cometendo crime, e menos pessoas pretas. Fez a ressalva de que não acreditava que essas eram as que mais cometiam, mas que eram as mais vistas. Ele afirma que não faz esse tipo de seleção, baseada na cor das pessoas, mas ele acredita que existam policiais que façam.

Paralelamente, quando eu questionei um possível perfil das vítimas, ele já fez uma identificação oposta: de pessoas brancas, de classe média e que residem em áreas nobres e que costumam facilitar a ocorrência de furto e roubo. Um comentário do Policial Tupinambás, por

²¹ Essa fala aqui chamou a atenção uma vez que ainda restou bastante presente, não só em uma entrevista, a perspectiva determinista do comportamento das pessoas que são selecionadas. A identificação desse perfil sociofamiliar desestruturado com o crime perpassa também por questões de classe e de racismo estrutural, bem como não vai além de mera pressuposição e que somente se encontra em casos que envolvem pessoas pobres, negras e periféricas. A presença dessa percepção nos agentes, na verdade, demonstra como, em que pese haja uma objetividade no trabalho policial, ainda assim restam traços de desigualdade e discriminação social.

outro lado, me chamou muito a atenção. Em que pese este ter mencionado essa informação durante o tópico da abordagem, continha um dado importante sobre o perfil dos abordados. Ele comentou que, quando as pessoas reclamam de ser abordadas, mencionam que os agentes deveriam ir procurar os “vagabundos” ao invés de ficarem abordando o “cidadão”.

Nesse ponto, ele percebe que as pessoas representam o “criminoso” como o “vagabundo”, preto, pobre e que mora na periferia. Isso traz a percepção que o senso comum, maculado pelo racismo estrutural, representa o suspeito, o “criminoso” como o homem jovem, preto ou pardo, pobre e que mora na periferia, categorias que se inter-relacionam na própria construção do bairro do Jurunas.

Essa perspectiva, presente no senso comum, também se encontra na suposta objetividade do tirocínio dos agentes da PM. A suspeição parece vir de fatores objetivos ou mesmo de uma confluência de fatores, mas na verdade parece estar mais ligada às estruturas da desigualdade de classe e raça que compõem a sociedade brasileira. Estruturas que são absorvidas pelas pessoas através de um poder simbólico, como diria Pierre Bourdieu (2001, p. 209), e que podem muito bem ser repassadas como tirocínio, justificadas como tirocínio e nunca serem compreendidas por aqueles que as praticam como reproduções do racismo e da desigualdade de classe e de território.

A relação da atuação da PM no bairro do Jurunas, então, pode ser bastante vinculada a própria história e estruturação social do bairro, considerado periférico e desvalorizado, mormente ocupado pela população negra e pobre. O perfil identificado pelos agentes, os tipos de crime e o fato de muitas pessoas serem identificadas como envolvidas com o crime justificam o tratamento mais focado da PM nesse território, marcado por relações de poder e por processos de desumanização de indivíduos, demonstram como é a dinâmica institucional com o território que é produto dessas relações.

Além do mais, essas falas todas demonstram que, mesmo com os critérios supostamente objetivos, os elementos de vulnerabilização marcam a atuação da PM e, principalmente, marcam o corpo das pessoas que estão inseridas nesse território e que torna esses indivíduos identificáveis, matáveis e perseguidos até mesmo em outros espaços, como se poderá perceber mais claramente quando se analisa a atuação em um bairro completamente diferente, como o bairro da Batista Campos.

Contudo, antes de passar para o próximo tópico deste capítulo, é válido ressaltar que os policiais do 20º BPM retrataram, de modo geral, a adoção de estratégias policiamento preventivo,

ao invés de somente o reativo, que foi o exposto até agora. A estratégia de policiamento preventivo mais marcante é o Grupo de Prevenção Ativa (GPA), que consiste em uma mudança de lógica do trabalho da PM para uma polícia de proximidade²², de maior contato com a população do bairro, com o objetivo de melhorar a atuação e, em tese, solucionar os problemas através do trabalho da PM.

Segundo o Policial Apinajés, o trabalho do GPA em duas vertentes: uma prévia e uma posterior. A primeira fase consiste na realização de visitas a determinados locais para entrevistar a população e alguns donos de estabelecimentos comerciais, questionando sobre a percepção destes sobre a área analisada. Esses questionamentos envolvem a incidência de crimes na região, as possíveis razões pela qual ocorrem mais crimes, os horários.

É a partir dessas informações que são pensadas estratégias de prevenção do crime, uma vez que os agentes têm acesso às supostas razões por que o crime está ocorrendo naquela área. Por exemplo, a ausência de iluminação pública. Segundo o Policial Tamoios, essas informações são repassadas aos superiores hierárquicos, que repassam para os agentes públicos competentes e, supostamente, promovem a solução para aquela demanda.

O Policial Apinajés relata também que se tem percebido uma diminuição nos índices da criminalidade após a implementação desta estratégia de policiamento preventivo. Os agentes, em especial o Policial Tupinambás, percebem uma mudança de perfil na PM no decorrer desses anos. Esses agentes perceberam uma mudança para a implementação de um policiamento mais ligado a população e às demandas sociais. Eles enxergam um corpo policial com mais estudos e um aprimoramento das técnicas que fazem com que a PM seja menos truculenta e menos arbitrária.

A segunda fase desse trabalho consiste bastante em um acompanhamento aproximado das vítimas dos crimes registrados. Essa estratégia, segundo o Policial Apinajés, tem sido bastante eficaz nos casos de violência doméstica, nos quais se verifica se a vítima ainda tem sido contatada pelo agressor, se a medida protetiva tem sido cumprida, quais outras medidas de segurança podem ser necessárias ao caso. O Policial Tamoios destacou a verificação da necessidade de acompanhamento psicossocial da vítima como uma das finalidades dessa visita feita pelo GPA. Isso também pode ocorrer em estabelecimentos e com a própria população,

²² O termo “polícia de proximidade” representa uma outra configuração da instituição policial. Consiste em orientar o trabalho da polícia para a população, realizado por certas vezes com a colaboração da própria população. É o que alguns autores consideram como uma inserção de uma atitude mais civilista nas polícias (DURÃO, 2012, p. 103). Vale a observação que é diverso do chamado policiamento comunitário, que é uma forma de policiamento de proximidade.

questionando sobre uma redução da incidência, uma ação dos gestores públicos para a garantia da segurança pública.

O que se tentou demonstrar através desse destaque dos agentes é justamente que há um policiamento preventivo, que a natureza da instituição policial militar vem se alterando para ir além de estratégias reativas, numa tentativa de mudar a cultura autoritária da PM, tornando-a uma instituição mais aproximada da comunidade. Isso provoca tensionamentos com a própria estrutura histórica da polícia. Antes que essas discussões possam tomar forma nesse trabalho, é preciso compreender o trabalho da PM na Batista Campos.

3.3 A PM no bairro da Batista Campos: rondas e baixo efetivo

As entrevistas realizadas com os/as agentes do bairro da Batista Campos, de certa forma, demonstraram sutis diferenças acerca das estratégias de policiamento no bairro do Jurunas. Isso ocorreu mesmo que os/as próprios/as entrevistados/as não tenham essa percepção, muitas vezes em razão da própria construção histórico-social do bairro e dos marcadores sociais da diferença de classe e raça que afastaram as pessoas pobres e negras da possibilidade de residir e ser identificados como “do bairro da Batista Campos”.

É preciso lembrar aqui que a história do bairro é bastante ligada a história do seu vizinho, o Jurunas, em que pese os mesmos fatos históricos, como a administração de Lemos, tenham tido impactos diferentes em ambos os locais. A Batista Campos é um bairro construído a partir de uma lógica de investimentos urbanos, de valorização imobiliária. Originalmente, foi um bairro periférico e pouco valorizado, algo que foi alterado na época da *Belle Époque* e na própria gestão de Lemos. Essa mudança é crucial para a compreensão da atuação policial, tendo em vista que é uma das explicações que vai diferenciar o trabalho das instituições, dentre elas a PM, do bairro periférico vizinho.

Portanto, em que pese a 4ª AISP seja composta por ambos os bairros, a permuta que ocorreu com o 2º BPM fazia sentido com a diferença dos perfis de ambos os territórios. Isso me foi adiantando por um dos policiais do bairro do Jurunas ainda. O Policial Caripunas antecipou

que chegou a trabalhar um período no policiamento da Batista Campos e que existe sim uma diferença entre as estratégias para cada bairro.

Por exemplo, segundo ele, o PBE é uma estratégia que funciona bastante na Batista Campos, mas que não é tão eficaz para o Jurunas. Pela compreensão dele, isso ocorreria em razão do perfil daquele bairro. A Batista Campos, sendo um “bairro de tráfego”, com intenso fluxo de pessoas, demanda mais dessa segurança visível que o PBE traz. Neste ponto, deduzi que a característica residencial do Jurunas seria mais conveniente para a realização de rondas, já que a estratégia do PBE é utilizada em regiões de intenso fluxo, como o Portal da Amazônia e a Bernardo Sayão.

Primeiramente, vale ressaltar que as entrevistas realizadas com os agentes da Batista Campos não foram gravadas. Nenhum policial permitiu que a entrevista fosse gravada e nem todos foram acessíveis ao participar da pesquisa. Então, houve uma dificuldade maior em perceber as nuances da atuação policial militar naquele território e com os marcadores sociais de raça e classe.

Contudo, isso não significa que tais entrevistas foram improdutivas. Muitas informações foram importantes para as reflexões deste trabalho, mas esse destaque acerca de uma maior dificuldade nessa parte da execução da pesquisa também se mostrou como um dado a ser analisado, principalmente quando comparadas às entrevistas do Jurunas, que a maioria foi gravada e fluíram com maior facilidade.

A primeira informação que foi possível apreender acerca da organização do policiamento na Batista Campos veio de uma conversa informal com um agente que trabalha no 2º BPM, o Batalhão responsável pelo policiamento do bairro. É a tentativa de organizar as estratégias de atuação para mudar o modelo de atuação reativa para um padrão mais preventivo²³.

Dentre os objetivos, o policiamento tentava ser voltado para a identificação e tentativa de solucionar a causa do problema, ainda que essa estratégia de solução não seja especificamente o policiamento em si. Assim, a estratégia do GPA, que foi destacada no bairro do Jurunas, também ocorre na Batista Campos com bastante frequência, bem como também é pensada a partir de dados estatísticos levantados pelo NEAC.

²³ O que se identifica aqui como modelo preventivo, até mesmo pelos próprios policiais entrevistados, é que as ações estão sendo pensadas de maneira a encontrar meios para evitar que o delito ocorra, como o policiamento estático, ou mesmo fatores não penais, como iluminação pública. O policiamento reativo, por sua vez, trata da ação policial somente após a ocorrência dos delitos.

A organização do policiamento no 2º BPM é bastante diferente da do 20º BPM. A 2ª companhia, que é a responsável pela área do bairro, que ainda é considerado da 4ª AISP, diferentemente da 2ª CIA do 20º BPM, que monitorava apenas o Jurunas, é competente por monitorar três bairros: o Umarizal, a Nazaré e a Batista Campos, conforme me disse o Policial Serzedelo.

Um fato importante acerca dessa organização é que esses três bairros não compõem uma AISP segundo a Resolução 185/2012 do CONSEPE. Por exemplo, o bairro do Umarizal não está na mesma zona de policiamento que a Nazaré e a Batista Campos. Contudo, essas alterações de competência de policiamento ocorrem mesmo sem alterar a referida resolução, como ocorreu com a permuta do bairro de Canudos com o 20º BPM pela Batista Campos.

Outro elemento que se destaca é que os bairros da 2ª Cia. Do 2º BPM (Batista Campos, Umarizal e Nazaré) são áreas consideradas nobres e financeiramente valorizadas, o que já indica um perfil do policiamento desses agentes: é feito em áreas que são majoritariamente ocupadas por pessoas brancas e ricas.

O Policial Conselheiro destacou que a repressão no que ele identifica como bairro periférico é feita para uma dita manutenção da ordem, enquanto no bairro rotulado como nobre é uma demanda decorrente do incômodo e do medo da elite com o crime e a violência. Principalmente quando se trata do delito de tráfico de drogas.

O que se pode compreender desse cenário é que a PM entende essa área da Batista Campos como um bairro que necessita de menos efetivo, seja em razão da complexidade da área ou mesmo pela extensão territorial do bairro, que é menor que o bairro do Jurunas, por exemplo. Essas características também passam pela análise do NEAC, de modo que estão relacionadas com a quantidade de crimes que são registrados na área.

Uma comprovação desta “menor necessidade: da Batista Campos em relação ao policiamento é a quantidade de efetivo necessária. Segundo me informou o Policial Serzedelo, apenas são necessários nove policiais por turno na 2ª Cia. Ressalte-se, para o policiamento de três bairros. É diferença considerável em comparação ao Jurunas, que tem em um único bairro tem, pelo menos, doze policiais por turno.

Essa distribuição é realizada conforme a análise de mancha criminal, que é analisada pelo comandante da companhia, que determina a utilização do efetivo e as estratégias que são

utilizadas para o policiamento. A preparação dos agentes, portanto, é feita periodicamente, tendo em vista que as condições da atuação se alteram conforme as mudanças da mancha criminal.

Deste modo, as estratégias pensadas são a partir desses dados acerca da mancha criminal. O Policial Serzedelo destacou que o perfil do policiamento tem adotado também uma prevenção orientada, principalmente com o GPA, da mesma forma que o Jurunas, numa tentativa de antecipação a ocorrência de delitos, e também com a PMF nos pontos em que haja uma intensa mancha criminal nos horários das 17h às 23h.

O Policial Gentil destacou que a principal estratégia no bairro é a realização de rondas, por meio das viaturas, tanto carros quanto motos, e do policiamento ciclístico, em razão da facilidade de deslocamento pelo bairro em horários de fluxo, como confirmou o Policial Padre Eutíquio.

O Policial Serzedelo foi o agente que mais esclareceu a estruturação dessas estratégias e como estas são escolhidas para executar a atividade da PM. A composição da infraestrutura da 2ª Cia. Consiste em um trio de policiamento ciclístico, treze motocicletas, uma viatura por bairro (portanto, três viaturas), uma viatura para utilização do GPA e uma para realizar a atividade de recobrimento, que é a realização de rondas nos três bairros.

Tanto o Policial Serzedelo como o Gentil destacaram que o policiamento ciclístico é o menos utilizado, sendo mais útil no deslocamento dos agentes no contrafluxo em horários de pico para facilitar esse trabalho. Esse entrevistado mencionou diversas estratégias de policiamento de maneira detalhada, explicando de que forma cada estratégia é aplicada e como se reconhece qual a que deve ser aplicada na situação concreta.

Essa foi uma fala bastante importante, além de ser uma das mais carregadas no sentido de conteúdo técnico do funcionamento da PM. Foi essencial para deixar evidente como as dinâmicas sociais e territoriais influenciam na atuação policial, nas escolhas realizadas, nos crimes que se encontram e nas suspeitas que surgem nos agentes. A relação do território com as questões de classe e raça tornam evidentes que essa relação (território-raça-classe) se faz presente nas minúcias do trabalho policial, tema que será abordado na seção seguinte com mais detalhes.

Por exemplo, é importante lembrar do comentário feito pelo Policial Caripunás de que há mais PBE no bairro da Batista Campos, porque há uma demanda por essa demonstração de segurança e de visibilidade da presença da PM. O PBE é muito comum em áreas que tenham um fluxo intenso de pessoas, o que justifica sua maior utilização na Batista Campos, bairro descrito

pelos agentes como uma área de intensa circulação. No Jurunas, por exemplo, as áreas que mais frequentemente recebem PBE são a Bernardo Sayão e o Portal da Amazônia, que possuem intenso fluxo.

Foi bastante coerente com a percepção do Policial Conselheiro de que o policiamento na Batista Campos é para garantir a segurança daquela elite local, enquanto na periferia é a garantia da ordem. Aqui, pressuponho que essa própria ordem seja justamente a adequação ao padrão social que a elite branca e rica impõe através da atividade da PM. Já o Policial Padre Eutíquio fez uma observação bastante interessante, afirmando que não percebe nenhuma diferença entre as estratégias de policiamento adotadas, mas sim um foco maior na atuação policial. Para ele, há uma atenção maior da PM para a periferia.

Jacqueline Sinhoretto e Renato Sérgio de Lima (2012, p. 54-55) afirmam que a transição democrática pós-ditadura militar, a instituição policial manteve o mesmo perfil de antes, que já possuía uma estruturação voltada para o controle de grupos marginalizados. Segundo Érica Babini Machado (2018, p. 231), a polícia representa uma atualização da figura do capitão do mato, que consistia na figura de um homem negro liberto que capturava negros escravizados que empreendiam fuga. A atualização com a figura do policial, ainda mais o policial negro, representa a manutenção do privilégio da elite branca em controlar uma instituição de controle da população negra e marginalizada, bem como o seu extermínio.

O que posso concluir dessas leituras é como a polícia, no espaço da elite, neste caso, no bairro nobre, representa um braço armado de controle social e manutenção dos seus próprios interesses, mantendo a hierarquia social e racial através de controle social e de extermínio.

3.3.1 Crimes patrimoniais em evidência

No questionamento acerca dos crimes que mais são registrados no bairro, as respostas quase todas foram unânimes: roubo e furto. O Policial Serzedelo destacou algumas ocorrências de violência doméstica e perturbação da tranquilidade, mas que somente confirmam o padrão de que, no bairro da elite, a grande preocupação e a maior parte dos registros é de cunho patrimonial.

O Policial Brás de Aguiar destacou uma baixa incidência de tráfico de drogas na região do Horto Municipal, área de lazer no bairro da Batista Campos que é bastante próxima à fronteira com o Jurunas, mas fez a ressalva de que é muito difícil o registro da ocorrência, é mais comum que advenha de denúncias dos moradores do local. Esse é um dado ligeiramente preocupante, tendo em vista que esses podem não ser os crimes que mais ocorrem, mas sim os mais visíveis, menos sofisticados quanto a execução e que, em geral, causam maior temor popular da violência.

Outro fato que chama a atenção nesse aspecto é o tráfico ser mais denunciado do que combatido diretamente pela PM, uma característica bastante diferente do que foi apresentado pelos policiais do Jurunas. O Policial Conselheiro já mencionou que a repressão ao crime de tráfico é decorrente mais de um incômodo da elite com as pessoas envolvidas.

Isso chama a atenção. Provavelmente há uma razão para que o policiamento ocorrido no bairro periférico foque tanto no tráfico de drogas, mas o policiamento no bairro considerado nobre o faça mais a partir da demanda dos moradores. A percepção que as entrevistas me passaram é de que a razão é originada pelas relações de dominação e poder de raça e classe que estruturaram esses bairros.

Isso reforça o encerramento do subtópico antecedente, no qual reforço que a PM se tornou um instrumento de manutenção dos interesses da elite branca e rica. A presença maciça do discurso de guerra às drogas²⁴ é um meio de justificar o controle exercido pelo grupo dominante sobre as populações marginalizadas, principalmente, negra.

É com base nessas denúncias de tráfico, crime que já se notou ser atribuído quase que totalmente ao indivíduo negro, pobre e periférico, que a PM exerce com justificativa supostamente legítima e objetiva, um ato de controle sobre essa população marginalizada, muitas vezes se valendo de informações sem amparo legal ou mesmo sem provas de evidência (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 157).

Outro aspecto que creio necessário ressaltar é a semelhança dessas políticas de combate às drogas com os procedimentos de “higienização” da história da urbanização de Belém no período lealista, como se tratou no capítulo anterior. Durante esse processo, o objetivo do intendente Antônio Lemos era igualar a cidade a uma capital europeia, com parques, sistema de

²⁴ O proibicionismo como política de drogas trata da seleção arbitrária de determinados tipos de drogas como ilícitas, o que promove o controle policial desse fenômeno (KARAM, 2015, p. 36). Esse tipo de política adotada é totalmente antiliberal, mesmo quando praticada por governos considerados liberais, convertendo o Estado em “médico de espíritos e terapeuta de corpos indisciplinados. Como boa mãe, seleciona dieta mais saudável para seus súditos [...]” (SOARES, 2019, p. 160)

saneamento, iluminação pública, aproveitando o lucro da economia da borracha na época. Para isso, ele também necessitava eliminar comportamentos que eram considerados pela elite como socialmente danosos, como a vadiagem, as rodas de samba, as rodas de carimbó.

Deste modo, pode-se notar as semelhanças desse histórico com a política de guerra às drogas denunciada pela elite, que cada vez mais tem servido para encarcerar ou mesmo assassinar jovens negros e pobres, amparando-se em uma suposta legitimação do combate ao tráfico em razão da segurança pública, sobrevalorizando esse direito perante a vida, dignidade e liberdade das pessoas selecionadas.

As áreas nas quais tais delitos são registrados foi um quesito que muitos dos entrevistados não souberam responder, tendo em vista que as áreas que mais ocorriam os delitos eram atualizadas semanalmente, não havendo um local específico que tivesse alta incidência de crimes a ponto de chamar a atenção dos agentes.

O Policial Serzedelo foi claro ao destacar que na 2ª Cia. havia a chamada Operação Tiradentes, voltada a realizar esses levantamentos semanais de quais os lugares em que mais ocorriam delitos dentro do bairro da Batista Campos e que na semana em que as entrevistas foram realizadas, os picos de incidência de delitos estavam localizados na Travessa Padre Eutíquio, em razão do Shopping Pátio Belém, e na Travessa Apinagés, entre a Rua dos Tamoios e a Rua dos Mundurucus. O Policial Brás de Aguiar destacou que o entorno da Praça Batista Campos também tem um destaque nos registros de ocorrências, de modo que existe um PBE instalado na área, bem como tem um na Rua Gama Abreu (próximo ao shopping).

Aqui foi possível perceber que a percepção que os agentes têm das áreas onde ocorrem mais delitos se coaduna com os crimes que conseguem perceber na área, que são eminentemente patrimoniais, como o furto e o roubo. As áreas de registros de furto e roubo possuem um perfil de regiões com intenso fluxo de pessoas e presença de estabelecimentos comerciais e os crimes como o tráfico serem localizados em áreas menos nobres ou próximas da fronteira com o vizinho periférico, o Jurunas.

3.3.2 Abordagem e suspeição: quando até falar palavrão é um problema

O questionamento acerca de como realizam a abordagem teve uma característica marcante em quase todas as respostas: havia uma clara tentativa de passar a impressão de que a atuação dos agentes é evidentemente objetiva, sem marcas de subjetividades ou de preconceitos.

Foi possível perceber essa tentativa quando muitos agentes mencionaram o Procedimento Operacional Padrão (POP) da PM, que foi destacado pelos Policiais Serzedelo e Brás de Aguiar, que seria a padronização das condutas que devem ser adotadas no momento de realização de uma abordagem reunidas em um documento que é elaborado pela própria PM. Neste documento são elencadas as informações básicas de como abordar e como garantir a segurança durante uma abordagem.

O Policial Serzedelo destacou que ao realizar uma abordagem é porque se está pressupondo que determinada pessoa se encontra em algum grau de ofensividade, deste modo, o primeiro aspecto do procedimento é realizar garantindo a segurança de quem aborda, de quem é abordado e de quem está no entorno.

A abordagem deve ser realizada somente a partir do que se compreende como fundada suspeita. E, neste aspecto, ele realizou uma distinção entre esse tipo e a chamada suspeita intuída. O primeiro tipo surge a partir de uma confluência de fatores em uma determinada circunstância ou então a partir da denúncia de um popular. Um exemplo que ele me forneceu acerca desse conjunto de fatores foi a seguinte situação: uma pessoa de casaco, em Belém, ao meio-dia, aparentando um volume nos bolsos ou caminhando de uma maneira anormal geraria uma fundada suspeita.

A suspeita intuída, por outro lado, consiste em uma situação em que somente há a presunção da possibilidade de um ilícito. Ele me disse que já havia abordado pessoas com base somente nesse tipo de suspeita no começo de sua carreira, mas que isso teria mudado com o amadurecimento profissional. Por exemplo, dois homens em uma moto é uma suspeita intuída.

Uma informação que ele destacou quanto a isso e que me chamou a atenção foi que, uma vez que a fundada suspeita seja considerada também a denúncia feita por um popular, esta denúncia poderia ser baseada somente em uma suspeita intuída. Chama a atenção o fato de que, numa sociedade estruturada em desigualdades de raça e classe, as suspeitas intuídas do senso comum reproduzam racismo ou mesmo preconceito de classe.

Um exemplo fático que foi levado a mídia foi o jovem negro que foi acusado por um casal branco de haver furtado uma bicicleta motorizada que pertencia a eles, quando na verdade a bicicleta que o rapaz estava de posse era sua, mas foi preso por não ser capaz de provar a propriedade²⁵.

O Policial Conselheiro destacou que muitas vezes enxergam pessoas suspeitas, mas nem sempre abordam, como indivíduos sozinhos em paradas de ônibus tarde da noite, destacando um contexto em que não devesse estar ninguém naquela parada no momento. Questionei onde haveria uma suspeita naquele exemplo e a resposta tornou a ser evasiva, de modo que deduzi que, mesmo tentando garantir uma atuação mais objetiva, o agente carrega consigo uma imagem do que é naturalmente suspeito, que é marcada pelas questões de raça e classe, certamente.

Este entrevistado ainda destacou que a identificação de situações suspeitas é uma habilidade desenvolvida na prática diária, que o agente aprende a identificar tais casos com a frequência do trabalho e a apreensão desse conhecimento. Em que pese alguns outros tenham mencionado essa práxis, nenhum dos policiais da Batista Campos mencionou o termo tirocínio.

Contudo, esse mesmo policial, negro, ficou confuso quando relatou uma situação em que ele mesmo fora abordado por colegas policiais quando estava de folga. Segundo ele, supostamente em razão de estar em uma área periférica, onde reside, dirigindo seu carro que possui uma película muito escura. Pela concepção dele, isso era bastante suspeito nos bairros periféricos em razão da ocorrência de homicídios. Sentiu uma abordagem mais enérgica, mas compreendeu o trabalho que os agentes estavam realizando e que foi dispensado logo depois de haver sido feita a revista em seu veículo.

A relação de policiais militares negros com o racismo institucional presente na atividade policial é algo bastante interessante e que merece um destaque diante dessa fala. Segundo Érica Babini Machado (2018, p. 235-236), as condições sociais subalternizadas que foram legadas a população negra desde o período pós-escravização trouxeram um consequente cenário de falta de opções e oportunidades para as pessoas negra.

Esse contexto incentiva muitos a procurarem a estabilidade da carreira de policial militar, bem como as chances de melhoria de vida. Diante dos dados de encarceramento e

²⁵ G1. **Professor de surfe negro acusado injustamente por furto de bicicleta diz que seu caso deveria ser enquadrado como racismo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/professor-de-surfe-negro-acusado-injustamente-por-furto-de-bicicleta-diz-que-seu-caso-deveria-ser-enquadrado-como-racismo.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2022

mortalidade da população negra, principalmente dos homens negros jovens, que as próprias pessoas negras que estão na polícia são colocadas nas ruas para encarcerar exterminar outras pessoas negras.

Ela chama esse fenômeno de autofagia da população negra (MACHADO, 2018, p. 235-237), consistindo no cenário de pessoas negras matando pessoas negras, chancelado pelas legitimações e pelos interesses da elite branca. É a atualização da figura do capitão do mato, que já mencionei aqui, que consistia em um homem negro liberto que capturava escravizados fugidos. Esse homem não tinha nem o respeito dos brancos, por ser subalterno, e nem dos negros, por realizar sua perseguição e captura, mas ainda assim era considerado como pessoa pertencente a patamar hierárquico superior ao dos negros que se encontravam na condição de escravizados (MACHADO, 2018, p. 231).

No trabalho do pesquisador Geová Barros (2008, p. 145-146), por meio de entrevistas com os agentes, é possível perceber que muitos policiais militares que se identificam como negros reconhecem que há uma preferência de realizar abordagens em pessoas negras, ainda que nas mesmas situações não abordassem pessoas brancas ou não as abordassem primeiro do que as pessoas negras. O que esses entrevistados reconheceram como preferência é, na verdade, uma das facetas do racismo institucional²⁶.

Aqui novamente se percebe com bastante evidência a relevância do elemento territorial ao se considerar determinada atitude suspeita, tendo em vista que o carro peliculado chamou a atenção dos policiais mais em razão da sua presença na periferia do que a própria película. Este agente também fez um comentário sobre a realização de abordagens mais na região das fronteiras entre os bairros, que é onde mais percebem os crimes, principalmente de bicicletas na contramão ou que passam mais de uma vez pelo mesmo lugar, levantando a suspeita do crime de furto por arrebatamento.

A questão do território também foi destacada pelo Policial Brás de Aguiar, que mencionou que há uma diferenciação na realização dessa abordagem no bairro nobre para o bairro periférico. A ação dos policiais costuma ser mais enérgica no bairro periférico. Por

²⁶ Segundo Silvio Almeida (2019, p. 37 e ss.), a dimensão institucional do racismo compreende que esse projeto de subjetivação e marginalização vai além de aspectos subjetivos e individuais, mas também aparece como um produto da atuação das instituições (como a PM, objeto deste estudo). Desta forma, a manutenção de desvantagens e privilégios baseada na raça ocorre de maneira normalizada a partir da atuação supostamente legítima dessas instituições.

exemplo, em casos de ocorrências de perturbação do sossego²⁷ na periferia, é necessário chegar com um tom de voz mais elevado, o que não ocorre no bairro nobre.

O Policial Gentil não concordou com essa perspectiva e, segundo ele, não há diferença na realização das abordagens e nem na identificação de situações suspeitas para cada um dos bairros. Ele mencionou que não é da competência da PM analisar situações e desconfiar, devendo agir somente sob fundada suspeita, que para ele é a denúncia.

Esses comentários me trouxeram curiosidade acerca de como ocorre o uso da força nesse momento das abordagens e da identificação de situações suspeitas. O Policial Serzedelo destacou que há uma diferença acerca da necessidade de usar ou não da força entre os dois bairros em razão do perfil destes.

Segundo esse entrevistado, em Batista Campos, tem-se um bairro preferencialmente de trânsito de pessoas²⁸, ou seja, há muito deslocamento que passa por essa área para se chegar em outros lugares, de modo que grande parte das pessoas que circula por ali não é morador da própria Batista Campos. Na percepção dele, essa característica faz com que as pessoas sejam menos resistentes a uma abordagem policial e não interfiram na execução do trabalho. As pessoas têm medo de uma ação da PM, de modo que dificilmente precisam ser enérgicos ou mesmo “falar palavrão”.

Por outro lado, a característica residencial do bairro do Jurunas tem um impacto maior no quesito de resistência do próprio abordado, como também da população no entorno. Não é incomum que as pessoas se reúnam em torno da abordagem, xinguem e gritem com os agentes. Para ele, devido a existência de vínculos mais fortes entre os moradores da região e os abordados, que normalmente também residem no Jurunas. Ou seja, a decisão e necessidade de usar a força também está relacionado ao tipo de território em que os agentes se encontram e, consequentemente, a marcadores sociais da diferença que compõem esse território.

²⁷ Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios: I – com gritaria ou algazarra; II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais; III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

²⁸ Quanto a esta expressão (trânsito de pessoas), é necessário um esclarecimento acerca do sentido que este entrevistado quis passar, que me foi esclarecido no momento. Apesar de ser um bairro com bastante perfil residencial e comercial, a Batista Campos também tem seus atrativos turísticos, de modo que o perfil desse território é bastante variado. Contudo, por ser um bairro considerado centralizado, é bastante utilizado para deslocamento de uma área para outra. Como exemplo, o entrevistado mencionou o bairro do Jurunas, no qual o perfil é extremamente residencial, de modo que há um baixo índice de circulação de pessoas transitando de um lugar para outro pelo Jurunas, mas sim de pessoas que circulam ali mesmo naquele bairro. Já na Batista Campos, há um intenso fluxo de deslocamento de pessoas, o que, segundo o policial, facilita a realização das abordagens sem que haja resistência.

As situações em que geralmente a PM precisa agir com um pouco mais de truculência, na verdade, representariam situações em que não houve obediência ao policial, segundo o Policial Serzedelo, e que estas nem mesmo representariam o padrão de comportamento dos agentes. A PM, então, não seria autoritária, mas sim uma autoridade que, certas vezes, não é compreendida pelas pessoas, que contestam os atos quando não são identificados, segundo ele, como cidadãos de bem. O Policial Brás de Aguiar, pelo contrário, já identificou duas situações específicas para a utilização da força, que é o momento de algemar alguém que está em situação de desobediência ao comando verbal ou que tenta empreender fuga.

O Policial Serzedelo finalizou a entrevista fazendo uma distinção bastante interessante: do policial de cada um desses bairros. Os contextos e situações que vivenciam em cada uma dessas áreas, segundo ele, molda diferentes agentes, que atuam de maneira diferente em cada um dos bairros. Segundo ele, o policial do Jurunas é mais “sangue nos olhos”.

Neste ponto, cheguei à percepção de que, além do pressuposto de ocorrer uma diferenciação na atuação dos agentes da PM, os próprios percebem que há um agente mais enérgico, mais feroz no bairro que é periférico, com mais índices de ocorrência de delitos e que é historicamente estruturado pelas questões de raça e classe, que se coadunam com a desigualdade territorial.

Neste ponto, questiona-se se a periferia realmente torna o agente mais “sangue nos olhos” ou se isso é impregnado na construção social daquele agente, que foi moldado socialmente para representar o território periférico como o maior foco da sua atuação e que precisa de controle policial. É evidente a relação desta fala com a percepção do Policial Padre Eutíquio de que, em que pese não achar que haja diferenciação na atuação, havia uma atenção maior para as áreas periféricas.

Os estudos acerca das relações entre a atuação policial e a configuração territorial apontam em um sentido contrário. Evidenciam que a PM atua de forma a selecionar os indivíduos negros e pobres em áreas periféricas de uma maneira não aleatória, mas sim voltada para essas áreas, como forma de garantir o controle social sobre essas populações vulnerabilizadas quanto a raça, classe e território.

Principalmente, é refletido como os marcadores sociais da diferença²⁹ moldam tal agente e como esse agente tende a, mesmo inconscientemente, reproduzir esses marcadores na sua seleção, na sua concepção de suspeitos. Em que pese tenham tentado deixar suas falas as mais objetivas possíveis, todas elas passaram a percepção de que a desigualdade molda essa atuação.

Isso também vem à tona quando esses agentes relatam os perfis que identificam nas pessoas durante as abordagens que realizam. O Policial Serzedelo destacou que não consegue perceber um perfil entre os abordados, tendo em vista que na Batista Campos há uma intensa variação entre as características das pessoas que os agentes abordam. Ele também fez uma observação que, em contrapartida, no bairro do Jurunas não se percebe essa variação. Os Policiais Conselheiro, Gentil e Padre Eutíquio também comentaram esse mesmo tipo de percepção.

Esse comentário me chamou atenção depois que ele descreveu que a maioria dos abordados são homens “bem-vestidos”, mas que não vinculava ao quesito cor da pele para as suas abordagens, de modo que nunca percebeu um padrão racial e acredita que nem se tenha mais esse tipo de conduta na PM, tendo em vista a pluralidade que a instituição vem assumindo.

Essa fala ficou mais esclarecida com o comentário do Policial Brás de Aguiar de que os criminosos que são abordados na Batista Campos não são residentes daquele bairro, uma vez que esses moradores não praticariam crimes patrimoniais. Este entrevistado já percebia que havia um padrão de crimes cometidos por pessoas que estavam “bem-vestidas”, principalmente porque o malvestido, na Batista Campos, chamaria a atenção. Não se pode mais realizar a abordagem com base no que ele chamou de “modelito do vagabundo”, tendo em vista que a criminalidade se sofisticou nesse aspecto.

O que este agente mencionou como “modelito do vagabundo” representa a forte presença do estereótipo nas discussões acerca da atividade de seleção da PM, mesmo em situações nas quais os agentes aleguem não mais haver a influência do estereótipo, como foi o caso do Policial Brás de Aguiar.

Contudo, isso traz à tona como o trabalho, ao menos no passado, teve bastante utilização do chamado estereótipo e do “modelito do vagabundo”, ou seja, da utilização de subjetividades para realizar a seleção. Pelos dados que coletei com as entrevistas, posso refletir de que esse

²⁹ Marcadores sociais da diferença são elementos humanos (idade, altura, por exemplo) ou construídos (classe, raça, religião, por exemplo) utilizados como forma de compreender os discursos da diferença entre os indivíduos ou coletividades. Por exemplo, Avtar Brah (2006, p. 374) menciona como o racismo, dentro do marcador social da raça, estipula fronteiras fixas entre grupos e pessoas tomadas como diferentes.

estereótipo e o tal modelito não deixaram de existir (e menos de ser utilizados), somente se atualizaram a forma de os utilizar, bem como a maneira de os mascarar em legitimações supostamente objetivas, conforme já tratei anteriormente neste capítulo.

Outrossim, é importante compreender que esse “modelito do vagabundo” é fruto do racismo estrutural e institucional. Conforme afirmou Evandro Piza Duarte (2018, p. 3323), ocorre um fenômeno de racialização do crime, ou seja, uma criminalização do comportamento das pessoas negras, sendo este legal ou ilegal, junto com isso suas manifestações religiosas, artísticas, jeito de vestir e falar.

Isso remete bastante a fala do Policial Serzedelo justamente porque a não identificação de um padrão decorre dessa dificuldade de corresponder estereótipos a essa aparência bem-vestida e que não chama a atenção, destoando do padrão da população naquele local. Lembra o comentário do Policial Conselheiro de que se algo chama a atenção da elite em determinado local, é comum que esta acione a PM para realizar o controle social.

Esse cenário reflete o que Michelle Alexander (2017, p. 36) denomina de neutralidade racial (*colorblindness*), ou seja, uma crença de que o elemento racial não poderia mais ser utilizado em razão da superação do racismo nas sociedades. Contudo, a autora também explica que esse contexto, na verdade, somente troca um sistema de opressão por outro.

O racismo explícito pode não estar mais à vista dos agentes e nem nas suas falas, mas é substituído por menções sutis, por exemplo, a percepção do delito de tráfico mais em bairros periféricos, as situações de suspeição se justificam e são naturalizadas ainda que sem explicação coerente, como o caso do carro peliculado, que só chamava a atenção na área periférica.

Nessas formas sutis de se manifestar, os agentes, tanto da Batista Campos como do próprio Jurunas passaram a impressão de uma sofisticação do sistema de opressão racial e de classe, tal como explica Alexander (2017, p. 36), que continua presente em toda a história, apesar de diversificado e naturalizado dentro de um discurso de garantia da segurança pública e de condutas aparentemente objetivas por parte da PM.

Além disso, também é preciso relembra Grada Kilomba (2019, p. 145) quando esta menciona a facilidade com que se torna invisível o que é visível, no caso, a cor da pele e a raça dos abordados. Um fato que se repetiu nas entrevistas foi a dificuldade de identificação tanto de um perfil, por parte de alguns entrevistados, e do perfil racial dos abordados, demonstrando essa “incapacidade”.

Portanto, diante dessas entrevistas, percebi uma nítida tentativa por parte dos entrevistados de negar o racismo na atuação policial, mas que destacavam elementos de suspeição que envolviam marcadores de raça, como a identificação das suspeitas localizadas a questões e regiões próximas a periferia, roupas e, principalmente, a localização do delito de tráfico no território periférico.

Muitos ainda mencionaram a questão de problemas sociais, como conflitos no seio familiar, o contato com o crime, a ausência estatal e a falta de oportunidades como fatores determinantes para a inclinação das classes menos favorecidas para o cometimento de crimes, desconsiderando os marcadores raciais. Trata-se da utilização de elementos essencialmente morais para formar concepções acerca das pessoas abordadas e selecionadas, contribuindo para um estereótipo do criminoso, bem como para a reprodução de desigualdades de raça e classe.

Assim, os entrevistados da Batista Campos, ao contrário do Jurunas, deixaram mais evidente a sofisticação da PM para disfarçar as questões estruturais de raça e classe e como as tentativas de demonstrar uma atuação objetiva transparece sutis nuances de subjetividade na atuação e que reproduz tais elementos de vulnerabilização.

Portanto, as dinâmicas de atuação possuem diversas diferenciações tanto entre os dois bairros estudados aqui, como entre diversas outras áreas da cidade. A realização das entrevistas foi capaz de demonstrar que os marcadores sociais da diferença, aqui especificados os de raça e classe, impactam no trabalho da PM, principalmente quando se relacionam aos territórios em que os agentes estão localizados.

É sobre o impacto dessa diferenciação das dinâmicas a partir da confluência de marcadores de raça, classe e território reformula as perspectivas acerca da função, objetivos, estratégias, crimes registrados e territórios da PM que o próximo capítulo tratará.

4 POLÍCIA MILITAR NO JURUNAS E NA BATISTA CAMPOS: DOIS BAIRROS, DUAS DEMANDAS, UMA SÓ POLÍCIA

Neste capítulo o objetivo é a partir dos dados levantados destacar, em linhas gerais, as aproximações e distanciamentos de atuação da Polícia Militar nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. Serão feitas algumas considerações sobre o trabalho policial e o impacto que sofre de fatores territoriais, raciais e de classe, bem como algumas nuances destas relações.

Não será possível, de qualquer forma, esgotar todas as discussões e considerações possíveis inerentes às temáticas, de modo que o conteúdo exposto a seguir representa o recorte do presente trabalho e a busca de resposta da pergunta central do trabalho: de que forma se diferencia a atuação da Polícia Militar nos bairros do Jurunas e da Batista Campos? Percebe-se que isso ocorre de diversas formas, inclusive no trânsito entre perfis de um “policial guerreiro” e um “policial guardião”.

4.1 Aspectos essenciais da atuação policial e a diferenciação entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos

Através do que foi apresentado no capítulo anterior é possível destacar como a atuação da Polícia Militar nos bairros do Jurunas da Batista Campos é marcada por relações com o território e com a raça, dentre outros marcadores, servindo de base para compreensão de como a PM diferencia dinâmicas de atuação entre bairros nobres e periféricos. Foi possível perceber que existem nuances entre a atuação da PM quando em contato com o território da Batista Campos, ocupado pela elite branca e rica, e com o Jurunas, território composto por uma população marginalizada, mormente pobre e negra.

Todavia, em que pese no trabalho haja uma divisão binária entre o bairro considerado nobre e o periférico, é preciso alertar que o território, como foi evidenciado na segunda seção, representa algo maleável e não uniforme, de modo que as diferenciações não ocorrem de maneira uniformizada.

Existem zonas em que os bairros se confundem e se misturam, bem como suas características. Áreas do Jurunas que possuem enclaves com moradias e moradores que perfeitamente se encaixariam no padrão de Batista Campos e vice-e-versa, algo que apareceu na fala de vários dos agentes entrevistados. Nessas áreas as diferenças aparecem ou pelo menos aparecem de uma outra forma, mas também existem. Contudo, em razão das limitações da pesquisa, realizo a contraposição de maneira mais resumida, como exporei a seguir.

Os aspectos que mais se destacaram durante a realização das entrevistas foram: (a) os crimes registrados; (b) as estratégias e organização adotadas e (c) a noção de suspeição e tirocínio e os estereótipos levantados. Pretendo evidenciar esses pontos nessa última seção do trabalho, analisando como são afetados pelas relações com os elementos de classe, raça e território nos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

4.1.1 Drogas e patrimônio: duas faces de um mesmo controle social

O questionamento que menos apresentava respostas diferentes foi o do tipo dos crimes que são percebidos pelos agentes. O perfil dessas respostas demonstrava, obviamente, que cada agente tem uma maneira própria de perceber quais crimes ocorrem em cada bairro, mas também evidenciou que cada bairro tem uma espécie de delito que mais se sobressai.

Os agentes do bairro da Batista Campos foram os que mais se ativeram a um padrão percebido de delitos. Todos relataram que o crime patrimonial era o tipo de crime mais percebido no bairro, especialmente o roubo e o furto. Ainda que esses crimes ocorram em áreas com maior circulação de pessoas e nas proximidades de regiões comerciais, há pouca mudança, caracterizando bastante o cometimento contra transeuntes. Portanto, o bairro de elite possui uma forte marca do delito patrimonial.

Somente dois dos entrevistados do 2º BPM, da Batista Campos, mencionaram a ocorrência de outros tipos delitos, mesmo que de maneira bastante excepcional. O Policial Serzedelo destacou a ocorrência de registros de perturbação do sossego e raros casos de “Maria

da Penha”, que são as ocorrências de violência doméstica contra as mulheres. O Policial Brás de Aguiar mencionou uma pequena ocorrência de tráfico de drogas na região do Horto Municipal³⁰.

Portanto, a primeira percepção que tive foi de que o bairro nobre tem uma grande preocupação com a proteção do patrimônio, seja este móvel ou imóvel. Essa questão já chama a atenção, afinal o crime patrimonial é marcante na região rica que possui o maior patrimônio. Busca-se proteger o patrimônio daqueles cuja vida é marcada pelo patrimônio. Segundo Zaffaroni (2011, p. 47) são crimes que a elite rica e branca tem maior contato e que ameaça algo que lhe é muito precioso: o bem patrimonial. Isso não significa que não haja receio de outros tipos de crime, mas não da mesma forma que os delitos patrimoniais, principalmente o roubo, que ocorre mediante o uso de violência ou ameaça.

A repressão maior a esses crimes também ocorre por ser o crime mais visível que ocorre na área, mais facilmente repreendido pela PM e mais divulgado na mídia. A elite busca segurança contra aqueles que ameaçam seu patrimônio. Em verdade, a experimentação da violência e da insegurança, principalmente após o processo de redemocratização, por parte da sociedade, mormente da elite, criou uma cultura de medo constante, supervalorizando o direito a segurança (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 120). Essa supervalorização da segurança motivou a presença maciça da PM nos espaços, a ponto de somente ser considerado um espaço seguro quando a elite assim se sentisse, também estimulando que tal direito fosse protegido a qualquer custo.

Um fato interessante que demonstra como essa reação da elite rica e branca é capaz de transformar o território e capaz de influenciar na presença e na atuação da PM em determinados bairros é a etnografia realizada por Teresa Caldeira (2011, p. 211-212). A autora realizou uma análise de como o medo do crime e da violência, principalmente por parte da elite branca e rica, teve um impacto significativo para as transformações do espaço de alguns dos bairros de São Paulo em uma verdadeira cidade de muros e estratégias de segurança, como grades, alarmes, câmeras e a própria segregação populacional em territórios díspares.

É certo que isso também ocasionou uma transformação na instituição da PM, que se apresenta nos bairros nobres, como a Batista Campos para garantir a segurança dos membros da

³⁰ Área arborizada que fica localizada nas proximidades da fronteira entre os dois bairros aqui estudados existente desde 1897. Foi tombado pela Prefeitura de Belém em 1992 pela Lei municipal nº 7580/92, quando passou a ser reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Belém. Hoje o Horto Municipal chama-se Praça Milton Trindade, em homenagem ao Senador da República que lhe empresta o nome.

elite rica e branca, bem como para manter afastados e controlados aqueles que representem a população da periferia e cujo deslocamento entre bairros gere medo e desconfiança no grupo dominante.

Como já mencionei no capítulo anterior, a PM, como instituição, realiza um controle sócio-racial conforme os interesses da elite, de modo que se faz presente para que estas pessoas tenham a sensação de segurança e as demais tenham receio³¹. Isso é refletido através dos crimes percebidos pelos policiais no bairro nobre: são delitos normalmente apontados como prática comum das pessoas negras, pobres e que residem na periferia. Dessa forma, compreendo que a elite branca e rica ajusta seus interesses a presença da PM para realizar um controle mais direto da população marginalizada que atravessa o território nobre.

Segundo Judith Butler (2020, p. 6), a paranoia branca formada por esse contexto de constante medo do crime e da violência praticada por aquele que é considerado “o outro” (não-branco) forma uma concepção de que somente se está protegido pela presença da polícia. Isso também explica a razão de a PM estar como a protagonista das ações de segurança pública, quando esta noção vai muito além da ideia de policiamento.

De outro lado, o Jurunas é marcado pela repressão ao tráfico de drogas. Segundo o Policial Mundurucus, o bairro do Jurunas mesmos com a presença de outros crimes, como os patrimoniais, o que mais se registra é o tráfico. O Policial Mundurucus ainda mencionou que há alguns anos, outro crime que aparecia muito nos registros do Jurunas era o homicídio³², mas que o índice de ocorrência tem caído, fazendo sobressair o tráfico. O Policial Tamoios mencionou também a ocorrência de violência doméstica.

No caso dos crimes patrimoniais que ocorrem no Jurunas, a polícia destaca diferenças sobre o que ocorre na Batista Campos. O Policial Mundurucus fez a ressalva de que, como o bairro do Jurunas é dividido em subáreas, que cada área é capaz de ter um perfil de crime patrimonial ocorrendo. Um exemplo que foi mencionado na fala do Policial Caripunas foi de que na área do porto da Av. Bernardo Sayão, ocorre muito roubo/furto a transeuntes por conta da circulação de pessoas na área e da quantidade de rotas prováveis de fuga. Já mais próximo a Batista Campos, mas ainda no Jurunas, o perfil do crime patrimonial mudava para o furto a residências ou em estabelecimentos comerciais.

³¹ Em seu trabalho, Caldeira (2011, p. 181) entrevistou pessoas pertencentes a baixos estratos sociais que mencionavam não se sentirem seguras em razão do abuso e a violência que a PM praticava contra os pobres.

³² Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

O Policial Tupinambás destacou que, pela percepção dele, uma grande diferença é que no bairro de Batista Campos, ocorre mais furto, portanto, sem o uso da violência. Já no Jurunas, o roubo tem uma incidência maior, marcado pela violência. Portanto, mais próximo ao bairro de elite, a percepção do crime vai se tornando menos violenta e mais afastada do tráfico de drogas. É um forte impacto das configurações do território, comprovando que o medo que a elite branca e rica tem da violência é construído por fatores externos a vivência do bairro nobre.

De outro lado, isso nos faz pensar como a violência marca a realidade dos bairros periféricos seja no cometimento dos crimes, seja na resposta policial. A PM é direcionada para repreender delitos violentos no bairro periférico, o que aflora a mentalidade do “policial guerreiro”, justificando a percepção do policial no Jurunas ser mais “sangue nos olhos”, conforme disse o Policial Serzedelo.

Vários outros identificaram o delito de tráfico como a grande característica do bairro do Jurunas e de outros bairros periféricos e vincularam isso a características que marcam esses territórios. O Policial Conselheiro mencionou que no bairro nobre, a incidência do tráfico de drogas sempre chega ao conhecimento deles em razão das denúncias feitas por pessoas da elite por causa do medo do crime e da violência que elas sentem. Já no bairro periférico, a repressão ao tráfico já está mais ligada a manutenção da “ordem” pelos próprios agentes.

Quando olhamos para a repressão ao tráfico de drogas, o contexto de diferenciação das dinâmicas de atuação fica muito evidente. O delito de tráfico de drogas foi identificado como inseparável da realidade do bairro periférico até mesmo pelos agentes que não atuam no Jurunas. Não é por acaso que a presença maciça desse delito seja registrada no bairro periférico.

Segundo a jurista norte-americana Michelle Alexander (2017, p. 51), a política de guerra às drogas, na verdade, surgiu como uma atualização do sistema de leis de segregação racial, como a Lei Jim Crow³³, nos EUA. Evandro Piza Duarte e Felipe Freitas (2019, p. 38) compreendem o sistema penal como uma atualização do modelo escravista, cuja finalidade é manter a população negra e pobre no patamar mais baixo da hierarquia racial e social e se utiliza para tanto da pretensa “guerra às drogas”.

³³ O Jim Crow foi uma política de segregação racial promovida nos Estados Unidos da América (EUA) entre os anos de 1876 e 1965 e que legalizaram práticas segregacionistas nos estados do sul dos EUA baseado no lema “separados, mas iguais” garantindo um ostracismo racial em escolas, restaurantes, banheiros, cinemas, transportes e outros espaços (ALEXANDER, 2017, p. 77).

Deste modo, o presente trabalho compreende a guerra às drogas como uma política pensada para manter opressões e hierarquias sociais e raciais, tendo em vista que ela ocorre direcionada para atingir e controlar essa população. Ela funciona como um argumento de endurecimento da legislação penal e garante a reprodução do fenômeno do hiperencarceramento e o controle dos espaços urbanos e das populações nesses espaços (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 159).

Essa repressão, divulgada excessivamente na mídia e demonizada no discurso da segurança pública, na verdade configura uma continuidade nas estratégias de dominação de grupos marginalizados, em especial, a população negra. Maria Lúcia Karam (2015, p. 37) afirma que tanto a mídia como os próprios agentes políticos estimulam a prática de violência, e outras práticas ilegais ou mesmo violações de direitos humanos em nome do combate às drogas.

Ocorre que, muito dificilmente esse cenário que reproduz racismo, preconceito de classe, violações de direitos humanos e o fenômeno do hiperencarceramento, é questionado. Luís Carlos Valois (2021, p. 526) menciona que o mais comum é que esses comportamentos e consequências sejam naturalizados, como se fosse um cenário natural de uma guerra, legitimando a manutenção e reprodução dessas desigualdades estruturantes.

A guerra às drogas, na verdade, é construída por uma série de imagens problemáticas e estereotipadas que organizam uma narrativa proibicionista sobre o tema e que o impede de ser compreendido como uma questão de saúde pública, sendo o foco as políticas bélicas e militarizadas para a sua utópica eliminação (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 159-160).

A ‘guerra às drogas’ não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da ‘guerra às drogas’ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os ‘inimigos’ dessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles a que eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente ‘conquistado’ e ocupado (KARAM, 2015, p. 36-37).

Portanto, o que se convencionou chamar de guerra às drogas pode até parecer uma política de combate ao crime de maneira objetiva e que preza pela supremacia do direito à

segurança pública. Todavia, não é. Esse fenômeno é a atualização de uma opressão racista contra a população negra e uma sofisticada estratégia de controle social de populações marginalizadas, que leva ao hiperencarceramento e ao extermínio.

Deste modo, as estratégias militarizadas de combate às drogas envolvem, portanto, a PM, uma vez que esta é o braço armado do Estado nas ruas. E a atuação da agência é marcada pela seletividade quanto a classe, raça e território, de modo que a política repressiva de drogas também vai recair nessa mesma população.

A guerra às drogas, tanto pelo lado das milícias, como pelo lado das organizações criminosas, ocorre através de uma “lógica assassina de normatização e controle de espaço por meio de relações de poder, manifestadas nas mais diversas formas simbólicas de opressão” (COUTO, 2021, p. 69).

Segundo Duarte e Freitas (2019, p. 158), a atuação da PM é marcada pela capacidade discricionária de seus agentes, o que tem um impacto decisivo na guerra às drogas, uma vez que as abordagens frequentemente se excedem na seleção de negros, pobres e periféricos, o que faz com que prevaleçam (e sejam posteriormente legitimadas) decisões subjetivas marcadas por fortes estereótipos decorrentes dos marcadores sociais.

É interessante notar que as falas que mencionaram a presença do tráfico no bairro do Jurunas não destacavam elementos raciais que pudessem justificar a ocorrência do delito. Voltam-se para questões morais, como o núcleo familiar desestruturado, ou de classe social, como a falta de educação formal e de oportunidades de emprego. Muitos responderam que não enxergavam uma discriminação racial na PM, principalmente pela evolução de uma educação formal e pela pluralidade dos agentes da instituição, pouco esperei que houvesse o reconhecimento do racismo. Somente um entrevistado percebia o preconceito racial, mas não o vinculou com a questão das drogas.

Percebe-se que os agentes produzem falas com nítido caráter de neutralidade racial, ou seja, sem conteúdo racial aparente, mas que estão marcadas por racismo de alguma forma. Trata-se de estratégia que torna o racismo subterrâneo. Deste modo, parecem não levar em consideração nenhum aspecto racial, em que pese seja justamente por essa razão que reproduz o racismo, tornando invisível a relevância do marcador racial (ALEXANDER, 2017, p. 36).

O perigo dessas manifestações aparentemente neutras é que estas disfarçam o caráter racializado do conteúdo dessas falas, negando a discriminação, mas passando a identificar outros

elementos que se tornam racializados. Felipe Freitas e Evandro Piza Duarte (2019, p. 170) destacam como esse discurso normalmente passa a mencionar questões de classe ou mesmo tipo de vestimenta, elementos supostamente desligados do cunho racial, mas que são racializados para suspeitar de indivíduos negros, submetendo-os a controle social independentemente de elementos de classe ou território. Em que pese questões de classe pareçam prevalecer, o elemento racial geralmente se sobressai em um cruzamento de marcadores (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 50).

Isso também é marcado pelo território. Dessa forma, as falas não direcionam o preconceito “contra pessoas negras”, mas “contra pessoas do Jurunas”. O tráfico de drogas, como um produto da guerra às drogas, política punitivista estratégica para controle de populações marginalizadas é percebido pelos agentes justamente pela inter-relação entre os marcadores sociais da diferença que atuam nos territórios. A guerra às drogas localiza esse crime dentro de espaços periféricos e direciona a atuação das agências, em especial da PM, para esses territórios, para as pessoas inseridas naquele local, que são mormente pobres e negras.

Assim, uma diferenciação das dinâmicas é que a atuação da PM se adapta a realidade do território em que esta se encontra. Daí conclui-se que o motivo para o policial que atua no Jurunas ser considerado “mais sangue nos olhos” decorre desse direcionamento para a repressão do tráfico, com a mentalidade de guerreiro e o contato com uma população marginalizada, cuja violação de direitos causa pouco impacto na opinião social.

Por outro lado, a atuação no bairro da Batista Campos, em que pese também sirva para selecionar indivíduos negros e pobres, tem a finalidade de controlar esses indivíduos diante dos olhos da elite branca e rica, que supervaloriza o patrimônio. Os indivíduos marcados pelas características do território periférico no corpo, como a cor da pele, o jeito de andar, as vestimentas e o restante do estereótipo são os alvos aqui, uma vez que transitam em local que não lhes pertence socialmente, gerando suspeita e demanda por controle.

4.1.2 As dinâmicas de organização e estratégias: do policial guerreiro ao policial guardião

As diferentes configurações entre os dois bairros exigem que a organização da PM se adapte às realidades produzidas pelas relações entre os marcadores sociais. Além das percepções

acerca dos perfis dos abordados e dos crimes, a diferenciação entre a atuação também perpassa por questões organizacionais e estratégias de policiamento para cada um dos bairros.

O Policial Serzedelo Corrêa mencionou que existem inúmeras estratégias que podem ser utilizadas a depender da necessidade e do perfil dos lugares em que se esteja atuando ou mesmo da finalidade que se deseja alcançar, como é o caso da estratégia chamada de comboio. Por se tratar de algo bastante técnico, as informações coletadas junto a esse entrevistado foram colocadas em um quadro explicativo para destacar os exemplos de estratégias.

Quadro 1 – Estratégias de policiamento

Estratégia	Consiste em
Policiamento ponto a ponto	Agentes policiais parados em um ponto específico, em vigilância.
Incursões	Policiais cobrindo território a pé, principalmente em regiões de difícil acesso para viaturas
Saturações	Viaturas realizando rondas nas áreas patrulhadas em determinados horários
Ponto básico estratégico (PBE)	Viatura parada em um determinado ponto específico onde há alta incidência de delitos (mancha criminal) e também em determinados horários ³⁴
Bloqueio	Utilizada somente em casos de necessidade específica, tendo em vista que consiste na imposição de barreiras em lugares estratégicos
Comboio ³⁵	Utilizada para reforçar esse poder ostensivo

³⁴ Uma das comprovações de que essas estratégias seguem a lógica das densidades dos territórios é que esse entrevistado mencionou que existe um PBE fixo no bairro de São Brás nas proximidades do mercado, mesmo que a mancha seja atualizada semanalmente. A retirada desse PBE provoca um imediato aumento de registros de delitos. É uma especificidade desse bairro e que influencia em um controle social constante da população que passa por ali através de uma estratégia de policiamento.

³⁵ Essa estratégia representa mais um reforço de uma autoridade da PM do que uma repressão direta a algum fato. Todavia não deixa de representar uma maneira de controle social através da imposição de uma força simbólica para a sociedade. Surgiu após a percepção pela PM de que havia uma perda do chamado poder ostensivo da viatura, ou seja, uma diminuição da capacidade de passar sensação de segurança ou de inibir o cometimento de delitos, de modo que a utilização do comboio tenta reforçar esse poder e autoridade.

	através da passagem de dez ou onze viaturas trafegando em cadeia
--	---

Fonte: Elaboração própria

Apesar de parecerem questões formais, na verdade, esses aspectos também são produtos das relações entre os fatores de classe, raça e território. Durante as entrevistas realizadas, foi possível perceber que o perfil de cada um dos bairros policiados determina a melhor forma de organizar (seja em número de efetivo, viaturas, quantidade de bairros por Companhia, etc.) e quais as estratégias mais adequadas para a “garantia da segurança pública e o combate ao crime”.

A organização da PM nos bairros, a partir da percepção do conteúdo das entrevistas, foi analisada a partir da quantidade de agentes, viaturas e bairros de cada Companhia. Diante desses dados aparentemente objetivos, reflito sobre como também são produtos das dinâmicas dos marcadores sociais de cada território.

Um dos primeiros elementos destacados é a quantidade de bairros que cada Cia. é responsável por policiar³⁶. Isso está completamente relacionado com os territórios e a construção social e racial desses bairros, bem como diversas outras informações. Para determinar a quantidade de bairros policiados é preciso destacar a quantidade de pessoas que reside nele, o tamanho da região, a quantidade de crimes registrada, o perfil populacional e a proximidade com o BPM. Durante as falas que trouxeram a compreensão de como ocorre a organização da atividade da PM nos bairros, percebi que a construção e o perfil de cada território é essencial para se pensar o policiamento e a quais interesses ele atende.

Importante também é a noção de densidade, destacada por Vera Malaguti Batista (2011, p. 105). No território, a densidade representa “maiores ou menores concentrações de serviços, informações e também ‘a maior ou menor densidade de leis, normas, regras reguladoras da vida coletiva’ [...] ‘a serviço das forças hegemônicas e do Estado definindo realidades espaciais, aprofundando desigualdades” (BATISTA, 2011, p. 105). Desse modo, a composição dessa

³⁶ É preciso lembrar do que mencionei no capítulo anterior: ambos os bairros estudados pertenciam a mesma AISP, de modo que eram policiados pelo mesmo BPM e pela mesma Cia.. A separação desses bairros em BPM's diferentes ocorreu por volta do ano de 2018 em razão de uma permuta do bairro da Batista Campos com o bairro de Canudos, por conta das semelhanças entre os perfis dos bairros. Neste aspecto preliminar da organização já se pode perceber que há um grande impacto das dinâmicas dos territórios. A semelhança de perfil entre os bairros justifica uma permuta. Como já mencionei, o bairro de Canudos é considerado um bairro periférico, aproximando-se da realidade dos demais bairros do 20º BPM, enquanto a Batista Campos, um bairro nobre, aproximava-se dos demais bairros do 2º BPM.

densidade dos territórios, sejam nobres como a Batista Campos ou periféricos como o Jurunas, é o que determina como é a maneira mais adequada de organização da PM para cumprir suas finalidades, reais ou declaradas.

O bairro da Batista Campos, por exemplo, é de competência da 2ª Cia. do 2º BPM. O Policial Serzedelo, que já trabalhou no bairro do Jurunas também, mencionou que naquele BPM, normalmente cada Companhia policiava três bairros. A 2ª Cia. é responsável pela Batista Campos, Umarizal e Nazaré, três bairros nobres de Belém. Em que pese a dimensão territorial não seja muito diferente, o bairro da Batista Campos consegue ser policiado mesmo dividindo os agentes com outros dois bairros. Enquanto isso, no Jurunas, há uma Companhia somente para aquele bairro. O Policial Serzedelo mencionou que enxerga nisso uma maior complexidade daquele bairro.

O número de agentes e viaturas também é algo bastante influenciado pela densidade de cada território a ser policiado. O Jurunas, mesmo sendo um único bairro, tem um total de 55 policiais, uma média de 12 por turno. A Batista Campos, por sua vez, tem ao todo uma média de 18 policiais. Isso sem contar estratégias complementares de policiamento, como a PMF, que traz agentes em jornada extraordinária para auxiliar no policiamento. Quanto às viaturas, o Jurunas possui quatro para realizar o policiamento de um bairro só, enquanto a Batista Campos tem apenas uma³⁷.

Além desses números, o Policial Mundurucus destacou uma série de elementos que diferenciam a organização do policiamento no Jurunas que o faz parecer mais complexo que o realizado na Batista Campos. Existe uma presença maior da Operação PMF, que compõe o policiamento extraordinário, existe uma subdivisão do território em setores que possuem estratégias diferenciadas de atuação.

Não tive como não questionar qual a relação disso com a construção dos territórios a partir de estruturas da desigualdade, como classe e raça, e como isso transparecia nas falas dos policiais que chefiavam essas Companhias. Apesar das falas de que o policiamento do Jurunas precisava ser mais complexo, concluí que isso, na verdade, reforçava a percepção social determinada de que este bairro é criminógeno, perigoso e dominado pela criminalidade, precisando de mais atenção.

³⁷ Aqui é válido lembrar que, como a 2ª Cia. realiza o policiamento também nos bairros do Umarizal e Nazaré, cada bairro possui uma viatura para si. Portanto, a 2ª Cia. conta com três viaturas para atuar, uma para cada bairro. Por isso destaquei que a Batista Campos somente contava com uma.

Esse discurso reforça a necessidade de um controle social estimulado pelo medo e pela violência através da força da PM, que é direcionada para controlar, em nome dos interesses do grupo dominante, as pessoas pobres e negras que se encontram concentradas em territórios marginalizados pelo processo de periferização.

Portanto, novamente se percebe um reforço da lógica do protagonismo do bairro periférico na organização da PM, que concentra suas atenções com maiores investimentos para áreas marginalizadas. Enquanto o bairro nobre, como a Batista Campos, concentra políticas que controlem a população marginalizada, mas que demonstrem e gerem a sensação de segurança esperada pela elite rica e branca.

Não são apenas dados objetivos, por mais que possam parecer, mas sim reproduções disfarçadas do controle social da PM e como ele se direciona para as áreas periféricas, pobres e negras da cidade não pela razão de estas precisarem mais, mas sim para atender aos interesses da elite, estimulada por imagens de medo do crime e da violência que, por sua vez, estimulam uma propaganda belicista da PM e uma perpetuação da mentalidade dos agentes de guerreiros.

A permuta com o bairro de Canudos, o número menor de agentes e viaturas e agentes que se compreendem com menos “sangue nos olhos” não significam uma maior facilidade de policiamento da Batista Campos, nem mesmo uma menor ocorrência de crimes, mas sim de um menor direcionamento do policiamento para essas áreas.

Enquanto o policiamento no bairro periférico serve para a manutenção da população negra, pobre e periférica atrelada a um espaço de controle como o território e para a garantia da ordem social, o bairro nobre é policiado para a garantia da segurança, protegendo bens e direitos. A partir do que ensina Marcos Rolim (2021, p. 3), compreendo que o policial é mais “guerreiro” no contato com a população periférica, negra e pobre e mais “guardião” com a elite branca, rica e centralizada.

Esse contexto também é percebido através das estratégias escolhidas a partir da realidade de cada um dos bairros. Isso ficou evidente em diversas falas dos entrevistados: as estratégias são escolhidas justamente em razão da configuração do território. Portanto, essa dinâmica sofre os impactos dos marcadores sociais da diferença que permeiam a densidade existente nesses espaços.

Um pressuposto que é seguido pela PM de modo geral é que a escolha das estratégias advém dos resultados da análise criminal semanal para verificação da mancha criminal. A partir

desses dados estatísticos acerca da localização, tipo e circunstâncias dos crimes são programadas estratégias para uma semana de policiamento. Segundo o Policial Mundurucus, a PM é atualizada acerca da mancha semanalmente, de modo que as estratégias estão em constante atualização.

A depender desse registro semanal, a primeira decisão é de optar por um policiamento de rondas ou com um perfil mais estático. O Policial Mundurucus mencionou que a estratégia padrão é a realização das rondas pelas ruas do bairro, mas que nos casos de bastante incidência, em horários específicos, pode ser uma opção melhor adotar uma estratégia mais estática, como é o caso da PMF, em Ponto Básico Estratégico (PBE) em determinados locais e determinados horários.

O Policial Mundurucus explicou como foi realizada a subdivisão do bairro do Jurunas em subsetores e é realizado o levantamento da mancha criminal dentro de cada um desses subsetores e definida uma melhor estratégia conforme aquele dado levantado, como por exemplo, onde tem mais roubo a transeunte, é necessária a realização de rondas ou onde tem bastante tráfico, um policiamento estilo PBE.

Essas informações me chamaram a atenção para o traço atuarial que a PM adota para pensar a sua atuação. Segundo Maurício Dieter (2018, p. 20), o uso da lógica atuarial em política criminal consiste na gestão de riscos e controle de perigos, principalmente através de processos de criminalização secundária³⁸. São estratégias e políticas pensadas a partir de projeções de risco e estatísticas criminais para determinar e justificar a atuação sobre determinados grupos e, como visto neste trabalho, espaços.

Essa característica confere uma certa legitimidade, conforme Alves (2015, p. 63-64), a comportamentos e condutas que conferem um certo grau de padronização para grupos ou indivíduos, o que marca evidentemente a construção do tirocínio policial, e que são utilizados para tratar os riscos presentes na sociedade.

A utilização de motocicletas (mikes) ou de bicicletas ou mesmo do policiamento ponto a ponto representam também escolhas que são direcionadas conforme a densidade dos bairros. Por exemplo, o Policial Tupinambás destacou a extinção do policiamento ponto a ponto e de bicicletas no Jurunas em razão de uma série de execuções e ataques a bases da PM, evidenciando que a densidade daquele território impacta na diferenciação entre as dinâmicas de atuação da PM

³⁸ Segundo Zaffaroni (2011, p. 45), o processo de criminalização secundária corresponde a atuação concreta do sistema penal por meio de suas agências, ou seja, a seleção direta de condutas e indivíduos que serão reprimidos pelo sistema.

em cada bairro. Também foi mencionada a necessidade de utilização de mikes para trafegar durante os horários de pico no trânsito, que normalmente impedem a ronda das viaturas.

Assim, mesmo as estratégias que são determinadas para um ou para outro bairro também são produtos da relação da instituição com os marcadores sociais de raça, classe e território. Apesar de estarem sob o discurso da eficácia da garantia da segurança pública, acabam servindo para a maneira mais adequada para manter a posição de controle.

4.1.3 A abordagem policial: suspeição marcada no corpo e no território

No cotejo entre a atuação policial nos bairros do Jurunas e da Batista Campos, é importante também entender a questão da suspeição e da abordagem policial. Os agentes entrevistados destacaram a diferenciação de abordagem entre bairros nobres e periféricos, em especial o Policial Serzedelo, que mencionou como o padrão da abordagem no bairro periférico precisar ser enérgica, o contrário das que são realizadas no bairro nobre. Ele relatou que até mesmo falar “palavrão” é uma marca do bairro periférico, mas que isso não ocorria no bairro da Batista Campos, área na qual ele atua.

Para além dos padrões de abordagem fica muito evidente que os alvos da abordagem são diferentes. Os agentes chegam na decisão de abordar a partir de que características ou situações e isso contribui para a formação do estereótipo do criminoso.

Esse foi o assunto em que pude perceber mais a presença de marcadores sociais da diferença ao mesmo tempo em que as falas, em sua maioria, eram pensadas ao máximo para negar a seletividade racista e subjetiva, apelando para a exemplificação de diversas situações supostamente objetivas, mas que somente configuravam disfarces para elementos subjetivos produzidos pelas estruturas da desigualdade.

De modo geral, nenhum agente foi capaz de me fornecer detalhes de uma abordagem que tenha ocorrido com uma pessoa que pertencesse a elite. Algumas informações estavam presentes nas falas, mas de maneira mais genérica, como a justificativa de que já havia abordado pessoas brancas, destacando a reação de incômodo delas em ser abordadas ou a compreensão após a constatação de que não havia nenhuma irregularidade.

Contudo, a identificação do padrão dos criminosos trouxe dois resultados: ou havia uma identificação com o estereótipo do criminoso de homem jovem, negro, pobre e com baixa escolaridade ou havia uma negativa de padrão com base na inexistência de uma seletividade discriminatória.

Acontece que os agentes não percebiam como as situações supostamente objetivas, na verdade, demonstravam sutilmente como as abordagens, por mais que se acredite que são objetivas e provocadas por um conjunto neutro de fatores, na verdade, reproduzem e são guiadas por marcadores sociais da diferença.

O comentário praticamente unânime em relação às abordagens é de que a decisão de abordar as pessoas decorre de uma denúncia da população ou de um conjunto de fatores que, somados, formam o que se rotula como atitude suspeita. Assim, muitos entrevistados mencionam que não se trata de racismo, classe social ou território, mas sim de vários fatores que se relacionam. Contudo, o que notei foi que, apesar de não mencionarem questões pessoais dos abordados, como a cor da pele, os entrevistados ainda se guiavam por elementos que reproduziam desigualdades, mesmo que sutilmente.

Um dos conceitos mais importantes que foram mencionados foi o de tirocínio, que foi mencionado por alguns entrevistados do bairro do Jurunas. Significa um conhecimento empírico, prático apreendido através do cotidiano da atividade policial para reconhecer que situação configura ou não uma atitude suspeita de um indivíduo. O Policial Mundurucus mencionou que o tirocínio é aprimorado nas ruas, mas que parte desse conhecimento é ensinado durante o curso de formação, certas vezes por meio de casos paradigmas ou mesmo por meio de vídeos e fotografias que indiquem situações ensinadas como suspeitas.

Um dos entrevistados mencionou uma situação de suspeita que é culturalmente difundida e, certas vezes, motivo de piadas, que é a presença de dois homens numa moto, em um determinado horário e, ao passar pela viatura, o carona abaixa a cabeça, escondendo o rosto. Uma situação aparentemente objetiva desperta medo, suspeição e gera motivo para uma abordagem.

Segundo Duarte e Freitas (2019, p. 158) a atuação policial é marcada por uma intensa discricionariedade, o que significa que elementos subjetivos dos agentes podem facilmente passar para o campo profissional. Em uma realidade formada por desigualdade de classe, raça e território, com uma nítida repulsa a pessoas pobres, negras e periféricas, é compreensível como as

estatísticas demonstram esse mesmo perfil sendo encarcerado, violentado ou até assassinado em ações policiais.

O sentimento racista perpassa por situações aparentemente neutras e as racializa. Ou seja, essa objetividade diante de uma situação, na verdade, pode ser apenas um disfarce para a reprodução de estruturas hierárquicas sociais e raciais em uma abordagem policial. Assim, a produção da suspeição não advém somente de elementos objetivos. Na verdade, vem da existência desses elementos objetivos concomitantemente a determinados aspectos subjetivos e marcadores sociais da diferença.

Como apontam os estudos sobre abordagem policial, os perfis acionados como suspeitos são produto da interação entre determinadas características físicas e socioculturais relativas à raça, classe, gênero e geração e o contexto sociopolítico e territorial no qual se desenvolve a operação da polícia (FREITAS, 2020, p. 90).

Portanto, a suspeição é uma categoria na qual muita subjetividade é maquiada para se assemelhar a uma lógica de neutralidade que é muita coisa, menos neutra. Situações como a dos “dois caras em uma moto” talvez jamais levantassem suspeita se fossem pessoas brancas ou em motocicletas caras ou mesmo em bairros nobres e com perfil residencial.

Os agentes da PM, então, acabam assimilando uma lógica de suspeição bastante limitada a alguns estereótipos. Por exemplo, por mais que nenhum dos entrevistados tenha mencionado isso, o território periférico é, como um todo, uma região de suspeição. Nele são racializados comportamentos e, muitas vezes, criminalizados. Um grupo de jovens negros, em um bairro periférico, conversando próximo a um local em que haja venda de drogas, é facilmente alvo de abordagens.

Dois policiais informaram que o conhecimento prévio acerca da área, conhecendo os pontos de venda de drogas, por exemplo, levantam a suspeita para algumas atividades na região. Alguns agentes citaram a entrada de carros fortemente peliculados, ou que estejam muito rebaixados (pelo peso do transporte de drogas) ou mesmo pessoas paradas em lugares que não se costuma parar.

Diante do contexto de guerra às drogas, a própria vinculação do território periférico ao delito de tráfico de drogas e a suspeição que paira em cima das periferias e das pessoas negras inseridas nesse espaço já representa uma subjetividade que reproduz hierarquias raciais. A repressão às drogas não é exatamente em razão das drogas. Como já mencionei anteriormente,

trata-se de uma estratégia sofisticada e aparentemente legítima de controle social e que costuma ser referendada pelo Poder Judiciário (DUARTE; FREITAS, 2019, p. 171), validando abordagens discricionárias, muitas vezes autoritárias (não sendo tais expressões sinônimas), e não embasadas em uma suspeita razoável.

Nenhuma dessas situações parece efetivamente suspeita. O Policial Tamoios mencionou a ocorrência do choque, que é o susto que a pessoa toma ao enxergar uma viatura realizando rondas. Segue a lógica de que “quem não deve, não teme”, ou seja, mais uma afirmação supostamente objetiva, mas que traz à tona uma seleção realizada com base mais em elementos subjetivos muitas vezes nem percebidos pelos próprios policiais.

Importante é a lição trazida por Judith Butler (2020, p. 4-5) que menciona a chamada disposição racista do visível, ou seja, de como a paranoia branca de medo racial, contra aqueles não-brancos, enxerga a realidade através de uma ótica de medo e suspeição materializada no corpo negro. Por isso é quase naturalizado suspeitar de um indivíduo negro, ainda mais nos casos em que este não se encontra no território que, em tese, pertence: a periferia. A elite rica e branca enxerga na população negra a materialização da violência e reproduz discursos belicistas que atingem essas pessoas e as mantêm sob o controle dos interesses do grupo dominante.

Deste modo, o cenário que se tem é de uma suspeição bastante firmada na imagem do corpo negro como origem da violência, bem como de uma tolerância sobre a violência e o controle físico dos corpos negros ou de seu extermínio, uma vez que estes são desumanizados e seus corpos, atingidos (FREITAS, 2020, p. 91).

A abordagem de pessoas negras é um aspecto deveras interessante de analisar quando se recorda que, apesar de fisicamente inseridas no espaço periférico, essas pessoas passaram por um processo de desterritorialização, o que ocasionou uma ausência de pertencimento tanto no território periférico, como no nobre. Retirado de seu continente de origem, o negro sempre se torna o suspeito onde quer que seja inserido, no bairro nobre ou no periférico (MANZONI, 2020, p. 83).

O negro, no território periférico, marcado em seu corpo, é afetado pelo fenômeno da categoria do envolvido com o crime (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018, p. 99), de modo que, como seu corpo se torna ligado ao território aonde quer que vá e o território ser rotulado como dominado pelo tráfico de drogas, há uma vinculação. A pessoa negra se torna

envolvida com o crime, facilitando a criação, a manutenção e a perpetuação de estereótipos raciais e territoriais no momento de concepção do suspeito.

Portanto, ainda que se alegue que o tirocínio aprendido seja algo objetivo e para evitar suspeitas subjetivas, pode-se perceber que a subjetividade está bem mais entranhada nos agentes do que parece, sendo quase inevitável realizar a filtragem racial no momento da atuação. Em um contexto que se alia ao interesse do grupo dominante rico e branco de manter o modelo de polícia da PM da maneira inadequada que está e o pouco investimento na formação crítica desses agentes, as chances de mudança por vontade de própria são bem poucas. Como menciona Jacqueline Sinhoretto e Renato Lima (2012, p. 55) para essas mudanças ocorrerem, serão necessárias modificações nas estruturas sociais, algo que a mera vontade do legislador não será capaz de dar conta isoladamente.

Assim, a diferenciação das dinâmicas acerca de abordagem e suspeição entre a atuação na PM no Jurunas e na Batista Campos destaca de que forma o tirocínio é construído para cada território e como auxilia na seleção dos mesmos perfis de indivíduos nos dois territórios: no periférico por uma suspeição naturalizada e validada posteriormente; no central/nobre, para realocar aqueles que não pertencem aquele espaço (os não brancos) ao território periférico através de seleção criminalizante e encarceramento.

Por fim, constatada a construção de um estereótipo de indivíduo para a seletividade com base em subjetividades referentes a classe, raça e território, Gisela Wanderley (2017, p. 7) conclui como a construção do suspeito representa a utilização da abordagem policial feita pela PM como um instrumento de higienização, filtrando os indivíduos aptos a circularem nos espaços da cidade, ainda que estes sejam considerados suspeitos em qualquer lugar.

O território, como afirmei anteriormente, vai além de limites físicos. É construção cultural e política capaz de marcar o corpo dos indivíduos, principalmente para atender aos interesses da elite para o controle social. Isso ocorre através do seu braço armado nas ruas, que é a PM, perpetuando uma estrutura social embasada em privilégios e desigualdade de classe e raça. Dessa forma, uma pessoa branca e bem-vestida do Jurunas que circule na Batista Campos não terá o mesmo tratamento de uma pessoa negra. De outro lado, uma pessoa negra e pobre ao circular na Batista Campos é imediatamente associada a um jurunense, sendo alvo de abordagem. É a suspeição marcada na pele, no corpo, no território dessas pessoas.

A PM diferencia o tratamento, a atuação e as interações dos espaços que são construídos como centrais/nobres daqueles que são vistos como periféricos, criminógenos e desvalorizados. As diferentes dinâmicas de atuação em territórios diversos acabam por levar a uma conclusão: a PM, por maior que seja a propaganda objetiva de proteção da segurança pública, mantém-se como uma instituição de controle em nome das desiguais hierarquias sociais, raciais e territoriais.

4.2 De que polícia estamos falando?

A pesquisa empírica evidenciou um contraste entre o material coletado e as finalidades e objetivos declarados da polícia militar. Segundo Verena Holanda de Mendonça Alves (2015, p. 41), as definições formais acerca do que seria a polícia não são uniformes, de modo que apenas são suficientes de maneira superficial, uma vez que não contemplam diversas nuances acerca da atividade policial.

As entrevistas que foram realizadas com agentes da PM, bem como leituras teóricas sobre o tema, deixaram evidente que havia uma dissonância entre a prática do agir policial e as previsões legais e constitucionais acerca da polícia. Como vem sendo possível analisar, a PM, como parte do sistema penal, seguiu a mesma lógica de produzir um discurso oficial e realizar uma prática que atende verdadeiramente a outras finalidades.

Nos subtópicos anteriores, a PM se mostrou com uma entidade que atende a uma finalidade mais voltada a manutenção das estruturas sociais relacionadas a classe e raça do que efetivamente às normas que determinam suas finalidades e objetivos declarados. Apesar dessa realidade, os próprios policiais reiteram, de modo geral, o discurso declarado referente a instituição.

A polícia como um instrumento de controle e dominação social, em especial de pessoas e grupos marginalizados, um conceito mais fechado, na verdade, é um recorte metodológico. A instituição policial, de modo geral, representa um produto de dinâmicas sociais e relações de poder que se entrelaçam numa sociedade. Portanto, a delimitação de um conceito de polícia neste trabalho se trata de um recorte, mas os estudos e as compreensões são bastante amplos, bem

como representam as diversas nuances que compõem a noção de polícia em vários campos de análise.

Pude perceber que a defesa da segurança pública e da garantia dos direitos dos cidadãos, tanto de modo preventivo, como de modo repressivo é algo muito presente em suas falas. Vários policiais se apresentaram como preocupados em garantir que as pessoas se sintam seguras, principalmente com a certeza de que esses agentes estão nas ruas “combatendo o crime”.

Trata-se de uma fachada de uma instituição supostamente responsável pelo bem-estar social através da exigência do cumprimento da lei, mas que na verdade esconde funções mais profundas e que interferem diretamente na vida privada das pessoas que compõem a sociedade, conforme menciona Verena Alves (2015, p. 60).

Todavia, nas nuances das falas apresentadas, percebi que muito dessa atuação é um disfarce para a manutenção das estruturas da desigualdade de raça, classe e território. “[...] não devemos esquecer que tais entidades foram criadas e estruturadas com finalidade de proteção patrimonial e, conseqüentemente, voltadas para o objeto (in)direto de manutenção de uma ordem econômica governamental muito bem definida” (ALVES, 2015, p. 60).

A atuação sobre o delito de tráfico de drogas e seu frequente registro no bairro periférico em contraste com a percepção do delito patrimonial no bairro nobre refletiu como a população da periferia está em um controle mais rígido das agências policiais. Além disso, a decisão de abordar alguém, a partir do tirocínio, recai em padrões que não são socialmente aceitos a partir das perspectivas da elite, formando e reproduzindo o perfil do negro, pobre e periférico como o bandido. A seleção ocorre a partir da visão daquele que destoa de padrões, como o que não parece pertencer ao bairro nobre, por exemplo, como mencionou o Policial Brás de Aguiar ao destacar que o malvestido no bairro da Batista Campos gera desconfiança.

A própria noção de tirocínio já chamou a atenção para essa atuação que segue determinados estereótipos, situações apreendidas empiricamente e até mesmo durante o curso de formação, como mencionou o Policial Tupinambás. Por mais que se venha de uma nova geração, as raízes do tirocínio são forjadas a partir das estruturas da desigualdade, como a raça, classe e o território. É dessa forma que o malvestido se torna suspeito, que os dois homens numa moto assustam aqueles que estão nas ruas, que o tráfico é percebido como uma “guerra a ser travada”, que “famílias desestruturadas são criminógenas” e que essas percepções se naturalizam como legítimas por detrás de um discurso de segurança.

É evidente então o contraste entre o material coletado e as finalidades e objetivos declarados da PM. A atividade policial, sem adentrar em suas especificações como Polícia Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, representaria a garantia do exercício seguro e livre dos direitos sem ameaças e agressões (AFONSO, 2018, p. 254). No art. 144, CR/88, a definição da PM é de instituição responsável por parte da garantia da segurança pública através do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (*caput* e § 5ª), sendo segurança pública a preservação da ordem e da incolumidade (pessoal e patrimonial).

Esse cenário trouxe a percepção de uma PM, indo além das meras previsões formais ou legais, mas como instituição instrumento de continuidade do contexto de privilégios do grupo dominante em detrimento de grupos vulnerabilizados, o que foi sendo percebido nos diversos contrastes existentes entre a atuação no Jurunas e na Batista Campos.

Cabe destacar que a previsão legal acerca das agências policiais não foi alterada mesmo após o processo de redemocratização depois do final da Ditadura Militar. Foram mantidas “[...] estruturas organizacionais ingovernáveis, incompatíveis com as exigências de uma sociedade complexa e com os imperativos do Estado democrático de direito” (SOARES, 2019, p. 25).

A organização da PM foi mantida contemporaneamente com as mesmas bases e quase as mesmas lógicas do período ditatorial, legando-lhe uma função de agente de combate, militarizado e semelhante ao das Forças Armadas, hierarquizado e com pouca liberdade de ação para seus agentes. O comando do policiamento fica restrito a uma pessoa e é realizado a partir das estratégias pensadas por esta pessoa e de técnicas atuariais de gestão de risco embasadas nas estatísticas criminais.

A principal estratégia para realização do policiamento diário é a ostensividade, uma das características mais marcantes do trabalho da PM. Em que pese os entrevistados tenham mencionado alguns programas de policiamento não ostensivo e com caráter mais preventivo, como o GPA, o trabalho que foi mencionado foi quase que exclusivamente repressivo e com a marca da ostensividade.

As próprias estratégias adotadas, como o PBE, que consiste em uma viatura parada em local e horário específico nos quais se registram alta incidência de delitos, com o intuito de evitar a ocorrência ou agilizar o combate, demonstram que o trabalho ainda é eminentemente ostensivo, o que é uma marca herdada dos moldes ditatoriais e das Forças Armadas.

Outra característica que ficou evidente pela própria estrutura percebida é a existência das patentes e como isso é crucial para a PM se manter como autoritária e uma instituição sedimentada em uma mentalidade de combate e de guerra: a dupla subordinação ao governo dos estados e às Forças Armadas. Prevista no art. 144, § 6º, da CR/88, a PM é posta como força auxiliar do Exército, mas subordinada aos governos dos estados, Distrito Federal e territórios em que estejam. Em que pese a regulamentação prioritária seja esta, a PM, não havendo conflito entre normas, também precisa seguir as regulamentações disciplinares e de administração do código do Exército, seguindo a estrutura hierárquica desta instituição.

As consequências desse modelo são sentidas pelos próprios profissionais, que vivem sob regramentos medievais, pressões psicológicas, plantões desumanos e desvalorização cultural e financeira (SOARES, 2012, p. 139-140). Jaime Luiz Cunha de Souza (2013, p. 70 e ss.) realizou um estudo relacionando como essa cultura policial leva muitos agentes a sofrerem de transtornos psicológicos, especialmente a síndrome de Burnout³⁹.

Esse cenário também ficou evidente nas entrevistas quando muitos dos entrevistados relataram que um dos principais problemas da atividade era o plantão e o curto período de folgas entre as jornadas. Outros relataram que tem medo do risco de morrer quando saem das casas, bem como mencionaram que já se sentiram desvalorizados pela população, principalmente os agentes do Jurunas.

Nas entrevistas, os agentes dos dois bairros mencionaram uma tentativa da instituição de corrigir esse perfil do policial guerreiro, aproximando-se do que Marcos Rolim (2021, p. 3) chama de policial guardião, mais preocupado com a solução dos problemas, do resguardo dos direitos e dos bens do que somente o chamado combate ao crime. A estratégia com maior destaque é o Grupo de Prevenção Ativa (GPA), que pode se enquadrar como uma espécie de policiamento de proximidade⁴⁰, uma vez que promove uma política de segurança pública, mesmo que ainda ostensiva e através da PM, com um maior contato e uma maior participação com os membros da sociedade ou comunidade.

³⁹ Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

⁴⁰ Ver nota 22

Como foi informado pelo Policial Fernando Guilhon, o GPA consiste em uma guarnição de agentes da PM que realiza visitas a moradores e estabelecimentos comerciais dos bairros policiados para realizarem levantamento de informações acerca de quais crimes as pessoas percebem naquela área, onde ocorrem tais crimes, que razões essas pessoas enxergam como facilitadoras da ocorrência de delitos.

Essas informações são utilizadas para pensar políticas de atuação da PM, bem como de segurança pública de modo geral, a partir de um contato mais próximo da realidade de maneira preventiva ao invés de uma atuação *a posteriori* da ocorrência de delitos. É uma tentativa nítida de policiamento de proximidade de maneira preventiva.

Segundo Felipe Freitas (2020, p. 105), a polícia é resultado de todas essas construções sociais, bem como das próprias relações que a instituição desenvolve com os grupos e indivíduos.

A polícia é muito mais do que uma mera reiteração de expectativas, previsões e práticas. As polícias são produto das interações, reinvenções profissionais e culturais, “parcerias formais e informais de diversas ordens”,¹⁷⁴ que remontam a processos de construção de vínculos sociais e, por conseguinte, de trocas materiais e simbólicas que se estabelecem no fluxo de construção e legitimação do lugar da autoridade policial. Ou seja, as polícias são resultado de perenes trocas entre instituições, organizações, sujeitos, grupos e sociedade [...] (FREITAS, 2020, p. 105).

Desse modo, fica mais fácil compreender a reflexão que fiz no capítulo anterior a partir de uma fala do Policial Conselheiro, de que a PM, principalmente nos bairros nobres, atua para a manutenção dos interesses da elite, ainda que embasados pelo discurso do combate aos crimes e a garantia da segurança. Nesta fala, o agente menciona a ocorrência do crime de tráfico de drogas no bairro de Nazaré que, apesar de não ser um dos bairros estudados, é um bairro nobre. Segundo ele, o registro do crime de tráfico na região é feito principalmente por denúncias da elite que reside no local, é difícil os policiais abordarem por suspeição própria. É em razão do incômodo e do medo da elite.

Deste modo, diante das construções sociais sob as quais a PM é estruturada, bem como o perfil de classe e raça do grupo dominante, é possível compreender essa instituição como um braço armado da elite nas ruas, com poder de mando e, diante de certas situações, sintam-se legitimados à violência e ao extermínio com base na justificativa da garantia de segurança pública.

Essa cultura de treinamento traz à tona uma percepção de que essa atividade de combate que resulta em violência e extermínio é parte integrante do trabalho da PM. “No lugar do uso da força para a defesa do Estado democrático de direito, a ideologia do combate militarizado do inimigo convence que matar – e em decorrência disto, morrer – é a vocação e o dever dos policiais” (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 129).

A mentalidade belicista do policial guerreiro desenvolve uma atuação baseada no ódio, sempre estimulado por valores e percepções da desigualdade e que produzem uma atuação policial, bem como a sua autoridade, de forma a legitimar práticas discricionárias e não fundamentadas (FREITAS, 2020, p. 93), o que faz com que se tornem comuns as cenas de abuso de poder e violência contra pessoas marginalizadas quanto a classe, raça, sexualidade, idade, gênero e diversos marcadores sociais.

Felipe Freitas (2020, p. 106) também menciona que três fatores contribuem para esse contexto: a) tradição autoritária do povo brasileiro; b) tolerância social da prática de violência contra grupos marginalizados e c) chancela judicial a práticas policiais discricionárias. A atuação da PM, mesmo quando violenta e abusiva, passa por um processo de tolerância e legitimação da própria instituição, das demais instituições e da própria sociedade. Esse cenário, portanto, reproduz a lógica de atuação da PM para o conflito com o inimigo, através da manutenção de hierarquias de classe, raça e território.

Durante a realização das entrevistas, muitos policiais não compreendiam a PM como autoritária, justificando que o exercício da autoridade era necessário para que se mantivesse a ordem e a segurança. Muitos afirmaram que já foi necessário usar força para conseguir atuar adequadamente, mas que o cenário que a mídia mostra de violações e policiais abusivos é algo completamente excepcional. Alguns chegaram a mencionar, por exemplo, que a instituição havia se tornado plural, de modo que nem mesmo se percebia uma atuação conforme padrões discriminatórios, algo que irei retomar mais adiante.

A partir das reflexões das noções essenciais de polícia e, em especial, de PM, creio ser produtivo abrir um pequeno parêntese teórico para relatar elementos históricos importantes dessa instituição, fazendo destaques da presença no estado do Pará e, principalmente, na cidade de Belém. Essa retomada histórica embasará algumas análises, principalmente acerca da relação da PM com os elementos de classe, raça e território e como essas relações se formaram pelo decorrer dos séculos.

A história da polícia é a história de uma luta de dominação dos marginalizados através do uso da força e do controle do espaço urbano por meio de uma agência estatal (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 166). O modelo de polícia no Brasil foi importado do modelo policial inglês de 1829, que promovia o patrulhamento prévio ao invés da atuação somente após o fato (MACHADO, 2018, p. 233). Contudo, antes desse modelo, a polícia como força estatal chegou ao Brasil juntamente com a vinda da família real em 1808 como a Intendência Geral de Polícia da Corte, que posteriormente se transformaria na Guarda Real de Polícia, que servia como instrumento dos interesses do Império nas ruas (MACHADO, 2018, p. 233-234).

No Pará, a PM tem sua origem no século XVII, quando ainda era denominada Corpo de Polícia, tendo surgido com o objetivo de garantir o sossego da capital e combater saques e rapinagem no interior da Capitania. Desde esse começo, era evidente a marca da proteção do patrimônio na origem da instituição, algo que é inerente aos interesses da elite.

A PM passou por inúmeras transformações em sua estrutura e organização, mas poucas foram as mudanças quando se tratava dos seus objetivos e finalidades. Segundo o breve histórico descrito no próprio site institucional, essa agência esteve presente no combate de diversos conflitos e movimentos sociais importantes, como a Cabanagem e a Guerra de Canudos – tendo servido de suporte às Forças Armadas na época. Também participaram da Guerra do Paraguai como o Corpo Paraense de Voluntários da Pátria (BRASIL, não datado).

No período do Império, o policiamento era algo mais pontual e voltado para a contenção de conflitos, muitas vezes no interior das capitanias. Foi no período republicano que o policiamento se tornou algo rotineiro, bem como inserido nas representações culturais, tendo como foco maior o espaço urbano moderno (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 171).

Somente em fevereiro de 1935, através do Decreto nº 1.516 é que se formou a instituição que hoje se conhece no Pará como PM, em que pese ainda tenha se adequado às alterações normativas que surgiram posteriormente, como as finalidades e a organização democrática estabelecida na CR/88, que não representam a democratização da instituição, tendo em vista que o processo ainda manteve as estruturas e organizações que eram comuns na Ditadura Militar.

Atualmente, a PM é regulamentada por uma série de normas, externas e internas, que delimitam a atuação, a estrutura, a organização e outros detalhes referentes a instituição. O policiamento é organizado a partir de regiões de atuação da polícia, podendo estas englobar um

município ou mesmo mais de um, como se evidenciou pela divisão da cidade de Belém em AISP's.

Diante de todos esses pontos, conclui-se que é necessário um olhar de muita complexidade nos estudos sobre a polícia. É nítido o contraste e a contrariedade entre os objetivos constitucionalmente previstos para a PM com a lógica de estruturação com base no modelo das Forças Armadas, como força reserva do Estado em situações de conflito armado, assumindo uma postura mais belicista e de conflito com um suposto inimigo.

Em que pese as falas dos policiais entrevistados tenham sido direcionadas a demonstrar uma PM alinhada com suas funções democráticas e que realmente está direcionada a resguardar bens e direitos, pouco destacando falhas ou mesmo percebendo como as estruturas da desigualdade, em especial de classe e raça, as falas apresentaram essa agência como direcionada para determinados grupos e sempre atendendo a interesses da elite rica e branca.

Para Luiz Eduardo Soares (2012, p. 138), a possibilidade de mudança desse cenário viria com uma reforma estrutural da PM e das polícias de modo geral, mas que a manutenção deste modelo vinculado ao Exército é um dos principais fatores que dificultam as mudanças no trabalho policial. Essa estruturação é uma das principais razões para ações e repressões violentas no exercício da atividade, ao menos declarada, de garantia da segurança, que muitas vezes resultam em mortes – principalmente de jovens negros e pobres. Por exemplo, consta nos dados reunidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (BRASIL, 2021), que houve um aumento de 0,3% do ano anterior nas mortes ocorridas em intervenções policiais, totalizando um número absoluto de 6.416 (seis mil, quatrocentos e dezesseis) pessoas, sendo 78,9% negros e 98,4% homens.

Portanto, neste primeiro momento, pode-se concluir que a definição de polícia, ainda mais se tratando de PM, não pode ser vista apenas como apenas aquela prevista constitucionalmente. É preciso ampliar essa compreensão para enxergar a polícia também como um braço armado do poder político nas ruas (LIMA; SINHORETTO, 2012, p. 55). Da mesma forma compreende Jaime Luiz Cunha de Souza (2013, p. 65), que a instituição policial possui uma cultura formal e informal, sendo esta última o conjunto dos valores sob os quais a polícia efetivamente funciona.

É preciso não esquecer que as agências policiais fazem parte do sistema penal, de modo que são construções sociais embasadas na estrutura social dominante brasileira. Demais, essa não

é uma marca exclusiva da instituição policial, mas do Estado, que é constituído a partir desses marcadores, e que faz com que estes perpassem todos os espaços nos quais coexistem relações de poder. Com isso, afirmo que a instituição policial é construída a partir de uma perspectiva social que envolve questões de classe, racismo e, como é estudado nesse trabalho, território. A PM, então, atua a partir de critérios estereotipados de uma vulnerabilidade criminógena, ou seja, guiados por esses diversos fatores de desigualdade ao mesmo tempo que os reproduz diariamente.

Diante desse cenário, é evidente que os estudos acerca das polícias, ainda que este dê enfoque em uma delas, a PM, precisa perpassar pela análise de como esses marcadores sociais direcionam e são reproduzidos pela atividade policial.

4.3 A Polícia Militar no imbricamento entre raça, classe e território

Ao final do trabalho chega-se também à conclusão de que olhar para a atuação policial é inserir-se em um imbricamento de vulnerabilizações de raça, classe, território, dentre outros marcadores da diferença. A historicização do poder de punir é essencial para se romper omissões acerca dos processos de opressão e como esses se entrelaçam. A atuação da PM perpassa por dimensões territoriais, confirmando-se a hipótese inicial, mas não somente, é impossível dissociar essa dos marcadores de classe e raça.

A PM é um instrumento de dominação sob o discurso da preservação da segurança pública e da ordem, constitucionalmente prevista para resguardar bens e direitos, mas estruturada para um cenário de guerra constante contra um inimigo. Ao ser conectada com uma estrutura social marcada pelo racismo certamente se direcionará para o combate das pessoas negras, pobres e periféricas. A busca por padrões racializados de suspeição ou mesmo a racialização dos comportamentos criminosos (DUARTE, 2018, p. 3318) por parte da instituição não são meras coincidências, mas partes de um imbricado sistema de opressão, controle e extermínio operacionalizado através do discurso da segurança pública.

O conteúdo das entrevistas realizadas com os policiais demonstrou que muitos não percebem ou alegam não perceber as nuances raciais da atuação da PM, alegando sempre o embasamento em fatores de neutralidade, como o POP ou mesmo elementos não-raciais de suspeição. Muitos afirmaram que não acreditavam na presença de racismo na PM, tendo em vista

que esta se tornara uma instituição bastante plural e miscigenada, o que remonta ao velho, mas não inexistente, discurso de democracia racial.

Poucos foram os agentes que identificavam o perfil de pessoas abordadas como majoritariamente negro e somente um (o Policial Tupinambás) mencionou que reconhecia sim a existência de uma seleção preferencial de homens negros e pobres. Quando mencionavam suas opiniões acerca de razões para cometimento de crimes, mencionavam fatores econômicos ou, então, exclusivamente moralistas, como um seio familiar desestruturado, a falta de educação formal ou mesmo de oportunidades de emprego e melhoria de vida.

A menção desse cenário reflete o que Sinhoretto e Lima (2015, p. 122) descreveram como uma crença de mitigação do racismo e da discriminação baseada na raça para disseminar que as discriminações e violências contra a juventude negra, na verdade, tratar-se-iam de questões de classe, o que não somente promove uma invisibilidade da realidade das pessoas negras no país e no descrédito das suas reivindicações e interesses. A ideologia e os valores das instituições são formados em um ideal elitista e branco, que mantém os privilégios e interesses desses grupos em detrimento daqueles considerados não-brancos, como a população negra.

Assim, as instituições jurídicas foram hegemonizadas pelo “ponto de vista dos brancos”, o que contribuiu para a disseminação de uma visão estereotipada acerca das pessoas negras e dos seus conflitos num quadro que acirra o modo violento com que o Estado se relaciona com essas populações que, na prática, simplesmente desconhece (FREITAS, 2019, p. 42).

Deste modo, as relações entre a PM e o racismo são indissociáveis quando se deseja analisar as dinâmicas de atuação desta instituição, quando se percebe que, por debaixo do discurso objetivo e neutro de garantia da segurança, coexiste uma realidade de dominação e controle racial, mantendo a população negra num lugar de alvo prioritário dos agentes, ainda que estes não possam perceber isso ou que prefiram não assumir isso perante um pesquisador, como desconfio que aconteceu durante a execução da pesquisa de campo.

O racismo nos ajuda a entender a própria composição social e racial da força policial, mesmo antes de ela atingir sua atual configuração de Polícia Militar, que conhecemos hoje. Homens negros aparecem ao longo do tempo nessas funções, importantes, patrocinadas pelo Poder Público, como profissões de risco, mas sempre em posição de subalternidade. Nas Forças Armadas, por exemplo, os homens negros ocuparam a posição de praças, ou seja, do escalão mais

baixo. Enquanto isso, os oficiais, que pertenciam ao escalão mais alto, eram brancos, tinham certo patrimônio e reconhecimento social (MACHADO, 2018, p. 233-234).

Esses dados históricos interessam para a compreensão do perfil da PM, que é evidenciado no perfil dos entrevistados, por exemplo, demonstrando essa certa destinação das posições inferiores para pessoas negras e pobres. A maioria dos entrevistados se declarou parda ou negra, alguns se identificando como caboclos (miscigenação de indígenas e brancos, segundo os próprios entrevistados), mas nenhum se identificando como branco, ainda que pudessem ser heteroidentificados assim.

Nessa perspectiva, havia uma preocupação do governo em controlar a massa de escravizados, seja à liberdade ou qualquer outro tipo de manifestação vindo de negros. Assim, é possível observar desde os primórdios do policiamento brasileiro uma focalização da atuação policial na população negra. Estes paralelismos históricos entre o que foi a GRP e a atual polícia Militar, nos deixa brecha para afirmar que a construção dessa polícia militar guarda uma intensa herança escravista ratificada pelo racismo estrutural, a qual reverbera diretamente nos papéis dos principais atores do sistema justiça criminal hodierno. Outrossim, faz-se necessário entender quem são estes atuais praças da PM, quem são os principais alvos da letalidade policial e de que forma este sistema autofágico se instrumentaliza do corpo negro em um projeto Genocida (MACHADO, 2018, p. 235).

São policiais negros, pobres e periféricos atuando sobre corpos negros, pobres e periféricos. Todos os policiais relataram que as condições de vida, em especial questões financeiras, influenciaram no momento de escolha da carreira policial, destacando como esse momento foi algo positivo para a vida deles. O Policial Tubinambás mencionou, inclusive, que a admiração pela figura do policial evitou com que este seguisse o mesmo caminho de seus familiares, que muitos eram envolvidos com o crime.

Portanto, a própria composição da instituição perpassa por elementos de classe e raça, o que se repete na atuação desses agentes nas ruas e nas escolhas discricionárias que estes necessitam fazer durante o seu trabalho, porque ainda que o modelo pregue uma baixa capacidade de autonomia do agente que está nas ruas, na prática, o policiamento ocorre através de várias escolhas discricionárias no momento da ação.

Por sua vez, a noção de território vai além das limitações geográficas e marca o corpo desses sujeitos que são atingidos pela polícia (GRAVINA, 2015, p. 12). Não são apenas pessoas,

mas sim pessoas da periferia, identificadas como periféricas e que devem ser controladas e mantidas na periferia, ainda que não pertençam efetivamente àquele espaço.

O território, na verdade, inicia suas relações com os marcadores de classe e raça a partir de um fenômeno de concentração. A construção do território, como foi destacado na segunda seção, ocorreu a partir das desigualdades estruturais de classe e raça, principalmente destacando como o surgimento de um território veio justamente da delimitação de determinados espaços para determinados grupos ou pessoas. O aspecto financeiro que forjou o território fez com que surgissem as periferias, o racismo encrustado na sociedade designou o território periférico como aquele ao qual deveriam ser segregadas as pessoas negras e pobres.

No desenvolvimento do presente trabalho, restou claro que os grupos jogados nos territórios periféricos são a consequência de um processo de desterritorialização, em especial as pessoas negras, que passaram por isto em duplicidade, a primeira quando foram sequestrados da África e a segunda quando, ao serem postos na periferia, não são considerados como pertencentes àquele espaço e, portanto, não respeitados, a chamada desterritorialização social e política (MANZONI, 2020, p. 89).

O processo de desterritorialização tem como consequência a desumanização dessas pessoas. Sem o reconhecimento da humanidade e o devido respeito a dignidade desses corpos, facilmente se naturalizam violências e se legitimam abusos contra estes, mesmo que sejam localizados na periferia, mas jamais pertencentes a ela, impossibilitando o reconhecimento destes como vítimas de uma opressão (FLAUZINA; FREITAS, 2017, p. 66).

Mesmo quando se deslocam para outros espaços, como os bairros nobres, os corpos periféricos são identificados pelos estereótipos da periferia, construídos pela representação que o grupo dominante concebeu destes. Dentro desse estereótipo, é evidente o envolvimento, conforme Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018, p. 99), com o crime. O corpo periférico, além de não humanizado, é identificado como envolvido com o crime.

Aiala Colares Couto (2021, p. 67) afirma que os jovens negros excluídos nos espaços periféricos são culpabilizados antes mesmo que qualquer crime possa ocorrer, são suspeitos e são tornados corpos matáveis, alvos de violência e controle por meio da agência policial. As relações de raça e classe que empurraram essas pessoas pobres e negras para o território periférico são, portanto, indissociáveis para se compreender a atuação policial, principalmente da PM, que,

conforme foi possível perceber no decorrer da pesquisa, é pensada a partir das características, estatísticas e perfil do território em que está inserida.

O território, portanto, é um elemento de concentração de vulnerabilidades, tornando-se, assim, em si, um fator de vulnerabilidade, um marcador social da diferença. É nesse aspecto que, ao reconhecer o território como uma construção política e social, percebe-se que seu poder de concentrar raça e classe é o que direciona a atuação da PM com maior frequência e com maior rigorosidade para esses espaços, é o que diferencia a atuação que ocorre no Jurunas como periferia e na Batista Campos como bairro nobre.

Esse fenômeno não ocorre de maneira ontológica e muito menos por mera coincidência, mas são estruturados para ocorrerem como ocorrem, neste caso, segregando em territórios diferentes, classes e raças diferentes. Essa segregação é algo que é inerente ao exercício das funções da PM, que é estruturada para lidar com os territórios, os delitos cometidos e realizar abordagens de pessoas negras e pobres, tudo isso sob o manto de um discurso aparentemente democrático.

E a conduta atuarial de policiamento, zoneamento e prevenção diferenciais ajuda a manter essa situação; com efeito, na medida em que *desloca* o crime das áreas bem protegidas de classe média para as áreas menos protegidas das camadas mais baixas da classe trabalhadora, esta linha atuarial agrava o problema. [...] Um processo atuarial de exclusão e administração de riscos que se acopla a um mecanismo cultural de produzir bodes expiatórios: a criação de um outro desviante segregado espacial e socialmente (grifo do autor) (YOUNG, 2002, p. 43).

O território, então, concentra em um determinado espaço as desigualdades que geralmente são alvos preferenciais da dominação e do controle exercido pelo grupo dominante através da força e da “legítima” autoridade da PM. Os territórios construídos como periféricos, como ocorreu com o bairro do Jurunas, foram rotulados como inferiores, perigosos e criminógenos. Além do mais, esses espaços também eram vistos como imorais e responsáveis pelo “atraso” da sociedade a alcançar o padrão de civilização europeu.

Diante desse contexto, os processos de “higienização” realizados principalmente na gestão de Antônio Lemos representaram uma tentativa de eliminar esses comportamentos e sujeitos considerados inferiores, perigosos e danosos, sempre atendendo aos interesses da elite

branca e rica (VIEIRA, 2010, p. 60). É evidente que essas concepções referentes a um determinado território geram impactos na atividade das forças policiais.

Por exemplo, na gestão de Lemos foi editado o Código de Polícia Municipal (Lei municipal nº 276 de 1900), que ficou popularmente conhecido como Código de Posturas de Belém, no qual eram previstos padrões de comportamento e infrações administrativas que tinham o objetivo de aproximar o perfil da sociedade belenense dos padrões europeus (SARGES, 2010, p. 212), dispositivos que atingiam principalmente indivíduos de classes e raças marginalizadas.

As normas eram fiscalizadas pela instituição policial da época, que desde então foi se consolidando como um braço do estado para controle social, o que veio sendo mantido até a atual configuração que se conhece atualmente como PM.

Ao longo do trabalho foi possível compreender como o espaço e o território moldam toda a organização da atuação da PM, que tem suas zonas de atuação distribuídas em RISP's e AISP's, bem como realizam uma organização estratégica mais adequada ao perfil de cada território monitorado. Por exemplo, o Policial Serzedelo mencionou que sempre precisa manter uma estratégia específica para o bairro de São Brás, que é o posicionamento de um PBE nas proximidades do Mercado de São Brás, uma vez que mesmo com a presença dessa viatura constantemente no local.

As características de cada território são essenciais para o desenvolvimento da atividade policial. O Policial Tupinambás mencionou um fato de 2018 do policiamento do bairro do Jurunas, que foram constantes ataques de, supostamente, organizações criminosas contra bases da PM, levando a óbito muitos agentes, o que motivou a retirada do chamado policiamento ponto a ponto no bairro, que é aquele realizado a pé.

Stephen Graham (2016, p. 93) destaca que os territórios passam por uma forte lógica binarista, dividindo-os entre espaços bons e ruins, do “bem” e do “mal”, fenômeno que ele chama de geografia imaginativa⁴¹.

Numa perspectiva urbana, esse binarismo representa essa disparidade entre territórios como um conflito que necessita de uma resposta, que surge através do autoritarismo e da militarização (GRAHAM, 2016, 101-102). Isso justifica a utilização da PM dentro dos territórios,

⁴¹ Vale destacar que essa lógica binária existe, mas não representa a realidade, conforme já foi mencionado no presente trabalho, uma vez que o território não significa uma realidade uniforme e imutável, mas sim espaços com variações e nuances, zonas de transição e que não se encaixam na limitada representação social que ocorre, rotulando-os entre espaços seguros e perigosos, do bem e do mal.

sejam nobres, mas principalmente periféricos, trazendo à tona o que o autor chama de militarização urbana⁴², com supremacia da busca pela segurança, o maniqueísmo territorial e a instigação do medo na população.

Portanto, tudo que envolve o território representa informação fundamental para a atuação da PM: a quantidade de crimes registrados, a densidade e o tamanho da área, o perfil da população, os tipos de delitos registrados, as estratégias que a instituição compreende que funcionam na área. Deste modo, uma construção social embasada por questões de raça e classe como o território, é evidente que as relações internas e com o externo de cada território também sejam marcados por fatores de classe e raça.

O exercício do poder da PM ocorre diariamente nas ruas que cortam esses territórios lidos como nobres ou periféricos. A sua atuação não é somente o que se encontra nos artigos das legislações, mas sim o conteúdo de ações concretas realizadas diariamente nas ruas e em contato com populações diversas (MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 2007, p. 161).

Assim, a PM está vinculada ao que Vera Malaguti Batista (2011, p. 104) observou como uma geografia das desigualdades, entre espaços que mandam e outros que obedecem a partir de uma relação de abundância-escassez. Para a autora, o controle da PM no território é que o permite que haja o controle das populações que nele existem, mencionando o exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's).

Por isso, a compreensão do território como elemento que compõe a atuação policial, principalmente da PM, leva a reflexão de que o policiamento é pensando para o controle dos corpos negros e pobres no território periférico e para a proteção da elite branca, e do seu patrimônio, no bairro nobre. O Policial Brás de Aguiar, ao mencionar que os roubos e furtos praticados no bairro da Batista Campos, por exemplo, não são cometidos por pessoas que estejam malvestidas, porque as pessoas geralmente suspeitam.

Ao mencionar esse exemplo, a finalidade deste entrevistado era me relatar que não há como identificar uma pessoa pelo seu estereótipo de vestimenta. Contudo, a fala dele demonstrou justamente o contrário: quando a pessoa não se veste conforme o padrão esperado de um bairro nobre, ela facilmente pode se tornar suspeita.

⁴² Esse processo de militarização, destacado por Stephen Graham (2016, p. 121) representa a organização da sociedade civil para a produção da violência em resposta a sensação de medo e insegurança, principalmente através das Forças Armadas e, no Brasil, da Polícia Militar.

O território faz parte da construção do estereótipo tal qual a raça e a classe. O território periférico é considerado incivilizado e perigoso, devendo ser vigiado e alvo de maiores investimentos de segurança pública e mais estratégias de policiamento. Jaime do Amparo-Alves (2010, p. 573) menciona a ocorrência mais frequente de operações para combate ao tráfico de drogas nas favelas que em outros lugares, tornando-as territórios preferenciais. Por exemplo, o Policial Mundurucus mencionou a necessidade de um reforço do policiamento, que é a operação PMF. Algo que não foi visto com frequência no bairro da Batista Campos.

Não é preciso destacar que há uma diferença na dinâmica de atuação entre esses dois tipos de bairros, ainda mais quando se analisa a realidade concreta do Jurunas e da Batista Campos. Essas diferenciações ocorrem através das relações classe-raça-território com os mais diversos aspectos do trabalho policial.

As dinâmicas do território periférico são marcadas pela necropolítica⁴³, de modo que esta delimita espaços de exceção, ou seja, espaços em que a legalidade não chega, “em que o poder de matar, e não a racionalidade da norma, anuncia a existência do Estado” (ALMEIDA, 2021, p. 6).

É o território da ocupação colonial, onde a soberania se manifesta em um lugar identificado com desordem, loucura, “zona de fronteira”, onde o inimigo está sempre à espreita e onde, mesmo que não haja guerra, há a permanente ameaça de guerra (ALMEIDA, 2021, p. 6).

Foi o que se percebeu no bairro do Jurunas, por exemplo, quando vários dos entrevistados destacaram a necessidade de uma maior rigidez nas abordagens, que costumam encontrar mais resistência da população, ou mesmo do uso de palavrões, da força e da própria fala do Policial Serzedelo de que o policial que trabalha no Jurunas é mais “sangue nos olhos”.

Isso me chamou bastante atenção para como o território se relaciona com a necessidade de autoritarismo ou de controle por via policial militar mais rigoroso quando se trata de periferia, em comparação ao que ocorre no bairro nobre. Os policiais que trabalham no bairro nobre mencionaram que quase não usam a força e nem mesmo necessitam utilizar palavrões, que há menos resistência quando realizam as abordagens.

⁴³ Neste trabalho, necropolítica é compreendida como uma forma de exercício da governamentalidade do Estado baseada no exercício constante e sistemático da morte, guerra e ameaça de guerra para o controle da vida (MBEMBE, 2018, p. 71).

É esse contexto que reflete o que mencionou Aiala Colares Couto (2021, p. 66) de que o espaço periférico é construído como um local onde são naturalizadas violências e violações, espaços invisíveis. Corroborar a compreensão de Silvio Almeida (2021, p. 6) de que o espaço estruturado em uma lógica de necropolítica⁴⁴ e exceção é um lugar no qual os direitos e garantias não são alcançados.

Assim, os bairros estudados são transformados em zonas de conflitos ou de instabilidade social, onde o conjunto da população enquanto espécie sofre todas as formas de discriminação e estigmas e os jovens transformam-se em sujeitos matáveis. As mortes violentas são, então, justificadas pelas políticas de combate ao narcotráfico ou guerra às drogas, assim os sujeitos matáveis são transformados em corpos vazios, confinados num espaço em que o controle e a vigilância fazem-se necessários em nome da segurança (COUTO, 2021, p. 79)

Desse modo, já se mantém uma necessidade de rediscussão dos termos do mandato policial como elemento primordial para a reformulação das polícias e como este representa um dos pontos problemáticos da polícia que precisa ser estudado e reformado para, assim, transformar a PM.

A escolha da PM para a análise no presente trabalho ocorreu principalmente pelo fato de que esta é a instituição que mais representa o protagonismo das polícias nas políticas de segurança pública que, por sua vez, são pensadas majoritariamente a partir do molde da atividade policial. Ao policial militar foi atribuída uma certa autoridade para realizar a atividade da segurança pública através da garantia de bens e direitos com o uso comedido e justificado da força. Esse, apenas teoricamente, é o dever desse agente.

Na prática, isso representa um poder discricionário amplo da instituição para definição do que deve ou não deve ser feito durante a ação para o resguardo da segurança pública. Por mais que estejam vinculados a uma rígida hierarquia de comando, são esses agentes os legitimados a decidir, nas ruas e no calor do momento, o conteúdo prático da manutenção da ordem e das representações do legal e do ilegal (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 127).

Na prática, sabemos que a polícia é quem tem que, na rua, oferecer uma solução para problemas concretos que vão desde embaraços no cumprimento específico de uma ordem judicial até o atendimento a demandas específicas encontradas na

⁴⁴ Os bairros estudados por esse autor foram especialmente a Terra Firme (Montese) e o Guamá, dois bairros periféricos de Belém, marcados pela guerra às drogas e confrontos entre milícias armadas e organizações criminosas.

ação de patrulha ou no exercício mais amplo do mandato de preservação da ordem pública, por meio de operações de blitzes, abordagens ou buscas pessoais (FREITAS, 2020a, p. 94).

A discricionariedade permitida pela autoridade que se concede através do mandato policial possibilita que as estruturas da desigualdade se reproduzam através das questões de classe, território e do racismo que constroem essa instituição como um produto da sociedade desigual em que está inserida.

A fala do Policial Tupinambás confirma que os agentes aprendem como identificar situações suspeitas através de aulas com vídeos e casos durante o curso de formação, seja de praças ou de oficiais, dizendo que enxerga situações construídas com bastante preconceito, social ou racial, conforme ele mesmo mencionou.

Portanto, a presença da PM nos territórios é impactada pelas questões estruturais que compõem esse território, que aqui se optou por analisar o impacto da classe social e da raça/racismo. Como instrumento armado de representação do interesse político da elite contra as populações marginalizadas, as dinâmicas de atuação, por mais que pareçam objetivas em um primeiro olhar, acabam deixando sutis nuances de como as estruturas da desigualdade se reproduzem.

Essa diferenciação está em tantos fatores que se tornou visível até mesmo na própria personalidade dos agentes. Ao final das entrevistas com os agentes da Batista Campos, o Policial Serzedelo, que já havia trabalhado também no Jurunas, mencionou que o policial do Jurunas era diferente, era mais “sangue nos olhos”.

Quando questionei, ele não soube explicar com clareza o que era, tendo em vista que era uma noção já tão costumeira desses agentes que a simples menção seria suficiente para compreender. Contudo, assimilei de que o policial no Jurunas é muito mais rigoroso, mais incisivo, mais guerreiro.

É questionável a razão para que os próprios agentes enxerguem essa diferenciação com naturalidade. Primeiramente, em razão da mentalidade de guerreiro sob a qual são treinados todos os agentes da PM (ROLIM, 2021, p. 3). Deste modo, um policial que esteja mais em contato com o crime ou com áreas consideradas mais perigosas desenvolve uma personalidade mais autoritária no exercício da função, mais embrutecida para o chamado combate ao crime.

Chama a atenção de que isso ocorra com o policial do bairro periférico, o qual convive diretamente com populações mais marginalizadas e que representam os alvos primordiais do controle exercido pela PM e pelo sistema penal de forma geral. É a lógica necropolítica da organização do espaço urbano que evidencia o bairro periférico como um alvo primordial controle dessa agência e como ocorre o processo para naturalizar e tornar invisível essa violência e as violações dessa relação (ALMEIDA, 2021, p. 6).

Deste modo, pondo um breve ponto em seguida nas reflexões aqui tecidas, uma vez que ainda há bastante discussão acerca do que foi compreendido através da realização da pesquisa, é preciso ressaltar as relações do território com a PM e, como indissociáveis, dos elementos de raça e classe em mais estudos acerca do tema.

Como construção social, o território é feito a partir de relações concretas de marcadores sociais da diferença, como a classe e a raça. A desumanização constante que ocorre nesse espaço de indivíduos desterritorializados (MANZONI, 2020, p. 89) tem sido utilizada para naturalizar violências e legitimar um modelo de PM que ainda reproduz as desigualdades estruturais de classe, raça e território na sua atuação diária através da diferenciação de sua atuação nos mais diversos aspectos.

Territórios marcados pela construção necropolítica, como os espaços periféricos, portanto, tornam-se zonas em que os direitos e garantias não existem ou não funcionam da maneira correta, estendendo isso aos corpos, negros e pobres, inseridos nesse território, que são estigmatizados com as representações negativas da periferia feitas pela elite branca e rica, que detém o controle e o privilégio de fazer valer seus interesses por meio da PM.

Assim, é perpetuada a vulnerabilização daqueles indivíduos negros, pobres e periféricos, uma vez que há o direcionamento proposital da atuação policial, que funciona como a agência política dos interesses do grupo dominante nas ruas, um verdadeiro braço armado em, supostamente, uma busca da diminuição da chamada mancha criminal e da promoção de segurança pública, mas que realiza efetivamente o controle penal dos corpos periféricos, negros e pobres.

É o que fomenta um cenário em que os corpos periféricos são automaticamente envolvidos com o crime e são controlados pelo Estado através das agências penais, em especial a PM, praticante diária da seletividade desigual que auxilia na perpetuação do sofisticado sistema de privilégios e desvantagens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surgiu de percepções empíricas e pessoais acerca de diferenças de atuação da PM conforme as áreas em que esta se encontra, principalmente quando se trata de bairros centrais/nobres em comparação a regiões rotuladas como periféricas.

Essas constatações levaram ao questionamento sobre a forma com que a instituição diferencia sua atuação em diversos aspectos conforme o bairro em que atua. Nesta pesquisa, o foco dos estudos realizados se voltou para dois bairros de Belém: Jurunas e Batista Campos, um considerado periférico e o outro nobre e centralizado.

A comparação entre a atuação da PM nessas áreas é bastante frutífera para compreender esta diferenciação, tendo em vista que os dois bairros apresentam histórias de construção, perfis populacionais e econômicos, realidades e interação com a PM diferentes, o que motivou a escolha proposital dessas áreas para o estudo.

A evidente diferenciação entre o Jurunas e a Batista Campos, bem como as diferenças de atuação da PM trouxeram a perspectiva de que o elemento chave para a compreensão da relação entre esses contextos era o elemento territorial, de modo que a formação desses bairros enquanto territórios diferentes é o ponto de partida para todas as reflexões tecidas no bojo da pesquisa realizada, através dos métodos indutivo e comparativo.

Assim, o trabalho almejou responder de que forma a atuação da PM se diferencia entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos, em especial nos anos de 2018 a 2020, período em que seu policiamento foi separado. Foram utilizados levantamentos bibliográficos e documentais, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com os agentes que atuam nesses bairros para realizar as análises.

Em um primeiro momento, a partir da retomada histórica da estruturação social, econômica e racial dos bairros do Jurunas e Batista Campos, analisou-se como a noção de território é uma construção política e que decorre das relações de poder dentro de uma determinada sociedade, designando valores, costumes, interesses e perfis para cada espaço construído.

O território, assim, é formado a partir das estruturas sociais da desigualdade, ou seja, de marcadores sociais da diferença, aqui destacando o papel fundamental da classe social e da raça

para essa construção. Esse contexto trouxe diversos reflexos, como a evidente ocorrência de um processo de urbanização corporativa, centralizado em atender os interesses do grupo dominante, ou seja, a elite branca e rica, em detrimento dos interesses sociais, como a garantia da moradia adequada.

Assim, o surgimento do espaço periférico surgiu da contradição da população empurrada para esse lugar com a população detentora de privilégios e capaz de pagar para residir em bairros nobres, centralizados e urbanizados, concentrando nele pessoas pobres e, majoritariamente, negras. E essa população, por sua vez, sofre um intenso processo de desumanização através da naturalização das violações que decorreram do processo de desterritorialização que ocorreu em razão do tráfico negro para a escravização.

O território, portanto, marca não somente o espaço, as relações, a cultura, mas também o corpo das pessoas que pertencem a grupos vulnerabilizados, em especial a classe e raça, tornando-os periféricos onde quer que estejam, principalmente quando ultrapassam o cordão que divide o mundo da periferia do mundo do bairro nobre.

Em um segundo momento, diante desse cenário acerca do território, foi possível perceber, através das entrevistas realizadas com os agentes policiais militares que atuam nos bairros em estudo, que o território é o principal elemento guia da atuação, que trará diferenciações no quantitativo de agentes e viaturas, nas estratégias utilizadas, nas formas de abordar, nos crimes registrados com maior frequência, dentre outros.

O território é um elemento de concentração de vulnerabilidade de classe e raça, assim, o trabalho policial direcionado por território também é impactado pela desigualdade e pela opressão de classe social e racial. Em suma, o elemento territorial é indissociável dos outros dois, tendo em vista que estão relacionados e impactam de forma conjunta no agir da PM.

A busca do controle e diminuição da chamada mancha criminal, presente no título desta pesquisa, ocorre através de filtros, muitas vezes não percebidos nem pelos próprios agentes, de classe, raça e território, mas que impactam em diversos aspectos dessa atuação. Diversos foram os campos que chamaram atenção para essa diferenciação, como a própria questão da quantidade de efetivo e viatura, do zoneamento conforme as ocorrências de delitos, os tipos de delito que são registrados, as reações das pessoas ao ser abordadas, a maneira como se rotula uma situação como suspeita e como realiza a abordagem, bem como o perfil das pessoas que são selecionadas.

Ao final, três aspectos se fizeram mais perceptíveis: (a) presença maciça da guerra às drogas na periferia em contraste a repressão ao crime patrimonial no bairro nobre; (b) as estratégias utilizadas para cada tipo de território; e (c) a percepção de um fato como suspeito (tirocínio) e a abordagem realizada.

Com isso foi possível notar que, por mais que não pareçam estar ligados, todos esses aspectos se diferenciam a partir das relações entre os marcadores de classe, raça e território em cada um desses bairros e como ela muda conforme o perfil da pessoa que está inserida. Ainda que isso não seja percebido pelos próprios agentes, a nuance das falas coletadas demonstrou que essa diferenciação não ocorre por meros fatores objetivos.

Por exemplo, as situações suspeitas, por mais que os policiais tentassem evitar tal menção, eram todas localizadas. As menções ao registro do tráfico de drogas sempre tinham relação com a periferia, com ausência de aparelhamento estatal, com núcleos familiares desestruturados e com falta de oportunidades de estudo e trabalho. Enquanto isso, o bairro nobre aparece como um lugar de repulsa às drogas e que, constantemente, faz denúncias sobre esse delito em áreas próximas.

O território é, dessa maneira, um marcador que reúne dentro de si elementos de vulnerabilização, aqui explorados os de raça e classe. A construção do território é impactada pelas relações de poder e opressão de raça e classe social, de modo que, da mesma forma em que o sistema penal e suas agências se direcionam para esses grupos, direcionar-se-ão para o território em que esses grupos estão inseridos. Em contraposição, o sistema penal no bairro nobre realiza justamente o controle dos grupos marginalizados para não interferirem nos interesses e nos costumes do grupo dominante rico e branco.

É a partir do fator territorial que as diferenciações ocorrem, uma vez que nele se relacionam a classe e a raça para moldar diferentes registros, estratégias, suspeitas e abordagens em seus agentes. É este elemento que marca o corpo dos indivíduos com um processo de desumanização e de necropolítica, tornando-os intrinsecamente periféricos e matáveis em diferentes espaços e circunstâncias. O território nobre faz valer seus interesses, o periférico se torna alvo de controle em nome de tais interesses.

Em suma, existem diferenciações da atuação policial em diversos aspectos em razão das interrelações dos marcadores de classe, raça e, conforme se desejou evidenciar neste estudo, principalmente de território. Essa diferenciação foi mais facilmente percebida quanto aos pontos

de crimes registrados, estratégias e suspeição (tirocínio) e abordagens, o que não descarta outras diferenciações relevantes durante a realização do trabalho policial.

Deste modo, advinda de relações de poder, a PM se apresenta como um braço armado da elite e em defesa dos interesses da elite enquanto também é instrumento de controle da população negra, pobre e periférica, em que pese esteja constitucionalmente prevista como uma instituição voltada a proteção e garantia de bens e direitos. É com essa configuração que a PM pode ser analisada através dos dados coletados durante a execução da presente pesquisa, que é prevista legalmente com uma finalidade, mas atende realmente a outra.

Portanto, com as diferenciações na atuação, a PM, apesar de pequenas mudanças, como um policiamento preventivo mais diversificado, tem contribuído para a manutenção das estruturas da desigualdade de classe, raça e território, uma vez que é estruturada para ser esse agente de manutenção, somente podendo ser alterada significativamente através de rupturas estruturais.

Decerto, a responsabilização, se assim se pode chamar, da manutenção das estruturas de desigualdade não é imputável somente a instituições policiais e nem mesmo somente a Polícia Militar, mas sim a toda uma construção social que é embasada por questões de classe, raça, gênero, sexualidade, etc. Todavia, tratando-se de trabalho acadêmico, coloca-se uma delimitação para fins de estudo, mas esclarecendo que a PM é um elemento de uma rede bem mais complexa.

A pesquisa, mesmo com essa conclusão, foi essencial para expandir a perspectiva acerca dos estudos sobre polícia, em especial Polícia Militar. Diante desses resultados, pude perceber que existem diversas nuances ainda sobre a questão territorial que devem ser exploradas e também relacionadas com outros aspectos das temáticas sobre polícias, como o mandato policial e a desmilitarização.

Portanto, o trabalho contribui com um pequeno passo em direção ao aprofundamento dessas questões necessárias para se compreender melhor a atuação e as possibilidades de reestruturação de uma das polícias que mais mata e que mais morre no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Bruno Rotta. Prisão e desumanidade no Brasil: uma crítica baseada na história do presente. Belo Horizonte. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 74, p. 43-63, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. Em: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- ALVES, Verena Holanda de Mendonça. **A Polícia pode ser democrática?** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Belém, 2015
- AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: SECULT-PA, 2019.
- AZEVEDO, André Luiz Vieira de; CASTRO, César Rodrigues. **Integração territorial das Polícias Militar e Civil**: uma proposta de criação de Áreas Integradas de Segurança Pública na cidade do Natal. Monografia de conclusão do Curso Superior de Polícia. Centro de Estudos Superiores da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. Em: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 2, edição 3, jul./ago., 2008.
- BASTOS, José Olímpio. **Praça Batista Campos**: simplesmente bela (1904-2017). Belém: Marques, 2017.
- BATISTA, Vera Malaguti. Estado de polícia. Em: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. Curitiba. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 3, n. 5, p. 103-125, 2011.
- BORGES, William Antonio; ROCHA, Márcio Mendes. A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. Em: Geografia. **Rio Claro**, v. 29, n. 3, p. 383-400, set./dez., 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 26, p. 329–376, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 15. São Paulo: FBSP, 2021.

BRASIL. **Aspectos do Município de Belém**. Prefeitura de Belém. Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/index.php/demografia-2/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Governo de Bahia. **Decreto nº 13.561 de 2 de janeiro de 2012**. Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP no Estado da Bahia e dá outras providências. 2012.

BRASIL. Governo do Pará. Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). **Resolução 185 de 19 de fevereiro de 2012**. Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências. 2012.

BRASIL. **Histórico da Polícia Militar**. Polícia Militar do Pará. Não datado. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/hist%C3%B3rico.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Institue o Código de Polícia Municipal**. Conselho Municipal de Belém. Leis e Resoluções Municipais, p. 18-69, 1900.

BRASIL. Lei 7.806. **Delimita as áreas de compõem os bairros de Belém. Revoga a lei nº 7.245/84 e dá outras providências**. PA, 1996.

BRETAS, Marcos Luiz. ROSEMBERG, André. A História da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista TOPOI**, v. 4, n. 26, jan./jul., p. 162-173, 2013.

BUTLER, Judith. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, e460100302, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34; Edusp, 2011.

CARVALHO, Salo de Carvalho; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. **“Basta tá do lado”**: a construção social do envolvido com o crime. Universidade Federal Fluminense – UFF. Caderno CRH, v. 31, n. 82, 2018.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. Em: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do poder das redes às redes do poder**: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na metrópole de Belém/PA. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2017.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém. **Revista USP**. v. 1, n. 129, p. 63-80, 2021.

DIAS, João Afonso Miranda. **Espaços da singularidade**: manifestações múltiplas do cotidiano da Praça Batista Campos, Belém/PA. Monografia de especialização. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso Internacional em cidades na Amazônia: história, ambiente e culturas. Belém, 2008.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DUARTE, Evandro Piza. FREITAS, Felipe da Silva. Corpos negros sob a perseguição do Estado: política de drogas, racismo e Direitos Humanos no Brasil. **Direito Público**. v. 16, n. 89, 2019.

DUARTE, Evandro Piza; AVELAR, Laís da Silva; GARCIA, Rafael de Deus. Suspeitos? narrativas e expectativas de jovens negros e negras e policiais militares sobre a abordagem policial e a discriminação racial em Brasília, Salvador e Curitiba. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 04, p. 3316-3336, 2018.

DURÃO, Susana. Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. Em: DURÃO, Susana. DARK, Carlos (orgs.). **Polícia, segurança e ordem pública**: perspectivas portuguesas e brasileiras. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia Genocida. Em: MACHADO-PINHEIRO, Rosana; FREIXO, Adriano de (orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. **Do paradoxal privilégio de ser vítima**: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. São Paulo: RT. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 135, ano 25, p. 49-71, 2017.

FREITAS, Felipe da Silva. **A naturalização da violência racial**: escravidão e encarceramento no Brasil. Perseu: história, memória e política/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Perseu, n. 17, p. 37-59, 2019.

FREITAS, Felipe da Silva. O que a gente quer que a polícia faça? Ódio e racismo no mandato policial no Brasil. Em: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (organizadoras). **Rebelião**. Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020.

FREITAS, Felipe da Silva. **Polícia e Racismo**: uma discussão sobre mandato policial. Tese de Doutorado em Direito. Brasília: Universidade de Brasília, 2020a.

GARAVINA, Heloisa. Quem vem lá sou eu: o corpo como território intercultural; a cena como espaço de assombração. **Conceição Concept**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 5-21, jan./jun., 2015.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2 ed. São Paulo: 34, 2012.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KARAM, Maria Lúcia. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. Em: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral. NASCIMENTO, Emilly Mylena Vieira do. SILVA, Fabiana Barros e. SANTOS, José Vitor Gomes dos. Policiamento à brasileira: o capitão do mato, o policial militar e carne mais barata do mercado: uma análise histórico-social da autofagia negra. Em: CELESTE, Renata (org.) **Caderno de Resumos do II Colóquio de Estudos Contemporâneos de Direito**: democracia e direitos humanos. Recife: Fadic, 2018.

MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral. NASCIMENTO, Gustavo Charly Pessoa do. OLIVEIRA, Maria Simone Gonzaga de. Abordagem policial seletiva e racismo institucional: implicações para garantias de direitos de adolescentes apreendidos por ato infracional em Recife/PE. Em: CELESTE, Renata (org.) **Caderno de Resumos do II Colóquio de Estudos Contemporâneos de Direito**: democracia e direitos humanos. Recife: Fadic, 2018a.

MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral; SILVA, Carla Roberta de Araújo Albuquerque; SILVA, Hugo Matheus de Castro Silva. Letalidade policial, juventude negra: um estudo sobre fluxo processual de homicídios decorrentes da atuação policial. Em: CELESTE, Renata (org.)

Caderno de Resumos do II Colóquio de Estudos Contemporâneos de Direito: democracia e direitos humanos. Recife: Fadic, 2018b.

MAGNO, Cintia. **Série documentários - Bairros históricos de Belém: Batista Campos.** Belém: jan. Diário do Pará, 2021.

MANZONI, Alexandre. Raça e território: trincheiras de um conflito ontológico. Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Interações Sociais (REIS)**, v. 4, n. 2, p. 82-94, jul-dez., 2020.

MARICATO, Erminia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado:** metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v. 14, n 4, p. 21-33, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1, 2018.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará:** fundação e história, 1616-1823. 2 ed. Belém: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. Em: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida:** a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun., p.525-539, 2015.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JUNIOR, Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. Em: **Dossiê Crime Organizado.** Estudos Avançados, 21 (61), 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PEREIRA, Coronel Íbis. Os lírios não nascem da lei. Em: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida:** a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade:** uma ilustração na cidade de São Paulo. São Paulo: Contracorrente, 2020.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas:** sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. Rio de Janeiro: **Revista Direito e Práxis**, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. Em: SANTOS, Renato Emerson dos. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABNP, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. Comunidades ibéricas e suas práticas culturais: Belém do Pará (séc. XIX/XX). Em: FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela (orgs.). **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. Manaus: Valer, 2021.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Angelo. **Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia**: o exemplo de Salvador. GeoTextos, v. 3, n. 1 e 2, p. 31-46, 2007.

SINHORETTO, Jacqueline. Et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. Em: FIGUEIREDO, Isabel Seixas de. **Segurança Pública e Direitos Humanos**: temas transversais. Col. Pensando a Segurança Pública, V.5. Brasil: Ministério da Justiça /SENASP, P. 121-159, 2014.

SINHORETTO, Jacqueline. LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança e no controle do crime. Em: **Contemporânea**. Dossiê Violência, crime e teoria social, v. 5, n. 1, jan.-jun., p. 119-141, 2015.

SINHORETTO, Jacqueline. LIMA, Renato Sérgio de. Qualidade da democracia e polícias do Brasil. Em: DURÃO, Susana. DARK, Carlos. **Polícia, segurança e ordem pública**: perspectivas portuguesas e brasileiras. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Breve relato da jornada das polícias brasileiras noite adentro. Em: DURÃO, Susana. DARK, Carlos. **Polícia, segurança e ordem pública**: perspectivas portuguesas e brasileiras. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. Cultura policial e Direitos Humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. Em: BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (orgs.). **Na periferia do policiamento: Direitos Humanos, violência e práticas policiais**. Belém: Paka-tatu, 2013.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. **Guia prático para participantes dos conselhos comunitários de segurança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2009.

VALENTE, Júlia. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. 3 ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

VIEIRA, David Durval Jesus. Belém: sociedade e natureza (1897-1911). **Revista Territórios e fronteiras**, v. 3, n. 2, jul./dez., 2010.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o (des)controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135/2017, p. 189-229, set., 2017.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* **Direito Penal Brasileiro I**. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

APÊNDICE I – GLOSSÁRIO

1. Choque

- Susto repentino que acomete uma pessoa quando esta enxerga uma viatura policial

2. Fundada suspeita

- Suspeita embasada em algum critério ou em uma soma de critérios objetivos somados a percepção do agente policial ou mesmo decorrente da denúncia popular

3. Mancha criminal

- Densidade da ocorrência registrada de delitos de uma determinada área. A mancha indica a quantidade de crimes que foi registrada em um determinado lugar

4. Mike

- Motocicletas dos agentes policiais

5. Modelito do vagabundo

- Estereótipo construído em cima do tipo de vestimenta que supostamente “criminosos” usariam

6. Policiamento em rondas

- Espécie de policiamento realizado através do deslocamento do agente policial, seja por meio de viaturas (carro ou motocicleta), a pé (também chamado de policiamento ponto-a-ponto) ou bicicletas

7. Policiamento estático

- Espécie de policiamento que é realizada apenas em um único local, consistindo na viatura ou no agente fixo em um determinado ponto

8. Policiamento extraordinário

- Policiamento realizado fora da jornada de trabalho comum do agente;

9. Policiamento ordinário

- Policiamento realizado diariamente, compondo a jornada de trabalho comum do agente policial

10. Policiamento preventivo

- Policiamento realizado com o intuito de evitar que o fato delituoso ocorra, para impedir violação a bem ou direito

11. Policiamento reativo

- Policiamento realizado após a ocorrência de um fato delituoso

12. Sangue nos olhos/ “policial guerreiro”

- Tipo/mentalidade do agente policial que é treinado e voltado para o conflito, o combate, a guerra, de modo que é um policial mais rigoroso, podendo ser enxergado como truculento e abusivo

13. Suspeita intuída

- Suspeita advinda de uma concepção unicamente da íntima convicção do agente, sem haver nenhum elemento suficiente para ser considerada, com respaldo, como uma fundada suspeita

14. Tirocínio

- Conhecimento ou experiência adquiridos pelo agente com o exercício da sua função e que funciona como uma percepção para identificar situações que possam ser ou vir a ser consideradas suspeitas

15. Policiamento ponto a ponto

- Estratégia na qual gentes policiais realizam vigilância parados em um ponto específico

16. Incursões

- Policiais cobrindo território a pé

17. Saturações

- Viaturas realizando rondas nas áreas patrulhadas em determinados horários

18. Ponto básico estratégico (PBE)

- Viatura parada em um determinado ponto específico

19. Bloqueio

- Imposição de barreiras em lugares estratégicos

20. Comboio

- Passagem de dez ou onze viaturas trafegando em cadeia para reforçar o poder ostensivo

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PM'S

1. Perguntas identificadoras

- a) Qual seu nome?
- b) Qual sua idade?
- c) Qual seu gênero?
- d) Como você se identifica racialmente?
- e) Qual sua formação?
- f) Qual é a função?
- g) Há quanto tempo você ocupa a função?

2. Percepção sobre a área de atuação?

- a) Qual a área de atuação?
- b) Quais são os principais crimes nesses bairros? Existe diferença entre um e outro?
- c) Qual o perfil das pessoas que cometem esses crimes? Existe diferença entre um e outro?
- d) O que você acredita ser importante para o enfrentamento desses crimes?

3. Perguntas sobre a atuação policial

- a) Como é organizado o policiamento na região da 4ª AISP (Jurunas e Batista Campos)?
- b) Quais critérios vocês utilizam para pensar as estratégias de policiamento na região?
- c) Existe alguma estratégia específica para um bairro ou para outro?
- d) Quantos policiais são destacados para trabalhar nesses bairros? E quantas viaturas?

APÊNDICE III – NOMENCLATURA ATRIBUÍDA AOS POLICIAIS ENTREVISTADOS

Os policiais de números 1 a 6 correspondem aos entrevistados do 20º BPM, que policia o Jurunas.

Os de números 7 a 11 são os entrevistados do 2º BPM, do bairro da Batista Campos.

- (a) Policial nº 1: Fernando Guilhaon;
- (b) Policial nº 2: Mundurucus;
- (c) Policial nº 3: Apinajés;
- (d) Policial nº 4: Tamoios;
- (e) Policial nº 5: Tupinambás;
- (f) Policial nº 6: Caripunas;

- (g) Policial nº 7: Serzedelo Corrêa;
- (h) Policial nº 8: Brás de Aguiar;
- (i) Policial nº 9: Conselheiro Furtado;
- (j) Policial nº 10: Gentil Bitencourt;
- (k) Policial nº 11: Padre Eutíquio